



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

GENILMA DANTAS ANDRADE

**RESISTÊNCIA E DENÚNCIA NO DISCURSO DE CAROLINA MARIA DE JESUS
NA OBRA QUARTO DE DESPEJO**

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2024



GENILMA DANTAS ANDRADE

**RESISTÊNCIA E DENÚNCIA NO DISCURSO DE CAROLINA MARIA DE JESUS
NA OBRA QUARTO DE DESPEJO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito necessário para a obtenção de título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.
Linha de Pesquisa: Linguagem: identidade e práticas sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Leônia Garcia C. Carvalho.

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A553r Andrade, Genilma Dantas
Resistência e denúncia no discurso de Carolina Maria de Jesus na obra Quarto de despejo / Genilma Dantas Andrade; orientadora Maria Leônia Garcia C. Carvalho. – São Cristóvão, SE, 2024.
126 f.

Tese (doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Análise do discurso. 2. Memória autobiográfica. 3. Literatura brasileira. I. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. Quarto de despejo. II. Carvalho, Maria Leônia Garcia da Costa, orient. III. Título.

CDU 81'42

GENILMA DANTAS ANDRADE

**RESISTÊNCIA E DENÚNCIA NO DISCURSO DE CAROLINA MARIA DE JESUS
NA OBRA QUARTO DE DESPEJO**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Leônia Garcia Carvalho – UFS
Presidente da Banca

Prof. Dr. Denson André Pereira Sobral – UFS
Membro Interno

Prof. Dr. Jeová Silva Santana – UNEAL
Membro Externo

Prof. Dr. Flávio Passos Santana – UPE
Membro Externo

Prof^a. Dr^a. Jocelaine Oliveira dos Santos – IFS
Membro Externo

Prof^a. Dr^a. Geralda de Oliveira Santos Lima – UFS
Membro Interno

Prof Dr. Danilo da Conceição Pereira Silva – IFAL
Membro Externo

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

Dedico esta tese a Deus, que me impulsionou na germinação das ideias e durante todo o processo de desenvolvimento deste projeto, cujo amor e misericórdia inspiram todos os homens e que me cobre com sua graça e fidelidade, tornando tudo possível.

AGRADECIMENTOS

Ao deixar registrados, nessa tese, meus agradecimentos, perpassa um *mister* de sentimentos que será impossível descrever todos. Porém, tentarei rabiscar o quando reconheço esse momento, o quanto sou grata pelas pessoas que atravessaram o meu caminho, que fizeram a diferença na minha formação, com palavras de incentivo, apoio, que foram ombro amigo e tiveram paciência diante das minhas fragilidades.

Ao Senhor Jesus, minha fonte de vida, meu maior propósito, cujo amor e misericórdia me inspiram e me fazem prosseguir, que me cobre com sua graça, bondade e fidelidade, tornando tudo possível. Seu conhecimento é ímpar, pois supera todos os outros!!!

A prof.^a Maria Leônia, minha orientadora, que me apresentou o mundo da pesquisa desde a graduação, foi uma das minhas maiores incentivadoras, que acreditou no meu potencial e caminhou lado a lado para que eu chegasse até aqui. Obrigada pela partilha de vida!!

A minha família, meus irmãos, sobrinhos e minha irmã Ivanir, que não desistiram de mim, sempre com palavras afetuosas, que compreenderam quando não podia estar por perto. E em especial, meu pai, Antônio, agricultor, que tem suas mãos marcadas pelo trabalho, que me ensina todos os dias o que é simplicidade e honestidade, a minha mãe, Maria Josefa, ruralista, exemplo de força, luta e humildade, nos quais me esperavam chegar tarde da noite do estágio Tirocínio na Universidade para abriram o portão e eu guardar o carro, nossa, jamais vou esquecer!!!! Sem a ajuda dos senhores não conseguiria, gratidão para sempre, meus amores!!!!

A prof.^a Carla Caldas, que esteve presente nos momentos que mais precisei, que teve os braços e os ouvidos abertos para me apoiar, quantos momentos de consolo diante das burocracias da Universidade? Foram vários!! E com palavras doces dizia: “Você vai conseguir, vai dar tudo certo”, isso era motivador! Deus te pague.

Ao querido amigo, poeta e prof. Jeová, que desde o ensino médio me acompanha nessa jornada acadêmica. Obrigada!

A meus colegas da Escola Estadual João Arlindo de Jesus, que sempre me compreenderam, apoiaram e ajudaram em todos os momentos. Obrigada!!!

Enfim, a todos que cruzaram o meu caminho e de alguma forma deixaram suas marcas, a exemplo: Joana, Francisco Navarro, prof. Givaldo, prof. Renilson, Prof.^a Cremildes, prof. Denson, Cláudia, Mayara, Rosângela, Edna, Edneide, Andrea, Marli, Kátia, Carlos Eduardo, Vânia, Ligia, Ivo, cada um a sua maneira, meu muito obrigada!!!

RESUMO

Por meio dos fundamentos da Análise de Discurso francesa, esta pesquisa examina o processo de subjetivação e da discursividade literária canônica em Carolina Maria de Jesus. Teve como objetivo precípua realizar uma análise discursiva da obra Quarto de Despejo: diário de uma favelada (2001), que apresentou grande repercussão e êxito no mercado editorial, na década de 1960. Busquei analisar, especificamente, o discurso da referida autora como fruto de denúncia e resistência à sua condição de favelada. Os nossos objetivos específicos, por sua vez, são desdobramentos da questão norteadora. São eles: a) situar historicamente o discurso investigado, considerando suas condições de produção; b) identificar, nos discursos em análise, a construção da subjetividade da autora; c) observar, nas práticas discursivas, traços de ativismo político e resistência. Para a realização dos objetivos deste trabalho, o *corpus* se constituiu, sobretudo, de sequências discursivas retiradas da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada, escrita no período entre 1955 a 1960. Os efeitos de sentido de resistência possibilitam que essa produção literária possa ser reconhecida como literatura de enfrentamento social e contribuem, por fim, para a reflexão sobre a ausência de autoras negras, apontando alguns questionamentos acerca do silenciamento. Esse estudo fundamenta-se em autores da Análise do Discurso francesa, tais como Pêcheux (1979, 1990, 1995, 1996, 1997, 2014); Orlandi (1998, 1996, 2005, 2012), embora haja também contribuições de autores diversos, a exemplo de Bauman (1998, 2001, 2003) sobre identidade, de Mussalin (2003), Carvalho (2012), dentre outros. As análises apontam que a escrita de Carolina Maria de Jesus é um ato de denúncia e resistência porque, além de revelar a situação caótica pela qual ela e outros moradores da favela passavam, rompe com uma formação imaginária de autor branco, classe média, com alto grau de escolaridade, intelectual. O sujeito-autor ao discorrer sobre a “fome da escrita e a escrita da fome”, pela tessitura do poético, atenta para a formação de uma literatura de denúncia e enfrentamento social. Além do mais, ao materializar sentidos, esse sujeito-autor trabalha o interdiscurso no intradiscurso a fim de construir o seu projeto de escritura, trazendo outros espaços para nossa literatura, a partir do seu não-lugar na historiografia da literatura brasileira. Essa abordagem nos permitiu compreender um pouco mais sobre a condição da mulher negra e como se insere no discurso literário em determinado momento histórico.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, Resistência e Denúncia, Gênero autobiográfico.

ABSTRACT

Using the foundations of French Discourse Analysis, this research examines the process of subjectivation and canonical literary discursivity in Carolina Maria de Jesus. Its main objective was to carry out a discursive analysis of the work *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (2001), which had great repercussions and success in the publishing market in the 1960s. I specifically sought to analyze the author's discourse as the fruit of denunciation and resistance to her condition as a slum dweller. Our specific objectives, in turn, are developments of the guiding question. They are: a) to situate the discourse under investigation historically, considering its conditions of production; b) to identify, in the discourses under analysis, the construction of the author's subjectivity; c) to observe, in the discursive practices, traces of political activism and resistance. In order to achieve the objectives of this work, the corpus consisted mainly of discursive sequences taken from the work *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, written between 1955 and 1960. The effects of resistance mean that this literary production can be recognized as a literature of social confrontation and, finally, contributes to reflecting on the absence of black authors, raising some questions about silencing. This study is based on authors from French Discourse Analysis, such as Pêcheux (1979, 1990, 1995, 1996, 1997, 2014); Orlandi (1998, 1996, 2005, 2012), although there are also contributions from other authors, such as Bauman (1998, 2001, 2003) on identity, Mussalin (2003), Carvalho (2012), among others. The analysis shows that Carolina Maria de Jesus' writing is an act of denunciation and resistance because, as well as revealing the chaotic situation she and other favela residents were going through, it breaks with an imaginary formation of a white, middle-class, highly educated, intellectual author. By discussing the "hunger for writing and the writing of hunger", through the weaving of the poetic, the subject-author pays attention to the formation of a literature of denunciation and social confrontation. Furthermore, by materializing meanings, this subject-author works the interdiscourse in the intradiscourse in order to build his writing project, bringing other spaces to our literature, from its non-place in the historiography of Brazilian literature. This approach has allowed us to understand a little more about the condition of black women and how they fit into literary discourse at a given historical moment.

Keywords: Discourse Analysis, Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, Denunciation and Resistance, Autobiographical Genre.

RÉSUMÉ

En s'appuyant sur les fondements de l'analyse du discours français, cette recherche examine le processus de subjectivation et de discursivité littéraire canonique chez Carolina Maria de Jesus. Son objectif principal était de réaliser une analyse discursive de l'œuvre *Quarto de Despejo : diário de uma favelada* (2001), qui a eu un grand retentissement et un grand succès sur le marché de l'édition dans les années 1960. Je cherche en particulier à analyser le discours de l'auteur comme le fruit d'une dénonciation et d'une résistance à sa condition d'habitante d'un bidonville. Nos objectifs spécifiques, à leur tour, sont des développements de la question directrice. Il s'agit de : a) situer historiquement le discours étudié, en considérant ses conditions de production ; b) identifier, dans les discours analysés, la construction de la subjectivité de l'auteur ; c) observer, dans les pratiques discursives, les traces d'un activisme politique et d'une résistance. Pour atteindre les objectifs de ce travail, le corpus a été constitué principalement de séquences discursives extraites du roman *Quarto de despejo : diário de uma favelada*, écrit entre 1955 et 1960. Les effets de résistance permettent de reconnaître cette production littéraire comme une littérature de confrontation sociale et, enfin, de contribuer à la réflexion sur l'absence d'auteurs noires, en soulevant quelques questions sur le silence. Cette étude s'appuie sur des auteurs de l'analyse du discours français, tels que Pêcheux (1979, 1990, 1995, 1996, 1997, 2014) ; Orlandi (1998, 1996, 2005, 2012), bien qu'il y ait également des contributions d'autres auteurs, tels que Bauman (1998, 2001, 2003) sur l'identité, Mussalin (2003), Carvalho (2012), parmi d'autres. Les analyses montrent que l'écriture de Carolina Maria de Jesus est un acte de dénonciation et de résistance car, en plus de révéler la situation chaotique qu'elle et d'autres habitants de la favela vivaient, elle rompt avec la formation imaginaire d'un auteur blanc, de classe moyenne, hautement éduqué et intellectuel. En discutant de la "faim d'écrire et de l'écriture de la faim" à travers le tissage poétique, le sujet-auteur attire l'attention sur la formation d'une littérature de dénonciation et de confrontation sociale. De plus, en matérialisant les significations, ce sujet-auteur travaille l'interdiscours dans l'intradiscours afin de construire son projet d'écriture, en apportant d'autres espaces à notre littérature, à partir de sa non-place dans l'historiographie de la littérature brésilienne. Cette approche nous a permis de comprendre un peu mieux la condition des femmes noires et leur place dans le discours littéraire à un moment historique donné.

Mots-clés: Analyse du discours, Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, Dénonciation et résistance, Genre autobiographique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Carolina diante da favela Canindé	60
Figura 2: Carolina e Audálio Dantas, na favela de Canindé	66
Figura 3: O livro Quarto de Despejo	70
Figura 4: Lista dos livros mais vendidos da <i>Folha de S.Paulo</i>	71
Figura 5: Carolina com seu livro na favela Canindé	90

TABELA

Tabela 1: Formações imaginárias	41
---------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	14
CAPÍTULO I - SUPORTE TEÓRICO	19
1.1 Gênese e percurso teórico da Análise do Discurso Francesa (AD)	19
1.2 Categorias de Análise	24
1.2.1 Língua e Discurso	24
1.2.2 Condições de Produção	28
1.2.3 Formações Ideológicas	31
1.2.4 Formações Discursivas	34
1.2.5 Interdiscurso	36
1.2.6 Formações Imaginárias	38
1.2.7 Sujeito do Discurso	41
1.2.8 A posição-sujeito e a forma-sujeito do Discurso	44
1.2.9 Identidade	47
1.2.10 Discurso de Resistência	49
CAPÍTULO II - CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DO FINAL DO SÉC. XIX E INÍCIO DO SÉC. XX NO BRASIL	54
2.1 As condições de produção dos discursos de Carolina Maria de Jesus	54
2.2 Carolina chegada a São Paulo: a favela como espaço vivido e de vida	60
2.3 Quarto de Despejo: ascensão social de Carolina Maria de Jesus	70
CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE CAROLINA MARIA DE JESUS	73
3.1 A escrita de si: o eu na fala de Carolina Maria de Jesus	73
3.2 O gênero Autobiográfico	76
3.3 A literariedade em Quarto de Despejo: diário de uma favelada	81
CAPÍTULO IV – A VOZ QUE RESSOA DA FAVELA: CONSTRUINDO UM DISCURSO DE RESISTÊNCIA	86
4.1 Resistência em foco: entre denúncia e repertório de luta	86
4.2 Denúncia, exclusão social e superação em Quarto de Despejo: diário de uma favelada	93
4.3 Análises Discursivas	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz uma análise discursiva, referendada pela AD, de um *corpus* de base literária, uma obra de Carolina Maria de Jesus, em especial, a mais conhecida, denominada *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (2001), que teve grande êxito no mercado editorial na década de 1960. O livro que revelou o discurso humano/marcante desta autora que, residente na favela do Canindé em São Paulo, chegou a ter edições publicadas no exterior. Entretanto, a voz dissonante dessa escritora negra nos anos posteriores esmoreceu e o conjunto de sua obra não teve a mesma acolhida dentro do mercado editorial brasileiro. Aqui cabe tanto a investigação dos processos de subjetivação e dos elementos discursivos em Carolina de Jesus.

Na análise da obra de Carolina de Jesus, discutimos o contexto histórico e social vivido pela escritora como também analisamos sua trajetória pessoal, que, por si só, representa um fato excepcional na produção literária brasileira, posto se tratar de uma mulher negra e de origem humilde, que se tornou conhecida mundialmente através de sua escrita. Nesta pesquisa, abordamos os aspectos teóricos do gênero autobiográfico, que foi a forma de escrita mais empregada por Carolina Maria de Jesus. E, embora tenha sido utilizada pela escritora para refletir sobre suas experiências, apresenta, principalmente, sua visão crítica sobre a sociedade da época em que viveu.

Quarto de despejo: diário de uma favelada é o objeto da nossa pesquisa, propriamente dito e, para isso, organizamos o trabalho de acordo com os discursos que permeiam o texto da autora, como exclusão social, questões de gênero, de cor, entre outros. Dessa forma, o enfoque foi dado à obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), que abrange os períodos de 15 de julho de 1955 a 28 de julho de 1955 e 02 de maio de 1958 a 01 de janeiro de 1960.

Analisamos as SDs discursivas (que estão transcritos no decorrer da pesquisa) da favelada Carolina Maria de Jesus, recortados do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, que foi de grande valia nesse momento em que se evidenciam discursos e vozes periféricos, tomando espaço em todas as mídias existentes. É importante ressaltar que esta obra, como outras por ela escritas, trazem, pela força da palavra e dos discursos, a trajetória de vida no que se refere à mulher negra, pobre e favelada que, por meio de suas posições, se revela uma fiel defensora da dignidade humana, sobretudo a feminina, em vários segmentos

sociais, manifestando indignação e repúdio ao tratamento dispensado aos moradores da favela. Narrada em primeira pessoa, a personagem principal, Carolina, catadora de papel, expõe seu desencanto com a vida, a fome, a miséria e o sofrimento que experimenta na favela.

O contato com o campo de pesquisa na Análise do Discurso (AD) iniciou-se quando do meu ingresso no Curso de Mestrado do PPGL/UFS no ano de 2015, com os estudos, principalmente, de Pêcheux (2014). Até então, os saberes nesse campo de estudo eram limitados apenas aos conhecimentos básicos. Todavia, a leitura de textos e discussões sugeridas nas disciplinas ofertadas no mestrado contribuiu e reforçou a busca pelo estudo relacionado ao objeto de pesquisa, fomentando, assim, o interesse nessa área de pesquisa. Como também este estudo surgiu por meio de um questionamento do modo como funcionam as análises em AD em uma narrativa autobiográfica, com o objetivo de analisar como as mulheres negras são representadas, a partir da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, num esforço de tentar formular os sentidos a partir das evidências já construídas *na e pela* história.

Outro ponto importante em relação ao objeto de pesquisa é a escolha do diário de Carolina Maria de Jesus, por ser um gênero de texto, em princípio, intimista, no entanto, entrelaça várias histórias de outras pessoas. A análise do referido *corpus* tem como uma de suas fronteiras de análise, compreender o afastamento de Carolina Maria de Jesus do mercado editorial brasileiro. Dentro desse processo, acreditemos que há uma disparidade que inviabiliza a representação de indivíduos negros, tendo em vista que a formação cultural do nosso país tem também no negro um elemento basilar. Sendo assim, as manifestações escriturais feitas por mãos negras, em grande parte do período pós-abolição, ficam restritas à reprodução de estereótipos que, na maior parte, somente reforçam a questão do preconceito.

Assim, temos o respaldo de nossa investigação no campo teórico da Análise do Discurso de linha francesa, por entender que a questão de sentidos é aberta e que, portanto, não há um começo para a produção dos sentidos, como também não há um fim absoluto, mas, sim, há um efeito de sentido de começo e de fim. Sob essa ótica, entende-se que o sujeito é interpelado por uma memória discursiva, um “já-dito” e esquecido, que afeta o modo como ele (se) significa/é significado (ORLANDI, 1996).

A relação Literatura/Linguística sem dúvida traz contribuições à interpretação do discurso literário, uma vez que apresenta um olhar diferenciado sobre esse texto/discurso, instigando os pesquisadores a uma reflexão sobre seu objeto de estudo que leve em

consideração a língua, o sujeito e a história. Daí a importância da literatura como ferramenta de um discurso feminino que denuncia a condição da mulher pobre, negra e favelada, que encontra na escrita uma possibilidade de superação da sua condição social.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento desta pesquisa, cujo tripé é constituído pela relação autora/narradora/personagem, tem muito a contribuir para a produção acadêmico-científica, dada a relevância do objeto – a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, sob um viés discursivo – e o interesse que ela desperta nos ávidos leitores das mais variadas áreas do conhecimento.

À luz do que foi apresentado, pensamos a questão principal que respalda este trabalho é a seguinte: Quais são os elementos que constituem o discurso feminino sobre a resistência e denúncia na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* de Carolina Maria de Jesus? Seguramente, o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso de orientação francesa tornou possível responder a esta indagação, por mobilizar gestos de interpretação que viabilizou o alcance dos objetivos aqui propostos.

Dessa forma, as análises que objetivamos empreender tornaram possível a compreensão desses elementos discursivos trazidos pela obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* de Carolina de Jesus. No mais, esta pesquisa norteou-se pelo seguinte objetivo geral: analisar o discurso de Carolina de Jesus na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* como fruto da resistência e denúncia à sua condição social. Os objetivos específicos, por sua vez, são desdobramentos da questão norteadora. São eles a) situar historicamente o discurso investigado, considerando suas condições de produção; b) identificar, nos discursos em análise, a construção da subjetividade da autora; c) observar, nos discursos, traços de ativismo político e resistência, na conjuntura social da autora.

Estruturamos esta tese em quatro capítulos e subtítulos. Esclarecemos que a metodologia vem logo após a Introdução, porque os capítulos seguintes vão se mesclar entre capítulos mistos, teóricos e analíticos.

O capítulo I procede à revisão da literatura, abordando alguns conceitos fundamentais nos quais se baseia esta investigação, tem como título “Suporte teórico”. Ele centra-se, principalmente, na explanação da Análise do Discurso a partir de Pêcheux. Entendendo, assim, que é uma área muito abrangente de estudo, e para entendê-la é indispensável partir de onde se originou. Inicialmente, discorreremos, de forma breve, sobre algumas categorias de análise da AD de linha francesa.

O capítulo II, intitulado “Conjuntura sociopolítica do final do séc. XIX e início do séc. XX” no Brasil, é um capítulo misto que se refere às condições de produção dos discursos de Carolina.

No capítulo III, temos: “A construção da subjetividade de Carolina”, trata-se também de um capítulo misto, ele é teórico e analítico ao mesmo tempo e está dividido em quatro subtítulos. No subtítulo 3.1, discutimos sobre a escrita de si: o eu na fala de Carolina; no subtítulo 3.2, discutimos sobre “O gênero diário”, no 3.3, discutimos sobre “Discurso de resistência”; no 3.4, discutimos sobre “A literariedade em Quarto de Despejo”.

O capítulo IV e último, intitulado “A voz que ressoa da favela: construindo um discurso de resistência”, é também um capítulo misto que trata das condições de produção dos discursos de Carolina. Após esses quatro capítulos, apresentamos as considerações finais e as referências.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Para realização dos objetivos deste trabalho, o *corpus* se constituiu, sobretudo, de sequências discursivas retiradas da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* escrita no período de 1955 a 1960. Observamos que a autora escreveu outras obras, por exemplo, *Casa de Alvenaria: Diário de uma ex-favelada* (1961), *Pedaços de Fome* (1963), *Provérbios* (1965), que, de modo mais específico, expressem conteúdos sobre indícios de resistência, quais suas preocupações centrais, seus anseios, suas propostas e perspectivas, enfim, seus posicionamentos no cenário sociopolítico de São Paulo e do país, em uma época tão conturbada como o do Regime Militar, observada nos discursos da autora Carolina Maria de Jesus.

Uma das primeiras tarefas, portanto, foi reunir referenciais teóricos que serviram de subsídio à análise das sequências discursivas que constituem o *corpus*. Como a pesquisa se alicerça na Análise do Discurso de linha francesa, fizeram-se necessárias leituras de obras de Pêcheux e de outros autores que definiram e consolidaram as linhas mestras da AD, tanto na Europa quanto no Brasil. No entanto, foram analisadas contribuições de outros autores que, embora nem sempre trilhem os mesmos caminhos, apresentam aproximações e convergências em suas teorias, a exemplo de Orlandi, Foucault, Baumann, dentre outros. Daí a preocupação, não só em definir algumas categorias e conceitos básicos, imprescindíveis à análise do *corpus*,

mas que, também, de recorrer a elementos que circunstanciaram o período histórico vivenciado pela escritora.

Ao constituir seu domínio teórico, a AD não pode perder de vista algo que lhe é basilar: a relação sujeito, linguagem e história, pois, de acordo com seus pressupostos, a análise é empreendida na convergência do linguístico com o social, visando apontar as marcas linguísticas como produto histórico-social. Nesse sentido, devemos ter em mente que a AD não é uma metodologia, e sim, uma ciência fundamentada na linguística, na psicanálise e no materialismo histórico, a qual engloba a noção de discurso e ideologia. Assim, buscamos trabalhar com a Análise do Discurso francesa, que se propõe a realizar leituras críticas e reflexivas que não reduzem o discurso a análises de aspectos puramente linguísticos. Para tal, recorreremos tanto ao pensamento foucaultiano, em sua obra *Arqueologia do Saber*, como ao pêcheuxtiano, por meio de sua obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, e as de autores que o seguiram no Brasil, a exemplo de Orlandi, Brandão e outros, que tratam das categorias teóricas indispensáveis à análise discursiva.

Tais leituras foram fundamentais para entender o discurso de Carolina Maria de Jesus, já que observamos o conjunto dos elementos que cercam sua produção, bem como seu contexto histórico-social, seus valores, o lugar de onde fala, a imagem que faz de si, do outro e do assunto que ela trata em seu diário. Como explica Brandão (2002), este sujeito, produtor de discurso, é um sujeito marcado pela historicidade, ou seja, situado na história da sua comunidade, em um tempo e em um espaço concreto. É um sujeito ideológico, pois seu discurso reflete seus valores, suas crenças, e na sua fala, outras vozes também falam.

Em relação ao tratamento dado ao *corpus* em Orlandi (2000, p.62), vemos que “Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos de horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável”. Dito dessa forma, e entendendo o discurso como aberto a inúmeras possibilidades interpretativas, foram recortados e analisados os discursos que possibilitaram dar respostas às questões propostas segundo os objetivos e critérios adotados pelo analista. Portanto, o analista do discurso, segundo Orlandi (2000), deve ter como conceito fundamental da análise a maneira como o discurso funciona e deve compreendê-lo por meio da observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos.

Nessa perspectiva, conforme Orlandi (2000), nossa pesquisa se vale de procedimentos de análise que busquem um movimento contínuo entre a descrição e a interpretação da

linguagem, para compreender o discurso em funcionamento no ambiente do qual Carolina Maria de Jesus viveu, ou seja, na favela do Canindé. No que tange à sua abordagem, esta pesquisa se classifica como qualitativa, visto que o processo de construção do *corpus* se dá a partir de uma abordagem qualitativa, uma vez que a preocupação do pesquisador é também com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória.

Para construirmos nosso *corpus*, fizemos uma pesquisa nos escritos de Carolina Maria de Jesus, especificamente na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. A partir dos discursos desta autora, encontramos um número significativo de relatos que serviram de base para fazermos análises, nos quais levamos em conta a língua enquanto um elemento histórico-social que é afetado ideologicamente (PÊCHEUX, 1990). Nosso objetivo maior é trabalharmos, nos discursos, questões relacionadas à **subjetividade, denúncia e resistência**, manifestadas por Carolina Maria de Jesus em sua obra, no percurso do trabalho, ao passo que discorreremos sobre essas questões, faremos a análise de sequências discursivas a elas relacionadas.

Trabalharemos, também, com algumas categorias da análise do discurso tais como: condições de produção, sujeito, ideologia, relações de sentido, interdiscurso, formação discursiva e condições de produção, na medida da necessidade para maior elucidação da análise. Dessa forma, a construção do *corpus* e a análise devem andar juntas porque enquanto se analisa o que se fará parte do *corpus*, já se decide sobre suas propriedades discursivas. A análise se organiza em virtude da natureza do material e a pergunta que o organiza. De acordo com Orlandi (1996), construir montagens discursivas é a melhor forma de se construir um *corpus*, desde que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, de acordo com objetivos da análise e que possibilitem chegar à sua compreensão. Com isso, é possível mostrar como um discurso funciona produzindo efeitos de sentido.

Nesse aspecto, destacamos a importância de a teoria conduzir a todo o momento a relação do analista com seu objeto, com os sentidos, com a interpretação. Se o analista estabelece essa relação com a teoria, consegue ser menos subjetivo, revelando o modo como os sentidos do objeto foram produzidos, além de descrever e compreender como as marcas desse objeto funcionam no discurso (ORLANDI, 1996). Esta autora, em seu texto “Discurso: fato, dado, exterioridade (1988)”, trabalha com conceitos importantes que levamos em conta para a construção de nosso *corpus*. Para ela, “os discursos, os quais constituem o *corpus* de

uma investigação, são efeitos de sentido entre locutores” (p.209). Eles estão constituídos pela “memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação” (ORLANDI, 1996, p.212). Para interpretá-los, o analista precisa levar em consideração duas questões: o real e a exterioridade.

A exterioridade é entendida como aquilo que é suprimido para intervir como tal na textualidade. Conforme Pêcheux (1988), pode ser chamada também de discursividade e é trabalhada pela noção do interdiscurso, da objetividade material contraditória, que fala sempre antes, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. Isto é, para que as palavras façam sentido, é necessário que já signifiquem. Isso se dá através do efeito da exterioridade. É esse efeito que torna possível a relação discursiva real/realidade. O real é conceituado como função das determinações históricas, a exemplo, o do marxismo, que constituem as condições de produção materiais, e a realidade como a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações históricas. É por isso que a historicidade e a materialidade linguística caminham juntas na análise do discurso, são indissociáveis no processo de produção do sujeito, o qual, segundo Orlandi (1996, p. 210), “é um lugar de significação historicamente constituído”.

Para que o analista consiga lançar gestos de interpretação de sentidos sobre um *corpus*, é imprescindível que haja um deslocamento do dado para o fato, o que coloca esses gestos no campo do acontecimento linguístico e do funcionamento discursivo, para conseguir trabalhar o processo de produção da linguagem e não apenas seus produtos. O conceito de dado atribuído ao dado como evidência de um fato, é tido como ato contestado pela AD, visto que o analista não consegue interpretar sentidos apenas com observações de dados empíricos, de evidências. Ao contrário, é preciso que ele desconstrua essas evidências, de forma a explicitar seus modos de produção, como bem explica Orlandi (2002, p.26): “Quando se interpreta já se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicação presente no texto e permite que possam ‘escutar’ outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem”.

Podemos dizer que o *corpus* da AD é formado pelo entrelace entre a ideologia, a história e a linguagem. Sendo assim a AD não trabalha com o conteúdo do texto e sim com o sentido que o discurso produz. Desse modo, para a AD, o discurso vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são “ecos” da memória discursiva. Esta memória, no entanto, é compreendida como o interdiscurso, isto é, a memória coletiva constituída socialmente. Isso

ocorre devido à interpretação que se faz na análise e que aparece em dois momentos, segundo Orlandi (2002):

- a) Em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;
- b) Em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos [...] (ORLANDI, 2002, p. 60-61).

Nesse aspecto, o próprio analista está envolvido na interpretação. Devido a isso, é necessário que haja um dispositivo teórico, como bem afirma Orlandi, que intervenha na relação entre o analista e os objetos analisados, capaz de deslocar a relação do sujeito com a interpretação. Assim, esse dispositivo é a alteração da posição de leitor para o lugar destinado ao analista, no que se mostra a alteridade do cientista. Estando nessa condição, é preciso, segundo Orlandi (2002, p. 61), compreender “o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo”. Portanto, a análise discursiva tem o objetivo de analisar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, podendo ser verbal ou não verbal. Desse modo, a partir dessa metodologia, podemos analisar quaisquer discursos, seja oral, seja escrito.

Analisamos alguns recortes dos discursos de Carolina na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de acordo com nossos objetivos, pois a pesquisa qualitativa é vertical e não horizontal. Assim, interessa-nos, por conseguinte, identificar as marcas linguísticas do enfoque analítico para relacioná-las ao contexto sócio-histórico. Dessa forma, procedemos às análises com base nos pressupostos teóricos e metodológicos apresentados, com os quais procuramos assimilar os sentidos dos discursos adentrando suas condições de produção, considerando-se sua opacidade. Para os objetivos propostos, foi necessário agrupar as informações por temas e fazer recortes discursivos.

CAPÍTULO I - SUPORTE TEÓRICO

Pretende neste capítulo, discorrer acerca da Análise do Discurso francesa, bem como falar sobre as principais categorias discursivas que irão ser utilizadas nas análises discursivas em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

1.1 Gênese e percurso teórico da Análise do Discurso Francesa (AD)

Para compreendermos a gênese da Análise do Discurso, faz-se necessário entender as condições que propiciaram o seu surgimento. Acredita-se que o linguista norte-americano, Z. Harris, em 1950, foi o primeiro a utilizar o termo “análise do discurso”. Dessa forma, trata-se de um campo heterogêneo. Assim, as linhas francesas da teoria do discurso, com tendência materialista, fariam o contraponto dos estudos anglo-saxônicos conforme dizem os que se interessam por enunciação. Há outras vertentes da AD, a saber: a análise do discurso de base enunciativa, cujo principal teórico é o francês Dominique Mainguenu (2008); a análise dialógica do discurso, vinculada ao círculo de Bakhtin (2003); a linha de Charaudeau (1999), denominada por alguns como análise sociopragmática do discurso e a análise sociointeracional do discurso de Goffman (2002).

Percebemos, dessa maneira, que se trata de uma área muito abrangente de estudo, por isso, neste trabalho, optamos pela teoria do fundador da linha francesa, a exemplo de Michael Pêcheux, pesquisador da *École Normale Supérieure* (ENS-Paris), filósofo cercado por debates em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia e do linguista Jean Dubois, lexicólogo, que trata das questões da Linguística do início dos anos 1970. Assim, cabe citar o número 13 da revista *Langages*, intitulado *Analyse du discours*, publicado em 1969, que se tornou um atestado irrefutável da implementação da AD no campo dos estudos linguísticos.

Nesse sentido, não pretendemos aprofundar uma discussão sobre o que se chamou “Escola Francesa da Análise do Discurso”, sobre suas competências e seus conflitos. Conforme Courtine (2006) é preciso atenuar a amplitude que essa designação pretende realizar para distinguir, nesse cenário, a especificidade do projeto de Michel Pêcheux. Em primeiro lugar, porque este projeto estava “inteiramente investido na construção teórica e na invenção metodológica” (COURTINE 2006, p. 27). Em razão disso, é que Pêcheux descreve o termo “discurso” sempre no singular, pois trata de uma noção homogênea e não um objeto empírico. Em segundo lugar, essa designação desconsidera as objeções que atravessam este

domínio em suas origens e que contradizem tendências entre si, em situações conceituais, nos campos metodológico e político. Um exemplo dessas objeções é a que se confere à ideia de *tipologia* dos discursos, acerca das diferenças discursivas, atribuída ao contexto social de classes (no caminho da *sociolinguística*) e do conhecimento de *formação discursiva*, que determina, para Pêcheux, o discurso como um objeto teórico, ao mesmo tempo ideológico e linguístico.

O que esses dois pesquisadores, Michael Pêcheux e Jean Dubois, têm em comum em seus trabalhos, é que ambos compartilham do mesmo espaço político, histórico-social, como também das teorias do marxismo. É nesse horizonte que a Linguística acaba se impondo em relação às ciências humanas, como espaço que confere cientificidade aos estudos. Nessa perspectiva, a língua é fato social e não é uma estrutura fechada em si mesma. Nasce aqui, no contexto francês, o projeto de Análise de Discurso como ciência. Segundo Orlandi (2005), “Pêcheux faz referências em sua teoria a Lacan e a Althusser, sobretudo, no que tange ao inconsciente e à ideologia na constituição do sujeito”¹. Sendo assim, é a partir da proposta de Pêcheux, que a AD vem corroborar com a formalização do discurso.

A Análise do Discurso desenvolve-se mediante a necessidade de aperfeiçoamento dos processos de investigação dos aspectos linguísticos, ideológicos e históricos que se enlaçam. Conforme Orlandi (2005, p. 54), “é no discurso que se pode aprender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora: não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia”.

Outro elemento fundamental, nesse momento inicial da fundação da Análise do Discurso, é a psicanálise lacaniana. Com base na descoberta do inconsciente por Freud, a concepção de sujeito sofre uma alteração substancial e passa a ser questionado, dividido entre o consciente e o inconsciente. De fato, o que Lacan apresenta é uma releitura de Freud recorrendo ao estruturalismo linguístico, mais estritamente a Saussure e a Jakobson, num esforço de discutir com mais precisão o inconsciente, muitas vezes tomado como uma cadeia de significantes², subentendido que se retoma e interfere no discurso efetivo, como se ocorresse a todo o momento, conforme as palavras, outras palavras, como se o discurso

¹ Na obra *Ideologia e Aparelho Ideológico do Estado* (1970), Althusser faz uma releitura de Marx e distingue uma teoria das ideologias particulares, que demonstra posições de classes, de uma teoria da ideologia em geral, que aponta o meio responsável pela reprodução das relações de produção, elementar a todas as ideologias particulares.

² Para Saussure (1974), o signo linguístico é composto de significante e significado compreendidos, nessa ordem, como acústico (som com função linguística) e conceito.

estivesse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. Lacan trata esse inconsciente, salientando que há uma estrutura discursiva que é regida por leis e que resulta em implicações para a psicanálise.

Para tanto, o conceito de sujeito e a forma como ele se estrutura a partir da relação que mantém com o inconsciente é o que interessa diretamente para a Análise do Discurso, visto que, para Lacan, a “língua é condição do inconsciente”. Diante disso, o próprio Pêcheux afirma que existe uma base linguística estabelecida por leis internas, ou seja, por conjunto de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas, acerca do qual se constituem os efeitos de sentido. Desse modo, a AD refere-se à língua como produzida em determinadas conjunturas históricas e sociais, o que não significa que, para ela, a linguagem não manifeste também um caráter formal.

É o caráter histórico da linguagem que a AD procura dar a conhecer, uma vez que esse campo de estudo é de cisão, o que causa uma série de reconsiderações no interior do próprio fazer linguístico. Assim, a Análise do Discurso francesa constitui-se como uma ciência de convergência, visto que se insere em três áreas de conhecimento: o materialismo histórico, como uma teoria das formações sociais; a ele acrescenta-se, portanto, a ideologia; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e por último, a teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos.

Nessa conjuntura teórica da AD na França, podemos situar a formação do projeto teórico de Michael Pêcheux, a qual obteve cada vez mais importância e centralidade no percurso da Análise do Discurso, fazendo parte dela, antes mesmo da publicação da *Análise Automática do Discurso* (1969), sua primeira grande obra, com apenas 31 anos. Além do que, nos primeiros momentos de sua constituição, insere-se no longo programa de elaboração da teoria marxista, precedido por Louis Althusser e pelos seus seguidores, no qual Pêcheux se incluía. Nesse programa, foram desenvolvidas certas tarefas de cunho teórico, uma das quais a teoria das ideologias.

Dessa forma, numa visão panorâmica, levantamos algumas situações que tiveram grande repercussão no caminho de Pêcheux, que foram as releituras de Marx, Freud; um novo consenso sobre a hegemonia do estruturalismo nas ciências humanas; e o empenho para voltar à epistemologia. Esse estruturalismo foi, originalmente, uma corrente linguística surgida como desdobramento do pensamento de Saussure. Porém, os conceitos e métodos da Linguística estrutural, a partir dos anos 1950, são transpostos e aplicados ao estudo de outros

objetos que não a língua. Dessa forma, a Linguística começa a exercer uma influência efetiva e renovadora sobre outros campos do saber. Contudo, para compreendermos o projeto de Pêcheux, faz-se necessário saber que esse autor desfez o embate que existia entre o estruturalismo e o marxismo e se esforçará por realizar uma junção entre eles, porque antes havia uma tentativa de sobreposição do estruturalismo em relação ao marxismo e vice-versa³. Nesse sentido, Courtine (2009) afirma que:

Pêcheux constrói a AD a partir dos *corpora de escritos doutrinários*, extraídos, especialmente, do discurso político da esquerda francesa. Sua fundação coincide com a tentativa de unificação dos discursos socialista e comunista, representada pelo Programa Comum da União da Esquerda, em relação ao qual a AD fornece uma espécie de “contraponto”, salientando os aspectos contrastantes desta unificação (COURTINE, 2009, p.23).

Nesse aspecto, Pêcheux objetiva intervir na política em nome da Linguística. Sendo assim, “seu projeto se estabelece na tradição do ‘pensamento crítico’, frisado, tipicamente, conforme Courtine (2009), por sua perspectiva globalizante e seu pouco respeito pelas fronteiras disciplinares”. Para Pêcheux, no que concerne ao pensamento crítico, o texto é antes de tudo um “objeto político” (PÊCHEUX, 1982, p.36):

Querer analisar os discursos era, então, querer fazer muito mais que um trabalho linguista; era também, de certa maneira, desejar ocupar uma posição heroica numa luta teórico-política: reintegrar, num gesto fundador, o que uma decisão arbitrária [o corte saussuriano] havia excluído; era ainda imaginar desempenhar um papel quase terapêutico em relação à linguística e querer produzir nela o retorno do que ela teria “recalcada” (PÊCHEUX, 1982, p. 39-40).

Pêcheux adentra de vez, no âmbito da Linguística, em 1971, com a publicação do artigo *La Sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*, revista *Langages*, nº 24, escrito com o apoio de Claudine Haroche e Paul Henry, no qual se refere a um texto de introdução epistemológica no campo da linguística, como também questiona o corte saussuriano e seus recobrimentos, no momento em que a AD se encontra cercada, de

³ Segundo Gregolin (2004, p.27), o que se chama de movimento estruturalista na França e na Europa Ocidental, foi um eco do esforço realizado, em certos países do leste (principalmente na Tchecoslováquia) para se libertarem do dogmatismo marxista [...], pois se na Rússia dos anos 30 o marxismo rechaçou os formalistas, na França dos anos 60 as teorias formalistas foram enciadas para lutar contra o dogmatismo do marxismo.

todas as formas, pelas ciências humanas: “esperávamos da linguística que ela viesse dar sua legitimidade científica a uma política de leitura dos textos, e, às vezes, até mesmo que ela constituísse o instrumento de uma pedagogia de verdade” (PÊCHEUX, 1982, p.53).

Na perspectiva da AD, Pêcheux (1995) faz uma síntese dos deslocamentos e questionamentos que cercaram o seu projeto teórico. Segundo ele, esse breve percurso histórico indicador de confrontos, reconstruções e retificações pode ser resumido em três fases: AD1: exploração metodológica da noção de maquinaria discursiva estrutural, ou seja, “o sujeito não poderia ser concebido como um indivíduo que fala (“eu falo”), como fonte do próprio discurso” (MUSSALIM, 2003, p.133), uma vez que era preciso considerar a troca entre o *eu* e o *tu*. O sujeito era assujeitado à máquina discursiva e se submetia às suas regras, portanto, a um sujeito-estrutural interpelado pela ideologia.

Já na fase AD2: da justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual, o sujeito passa a ocupar diferentes papéis, a depender da sua posição discursiva no âmbito do interdiscurso. Todavia, isto não o torna um sujeito livre, pois “ele sofre coerções da formação discursiva no interior da qual enuncia” (idem, p. 133). Isso se dá uma vez que ele é regulado por uma formação ideológica e pelo lugar que ocupa. Essa segunda fase, é marcada por “atualizações e perspectivas a propósito da análise do discurso automática” (título do artigo escrito com a parceria de C. Fuchs). Nesse aspecto, Pêcheux (1995) propicia o deslocamento teórico no modo como processo discursivo passa a ser percebido, mesmo que o dispositivo analítico da AD continue sendo a maquinaria discursiva. Na fase AD3: a emergência de novos procedimentos da AD, através da desconstrução das maquinarias discursivas, por sua vez, surge a noção do sujeito marcado pela heterogeneidade. Dá-se, portanto, início à constituição de máquinas paradoxais. Constitui-se uma materialidade discursiva que se encontra em torno da língua, da história e do inconsciente. A AD precisa incorporar em sua prática a evolução das teorias linguísticas e também refletir sobre a crise no campo político-histórico. Dentro desse quadro teórico, Pêcheux redefine como também desconstrói vários pontos do seu projeto teórico. O que se observa é um novo modo de tecer a relação entre língua e história, uma vez que a questão do discurso é colocada sob o signo de heterogeneidade enunciativa e do princípio da descontinuidade. Ou seja, o discurso é um lugar de rupturas, assim como a língua e a história que o engendram (MUSSALIM, 2003, p.134).

1.2 Categorias de Análise

Apresentamos a seguir algumas categorias de análise que serviram de base à análise discursiva do *corpus* referente a esta pesquisa.

1.2.1 Língua e Discurso

É sabido que a Análise do Discurso difunde um quadro teórico-conceitual formado de categorias, que perpassa livremente em outros mecanismos teóricos. Segundo Pêcheux (1982), isso acontece devido às particularidades da constituição de seu campo epistemológico que abarca a linguística, a teoria do discurso e o materialismo histórico, cada uma dessas regiões com suas especificações. Daí ocorrem, a princípio, por exemplo, as noções de língua (essencial na linguística) e discurso (objeto da teoria do discurso). Essas duas regiões estão estruturadas/atravesadas pela teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, por isso apresentam especificidades e singularidades que mereceriam uma análise detalhada e aprofundada. Todavia, faremos apenas um breve registro sobre o conjunto desses termos, já que não pretendemos, nos limites deste trabalho, cessar o assunto, e sim, trazermos alguns conceitos relevantes nesse campo de pesquisa.

Sendo assim, a língua e discurso nem sempre estiveram congruentes na escola francesa da Análise do Discurso. Nesse sentido, a interface com a Linguística normalmente foi a mais desenvolvida, se assim levarmos em conta a conjuntura da época e o papel que ela desempenhou entre as ciências humanas. Pêcheux foi sempre um fiel contribuinte da linguística saussuriana e da concepção de sistematicidade do sistema e da ideia de funcionamento da língua. No entanto, segundo Ferreira (2022, p. 03), “Pêcheux foi também um leal oponente a essa teoria linguística, distanciando-se dela para fazer intervir o conceito de discurso. Para isso foi preciso romper com o corte saussuriano de *língua/fala* e mudar a relação entre os termos do novo par *língua/discurso* de oposição a *contradição*”.

A língua é formada por um eixo significante que tem sentido quando destinada a uma exterioridade que é determinante para o efeito de sentido que será produzido. É através da língua que acontece a realização dos processos diferenciados, de acordo com Orlandi (2005). Dessa relação, resulta a materialidade linguístico-histórica. Portanto, para Pêcheux (1982), a língua é um lugar material onde se realizam os efeitos de sentidos. A questão da significação (na perspectiva materialista), como determinante para a descrição/interpretação do discurso

terá um lugar fundamental na definição do objeto da teoria do discurso, por ser produto de um processo de determinação histórico-social, conforme Pêcheux (1982):

[...] as palavras, as proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que numa formação ideológica, isto é, a partir de uma posição dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de urna arenga, de um sermão, de um panfleto, de urna exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 1982, p. 160).

Assim, temos o discurso como o lugar de contato entre a língua, a ideologia e o inconsciente, no qual faz efeito a noção de um sujeito descentrado na teoria do discurso. Daí, a afirmação de Pêcheux (1982) de que o conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas firma a base para a realização dos processos discursivos. Além disso, para a Análise do Discurso, o sistema de língua não é fechado, abstrato, pois a língua é afetada pela incompletude, é passível de falhas. Nesse sentido, a noção de língua compreende uma base sobre a qual os discursos se realizam e produzem sentidos. Por isso falamos em funcionamento discursivo para compreendermos os processos de significação. Encontraremos, então, em Pêcheux (1982), a seguinte afirmação que corrobora com o exposto acima:

[...] todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística. É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não como expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva etc., que utilizaria "acidentalmente" os sistemas linguísticos (PÊCHEUX, 1982, p. 91).

Parafraseando Pêcheux, afirmaríamos que os analistas do discurso, nos primeiros tempos, mantiveram-se calados em relação à língua. Isso, devido a algumas questões de ordem ideológica e política. Assim, o esbarro político, a delimitação de território, a luta por espaços institucionais diluiu assuntos referentes à língua. Percebemos, então, que a análise dos discursos políticos ocupava o centro da atenção dos analistas, como verificamos nos primeiros feitos por seus autores. Nesse sentido, temos o exposto de Ferreira (2021):

Aqui mesmo na América Latina, e mais especialmente no Brasil, até bem pouco tempo, falar-se em Análise do Discurso era traduzido por falar em discurso político, ideologia, formações sociais e condições de produção. Claro que isso representava um momento histórico determinado e tinha toda a razão de ser. A Análise do discurso, lá na França, por força de questões muito próprias, teve seu papel declaradamente de militância, de erguer bandeiras e marcar posição político-ideológica. O projeto fundador da teoria tinha esse viés assumido de modo bastante explícito (FERREIRA, 2021, p.194).

Consideramos que, no cenário atual, a grande mudança para a língua foi dada pelo próprio Pêcheux, segundo Ferreira (2021, p. 195), “com as questões envolvendo o equívoco, como fato linguístico estrutural, o que abriu, por consequência, lugar para tratar da noção de real da língua, derivada da psicanálise”. Essa foi, com certeza, uma transformação decisiva e incontornável.

De acordo com Ferreira (2021), a Análise do Discurso desorganizou-se na França, com a ausência de Pêcheux, de forma irremediável. Dessa forma, o grupo multidisciplinar que seguia Pêcheux se dispersou, perdeu o rótulo, a formalidade de denominação, contudo, o que não se perdeu, conforme essa autora, foi “o modo característico de refletir sobre a linguagem que determina o tratamento a ser dado às questões que importam ao discurso e asseguram sua identidade e especificidade no campo das ciências humanas” (2021, p.195). Assim, houve um recobrimento das questões históricas pelo aspecto linguístico da análise, ou seja, prossegue a autora, “continua se pautando por uma teoria materialista dos sentidos, que considera a língua na sociedade e na história, fazendo intervir a ideologia” (*idem*, p.195).

Há um novo empenho em examinar as questões linguísticas, porém sem perda das condições históricas e ideológicas. Pêcheux (1990, p.53) trata em seu livro *Discurso: estrutura ou acontecimento* o conceito de língua que reconhece nos fatos do equívoco o real que lhe é próprio. Dessa maneira, para Ferreira (2021),

Ao admitir que a língua é voltada ao equívoco, delimita o espaço em que a Análise do Discurso pretende trabalhar, a partir dali isto é, o espaço do deslocamento discursivo de sentido próprio a qualquer enunciado. Isto porque, como diz ele (Pêcheux): [...] "todo enunciado é suscetível de tornar-se outro...". Portanto, essa noção de língua é dotada de natureza instável, heterogênea por formação e contraditória (FERREIRA, 2021, p.196).

Por essa razão, destacamos que a noção de língua, movida pela Análise do Discurso, também dá importância à definição dada por Saussure de que a língua é um fato social. Em

nossa perspectiva, ela não é autônoma e não funciona por si mesma, tornando-se, desse modo, uma estrutura que se atualiza por ser histórica e ideologicamente formada com o acontecimento discursivo. Para AD, o discurso é seu objeto de estudo e não a língua, já que ele, conforme Ferreira (2022, p.11), é “visto como atravessado pelo discurso do Outro e por outros discursos, sendo a alteridade entendida como condição constitutiva. O sujeito desse discurso, mesmo não sendo a fonte de seu dizer, tem a necessidade da ilusão de sê-lo”, apesar de que o linguístico se encontra na conjectura da realização dos processos discursivos. É por causa desse fato que há de se pensar a língua sempre em relação a sua exterioridade, sem isso, a língua se reduziria a um sistema linguístico por si mesmo, repetível formalmente.

Pêcheux (1990) conceitua discurso como “efeito de sentido entre locutores”. Temos então a língua, sujeito e história na constituição de discurso. No mais, o discurso constitui-se de uma prática, não apenas de representação das coisas, mas, sobretudo, de significação do mundo, constituindo e construindo significado. Todavia, nos anos 1980, em sua obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*, tal definição recebe novas incorporações quando adota a perspectiva de que o discurso é da ordem da estrutura e do acontecimento. Conferimos esse fato quando Pêcheux menciona:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação (...) (Pêcheux, 1990, p. 56).

Ao reaver esse fragmento, pretendemos mostrar que Pêcheux se assenta na unidade discurso para sugerir modos de leitura, principalmente do discurso político com vistas à militância da esquerda comunista. Atualmente, aderir à unidade discurso como objeto de estudo é perceber a amplitude do domínio da linguagem. É compreender não só o funcionamento interacional e ideológico no qual as manifestações linguísticas acontecem, mas também as regulações de poder e saber às quais estão submetidas.

1.2.2 Condições de produção

É através das condições de produção (CP) que acontece a construção de um enunciado pelo sujeito, sendo o que assegura a especificidade da Análise do Discurso. Nesse sentido, são aspectos históricos, sociais e ideológicos que abrangem a fala, ou que propiciam ou definem a produção do discurso.

A definição de condições de produção é o que criará e recriará os procedimentos da análise e o objeto de estudo da AD. Assim, o que caracteriza o discurso e o compõe como objeto de análise são as condições de produção. Foi Pêcheux (1997) o primeiro que trabalhou com o conceito de condições de produção do discurso, devido às barreiras impostas pela ciência quanto à relação entre objetos e sua historicidade, encadeando, dessa forma, a problemática das condições ideológicas de (re) produção discursiva.

De acordo com Brandão (2004), foi Pêcheux que inscreveu a noção do esquema informacional da comunicação realizada por Jakobson, ao por em ação os protagonistas do discurso e o referente, deixando entender as condições (históricas) da produção de um discurso. Para Brandão (2004), Pêcheux observa “nos protagonistas dos discursos não a presença física de ‘organismos humanos’ individuais, mas a representação de lugares determinados na estrutura de uma formação social” (BRANDÃO, 2004, p. 45). Conforme esse autor, Pêcheux afirma que:

No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmos e ao outro a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (BRANDÃO, 2004, p.44).

Dessa maneira, Brandão (2004, p. 44) inclui o conceito de Pêcheux, usando as palavras de Courtine, para quem “os termos imagens ou formação imaginária poderiam perfeitamente ser substituídos pela noção de papel, tal como é utilizada nas teorias do papel herdadas da sociologia funcionalista de Parsons, ou ainda do interacionismo psicossociológico de Goffman”. Nesse contexto, Brandão (2004) apresenta a teoria de Courtine para as condições de produção, na qual ele sugere que essas CP não sejam obtidas por determinações históricas dos discursos, modificando-as em simples circunstâncias que inter-relacionam os sujeitos do discurso. Portanto, Courtine redireciona a teoria de CP, como

unida à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e vinculada teoricamente com à concepção discursiva.

A partir do entendimento de que os saberes se estabelecem como parte do processo histórico-social e de que o discurso, conforme a posição dialética, utilizada, por Pêcheux, é materializado na sua execução em relação aos pontos exteriores que se representam na prática enunciativa, desse modo, esse último, deve ser elaborado como um processo social. Nesse aspecto, as condições de produção possibilitam que seja direcionado um olhar para a conjunção da linguagem, dos processos discursivos com o político e o social, visto que, é o lugar das ideologias que define a esfera de realizações.

Do ponto de vista empírico, ocupar as condições de produção é procurar o sentido no ato de enunciação, assim, analisamos a correlação entre sujeitos com posição definida social, histórica e politicamente. Afinal, essa compreensão do discurso determina o lugar do sujeito como posição, como efeito de um procedimento “abolido”, “naturalizado”, de apropriação da linguagem num contexto de prática política. Nesses termos, há um encadeamento com a escrita da história, uma vez que as práticas discursivas correspondem a lugares sociais.

Dessa forma, segundo De Certeau (1982), “desvincular todo o sistema de pensamento de sua referência a lugares sociais, econômicos e culturais produz um chamado ‘sonambulismo teórico’, dado que somente é válida a teoria que articula uma prática [...]” (1982, p. 18) e que o discurso ‘científico’ que não *fala* de sua relação com o ‘corpo’ social não seria capaz de articular uma prática (1982, p. 22):

[...] a história se define inteiramente por uma relação da linguagem com o corpo (social), e, então, também por sua relação com os limites colocados pelo corpo, seja sob a forma do lugar particular de onde se fala, seja sob a forma do objeto distinto (passado, morte) do qual se fala (DE CERTEAU, 1982, p.27).

Verificamos que Pêcheux (1990) muda do conceito de contexto para o de condições de produção com a seguinte definição:

(...) o estudo da ligação entre as ‘circunstâncias’ de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas *condições de produção* – e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria linguística atual pelo dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos (...) (1990, p.75).

Devemos considerar que essa formulação de Pêcheux não se refere a uma simples substituição de termos, porém a transferência primeira para a compreensão das práticas de linguagem de cunho regionais e não objetivas que partem de sujeitos que “partilham” de uma mesma experiência social e histórica, tal qual se elaborou na Linguística Textual, por exemplo.

A concepção de Pêcheux (1990) referente à formulação do conceito de contexto ao de CP procura entender a função do sujeito diversa da unilateralidade e universalidade dos movimentos racionalistas e, principalmente, na linguística, distinto do recorte teórico saussuriano, uma vez que se estabelece o lugar do materialismo histórico numa teoria sobre o funcionamento da materialidade linguística e sua relação com a subjetividade. Nesse sentido, Pêcheux (1990) delimita uma condição epistemológica no quadro das ciências humanas, ou seja, o elo do sujeito com o processo histórico de constituição de sentidos. Assim, esse autor afirma que:

Os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de ‘condições de produção’ do discurso (PÊCHEUX, 1990, p. 78).

A interferência de Courtine (2009) é decisiva para a definição das condições de produção, visto que, seguindo o princípio da heterogeneidade, diverge da noção dada por Pêcheux. Observa-se, nesse sentido, essa reflexão de Aiub (2015):

Da formulação de Courtine que as CP se definem, teoricamente, pela heterogeneidade e pela instabilidade, de modo que é no movimento dialético das contradições de classe que os modos de constituição simbólica se definem. O autor inscreve a noção no lugar do ‘impensado’. Mas o que exatamente isso significa? Em linhas gerais, que a exterioridade, em sua condição dialética da contradição que permeia as práticas sociais, se reproduz e produz, no processo discursivo, através de sentidos imprevistos, incalculáveis que se instauram nos enunciados das posições-sujeito (AIUB, 2015, p.45).

Nesse contexto, Courtine (2009) acredita que o conceito de CP, como efeito de uma relação inerente da língua com as práticas sociais, constitui redes de saberes nas quais o

sujeito abordado se reconhece para configurar sentido a sua prática enunciativa. No entanto, para Aiub (2015):

Courtine enfatiza que Pêcheux (1969,1975) ainda manteve o conceito no limite da objetividade e da homogeneidade, considerando as CP como homogêneas e em nível estritamente empírico. Por sua vez, ele afirma que as CP representam o ponto em que uma sequência discursiva relaciona-se com o sujeito do saber de uma formação discursiva, numa conjuntura histórica, configurando-se pela *heterogeneidade*, dado o caráter intrínseco da contradição (AIUB, 2015, p.46).

As CP não atuam fora do discurso, visto que estão no discurso. Esse fato nos remete a questão de que a história e a interpelação ideológica criam lugares de enunciação, locais de identificação para o sujeito e, primeiramente, direcionam os sentidos. Isso nos conduz, por ora, ao entendimento sobre como, em AD, as CP são afetadas pela ideologia e resultam em lugares de enunciação, pelo conceito de Formação Discursiva, entrelaçado no complexo das Formações Ideológicas. É, assim, no imo de uma formação discursiva que o sujeito consegue seu lugar de enunciação e sua afiliação a uma forma-sujeito do discurso, afiliação de caráter acima de tudo ideológico. Portanto, segundo Pêcheux (1990, p.167), “diremos que toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas, identificáveis”.

1.2.3 Formações Ideológicas

Na construção do discurso, além da valia das condições de produção nas quais são produzidas, as Formações Ideológicas também são de grande valor e podemos defini-las, segundo Pêcheux (1990), como “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 166).

Ideologia é uma noção de mundo do sujeito inscrito em certo grupo social em uma conjuntura histórica. Linguagem e ideologia são ligadas, essa se materializa naquela. Ideologia é intrínseca ao signo em geral. Desse modo, para analisar o conceito de ideologia dado por Althusser, a princípio devemos entender o significado de ideologia, concebido por Marx e Engels, muito utilizado para a noção de ideologia por muitos autores.

Dessa forma, se em Marx o termo “ideologia” parece estar reduzido a uma simples categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social, isso decorre do fato de se tomar, como ponto de partida para a elaboração de

sua teoria, a crítica ao sistema capitalista e o respectivo desnudamento da ideologia burguesa. A ideologia a que ele se refere é, portanto, especificamente a ideologia da classe dominante (BRANDÃO, 2004, p.22).

Depois dessa definição de Marx e Engels, podemos saber como funciona a ideologia em Althusser:

(...) Althusser afirma que, para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismo de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. É aí então que entra o papel do Estado que, através de seus Aparelhos Repressores – ARE – (compreendendo o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões et.) e Aparelhos Ideológicos – AIE – (compreendendo instituições tais como: a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação), intervém ou pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração. (BRANDÃO, 2004, p.23).

Nesse sentido, na conjuntura ideológica de uma dada formação social, as formações ideológicas caracterizam-se por serem componentes capazes de intervir com força em confronto com outras. Elas dão sustentação às formações discursivas, pois a ideologia tem sua manifestação concreta no discurso. Para Pêcheux (1990), é necessário considerar o caráter regional das formações ideológicas antes de analisar sua relação de classes, pois elas se referem às mesmas “coisas” de modo diferente. Esse autor se posiciona dentro de um contexto marxista, em particular com adoção às teses de Louis Althusser. Todavia, não deixa de fazer crítica a Althusser no que concerne à resistência ideológica. Veremos a seguir:

Embora a filiação de Pêcheux a Althusser seja evidente e tenha acompanhado os diferentes momentos do desenvolvimento da teoria, Pêcheux, ao estabelecer claramente qual a relação do discurso com a instância ideológica, fez, desde o texto fundador, com que a AD produzisse um consistente aparato teórico-analítico; Althusser tentou fazer isso em *Por Marx e Aparelhos Ideológicos de Estado*, propondo uma teoria da contradição e da sobredeterminação, mas sua construção sucumbiu à crítica, uma vez flagradas as lacunas de sua dialética marxista (DRESCH, 2022, p 04).

Ideologia é, certamente, um dos conceitos mais controversos em Ciências Humanas. Isso porque seu significado envolve num emaranhado conjunto e depara-se com múltiplas e polissêmicas interpretações que os vários autores e tradições têm atribuído ao termo.

De fato, a quantidade de significações teóricas trazidas por Marx, que tratam de uma crítica ao sistema capitalista e à amostragem da ideologia burguesa ou da ideologia dominante e outros autores, a exemplo: Durkheim, que a conceitua como “representação coletiva”; Pareto, como “derivações”; Gramsci como “hegemonia”; Mannheim como “utopia”; Barthes como “mito”; Pêcheux como “discurso”; Castoriadis como “imaginário”; Febvre como “mentalidade”; Bourdieu como “doxa”, entre outros, tem criado, na teoria social, formatos não só diferentes como também contraditórios entre si.

É bem verdade que a noção de ideologia tradicionalmente associada ao marxismo fez com que o seu êxito científico precisasse diretamente da notoriedade acadêmica e da importância política da teoria social. De outra forma, Pêcheux (1982, p. 82) considera teoricamente impossível entender “a ideologia como ‘consciência de grupo’, uma representação de mundo, um bloco de ideias válidas para uma sociedade ou uma classe”, por ter em conta que se refere a processos que transpassam a formação social de diferentes formas, de maneira que esta não se mostra como um todo identificável na estrutura social. Segundo Dresch (2022),

Pensar as ideologias como um bloco impossibilita que se entenda o que é próprio da estrutura social, ou seja, sua contradição, seus mecanismos de dominação e de resistência; no terreno do discurso, ainda que se desenhem fronteiras, que mais tarde Pêcheux vai identificar como formações discursivas, uma das formas materiais de existência da ideologia, a linha é tênue e se redefine nos movimentos do dizer. O que é fundamental e deve ser ressaltado é que Pêcheux traz as condições de produção/reprodução/transformação do campo das ideias para a materialidade discursiva (DRESCH, 2022, p. 05).

Por meio do conceito de formação ideológica, a tese de Althusser diz que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos ou transforma-os em sujeitos. Este fato leva Pêcheux (1990, p.167) a voltar-se a sua tese com mais detalhes, pois essa lei formadora da ideologia nunca se realiza plenamente, “mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas”. Esse procedimento ideológico se move na história e na memória social. Portanto, é a partir da memória e do esquecimento que todo o discurso se constitui, segundo Pêcheux. Assim, os sentidos vão se formando no encontro com outros sentidos.

Também trabalhada por Pêcheux como interdiscurso, a memória discursiva, ao contrário, é um saber que propicia que os dizeres e que as imagens façam sentido. Esse saber refere-se a algo falado/mostrado antes, em outra parte, o “já dito” preexistente, porém, em

uma constante elaboração com os discursos e a ideologia. O conceito de interdiscurso de Pêcheux, esclarece Orlandi (2005), nos move a entender que os sujeitos estão conectados a esse saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos através da ideologia e do inconsciente. Dessa forma, o interdiscurso está estruturado no complexo de formações ideológicas. Portanto, a noção de ideologia tem maior ou menor relevância a depender da eficácia teórica em suportar a relação do discurso com os pressupostos do materialismo histórico. Ampliar essa relação até compreendê-la como fundante no discurso, como concebe a AD, é uma escolha teórica-político, como nenhuma outra de orientação ideológica.

1.2.4 Formações Discursivas

Na Análise Discursiva, as formações discursivas representam um lugar central de articulação entre a linguagem e o discurso. São constituídas por um sistema de paráfrases e pelo pré-construído. “Esse termo, introduzido por Henry, designa aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, portanto, independente do que é ‘construído’ pelo enunciado. É o elemento que irrompe no discurso como subentendido a *priori*” (BRANDÃO, 2004, p.39). Assim, esses elementos remetem à interpelação ideológica, que constitui um elo entre a teoria dos discursos e a linguística. Foucault definiu, em sua obra *A arqueologia do Saber* (1969), que uma formação discursiva não é a unidade que somente existe entre enunciados e sim em um sistema de dispersão que, de certo modo, possibilita a identificação de regularidades enunciadas. Nesse aspecto, conforme Dresch (2022),

Pêcheux (1990) chama a atenção para o fato de que a Formação Discursiva-FD não constitui um espaço fechado, uma vez que ela é atravessada por elementos constituídos no interdiscurso, sob a forma de pré-construídos e discursos transversos. A ideia de uma FD heterogênea é bastante produtiva na teoria, porque permite entender a contradição dentro da própria formação discursiva (DRESCH, 2022, p. 08).

Sendo assim, expor enunciados de um discurso, nesse contexto, equivale a dar conta de certas especificidades intrínsecas à dada formação discursiva, visto que esses enunciados serão notados dentro de uma espécie de “estruturação”, a qual, no entanto, não se embaralha com uma grande unidade, porém, que necessitará ser definida. A análise do enunciado e a da formação discursiva, como aponta Foucault (1995, p. 43), são determinadas correlativamente,

“porque a lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa”. Por esse processo, esse autor compreende:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade” (FOUCAULT, 1995, p. 47).

A FD tem a função essencial de fazer uma identificação do indivíduo com os saberes que a constituem; saberes que são partidos conforme as Formações Ideológicas-FI e que apontam esse lugar de enunciados possíveis, a que denominamos, segundo Pêcheux (1997), famílias parafrásticas (processos discursivos). Nesse sentido, a noção de formação discursiva é bastante atrelada ao de família parafrástica e matriz do sentido. Para Pêcheux, [...] a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar “matriz do sentido”. (1997, p. 169).

Portanto, o sujeito, ao difundir uma posição específica, sem saber, está num vagaroso processo de vinculação com os conhecimentos de uma FD. Com efeito, Pêcheux (1997, p.214) esclarece: “[...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Já Courtine (2006) estabelece argumentos que articulam a relação de FD com FI. Assim temos:

Instância ideológica realiza, sob a forma de uma contradição desigual no interior dos aparelhos, uma combinação complexa de elementos sendo cada um deles uma FI. As FI possuem ao mesmo tempo um caráter ‘regional’ ou específico, e comportam as posições de classe; as FD são componentes interligadas das FI. Isso implica que as FD que constituem a mesma FI possam ser distinguidas umas das outras (em função, por exemplo, de sua ‘especialização’), mas sobretudo que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas... mantêm entre elas as relações contraditórias, que se inscrevem necessariamente dentro da materialidade mesma dessas FD, ou seja, dentro de sua materialidade linguística; é no interior de um FD que se realiza o ‘assujeitamento’ do sujeito (ideológico) do discurso (COURTINE, 2006, p. 34-35).

O pré-construído ou já-dito dá a efetiva extensão do que é impossível de apreender numa ordem racional de análises das línguas, dos sujeitos e dos sentidos. A característica do pré-construído é que, na identificação enunciativa, sela o dizer, recai sobre ele como um retorno de um exterior que define a enunciação. É no interdiscurso que esses componentes pré-construídos se deparam sob a forma de uma memória que está relacionada. Nesse caso, Courtine (2006, p.53) afirma que “a existência histórica do enunciado no interior das práticas discursivas regulamentadas pelos aparelhos ideológicos visa os discursos que ‘são ditos, permanecem ditos e ainda estão por dizer’”. Assim, nas palavras de Pêcheux (1997), temos:

[...] o ‘pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’), ao passo que a ‘articulação’ constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (PÊCHEUX, 1997, p.164).

O sujeito, ao anunciar, liga-se aos saberes da FD, ocupando uma posição subjetiva de enunciação chamada de posição-sujeito, sempre vinculada à noção de sujeito como efeito. Assim, o sujeito não é uno e único, não existe sem uma associação fundamental com os ambientes coletivos que o estimulam a ser sujeito social, político. Portanto, ao pensarmos o sujeito definido por sua condição inconsciente de ser ideológico, não conseguimos tê-lo como um sujeito detido e incapaz de percorrer os enredos da história.

1.2.5 Interdiscurso

Segundo Courtine (2006), o interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração constante, no qual uma formação discursiva é conduzida a incorporar elementos pré-construídos, produzidos no exterior dela própria. Essa formação discursiva se conceitua desde o interdiscurso e se mostra, por conseguinte, como um domínio aberto e inconsciente. Nesse sentido, há necessidade de se levar em conta a “equivalência” entre exterior do discurso e interdiscurso. Nessa perspectiva, Orlandi (1996) define interdiscurso como:

[...] o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória.

Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso (ORLANDI, 1996, p. 89-90).

Para Pêcheux (1990), o interdiscurso denomina o espaço discursivo e ideológico em que se desenvolvem as formações discursivas em função das relações de dominação, subordinação e contradição em uma dada conjuntura histórica. O que, por sua vez, irá delimitar e regular a ordem do dizer dos sujeitos numa posição discursiva é a formação discursiva (FD). Em outras palavras de Orlandi (1996) observa que:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é o efeito interdiscursivo: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas palavras” (ORLANDI, 1996, p. 33- 34).

Percebemos, a partir disso, que o interdiscurso funciona como memória, no sentido de que ele é o “já-dito”, o pré-construído, que presume uma ligação direta com a História e com o social. Dessa forma, para que o interdiscurso opere adequadamente sobre o sujeito, é necessário que haja o esquecimento, isto é, que o “já-dito” seja esquecido, para que faça sentido na enunciação de determinado sujeito. Em outras palavras, podemos afirmar que é por meio desse esquecimento, que o dito na atividade discursiva relaciona-se com discursos preexistentes que são ligados à memória, no instante em que se produz um evento discursivo. Segundo Orlandi (2005), temos:

Se tanto o interdiscurso como o intertexto mobilizam o que chamamos de relações de sentido, que explicitaremos à frente, no entanto o interdiscurso é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer, enquanto o intertexto restringe-se à relação de um texto com outros textos. Nessa relação, a intertextual, o esquecimento não é estruturante, como o é para o interdiscurso (ORLANDI, 2005, p. 34).

Nesse contexto, o interdiscurso é o componente que retrata o efeito de encadeamento da memória discursiva, concretizando todos os processos históricos de constituição de saberes, na língua, o que “consistiria numa discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independente’” (PÊCHEUX, 1997, p. 156). Conforme Aiub (2015, p. 58), o interdiscurso é linearizado e materializado

linguisticamente através de um processo de articulação, que promove a clivagem da materialidade linguística por dizeres outros, exteriores e que determinam os conteúdos do que está sendo formulado. Nesse aspecto, segundo esta autora:

A existência de um enunciado está ligada ao efeito de repetibilidade, pois formulações anteriores, já enunciadas pairam no interdiscurso e se atualizam a cada apropriação do dizer por um sujeito enunciador interpelado. Assim, a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos. Vemos que, diferentemente das abordagens estruturalistas da língua, esta, em AD, é estudada em uma relação que transborda a ordem sintática, conteudista e de encadeamentos axiomáticos de elementos linguísticos (AIUB, 2015, p. 58).

Para Orlandi (2005, p.33), “a constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atuação (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos”. Portanto, o interdiscurso de uma série discursiva surge como lugar onde se efetiva a sequenciação dos componentes de saber, na qual o enunciador toma uma determinada posição de sujeito no interior de uma rede de saberes. Conforme Courtine (2009, p. 59), “o fio do discurso, a linearização do intradiscurso é o lugar onde se manifesta o imaginário no discurso, onde o sujeito enunciador é produzido na enunciação como interiorização da exterioridade do enunciável”.

1.2.6 Formações Imaginárias

O conceito teórico de formações imaginárias tem aplicações bem práticas. Assim, podemos defini-las como mecanismos discursivos decorrentes das relações de força, de enfrentamento entre as classes que aparecem no interior de uma formação ideológica. Pêcheux conceituou essas formações, em sua obra *Análise Automática do Discurso* (1975), conhecida como AAD-69, ao definir os elementos estruturais das condições de produção do discurso. A língua é afetada pelos processos de produção dados numa determinada época, ou seja, é uma instituição que tem um funcionamento, essa é a tese de Pêcheux. A produção de sentido pela língua, nesse caso, é igualmente afetada pelos processos de produção, tanto que o conceito de discurso, contrapondo-se ao esquema comunicativo de Jakobson, aparece como o de “efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” – A e B correspondem ao destinador e

destinatário – e Pêcheux complementa: “os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais”, pois se trata de “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (1997, p. 81), isto é, a produção de sentido na língua é determinada pelas condições sociais de produção, ligadas às lutas de classe.

Para Grigoletto (2005, p. 48), “as condições de produção de um discurso envolvem não só as formas imaginárias, mas todo processo socio-histórico e ideológico no qual um discurso é produzido, a partir de determinados lugares sociais”. Em outras palavras, trata-se de um jogo de imagens: dos interlocutores entre si, com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados.

Dessa maneira, entendemos que as formações imaginárias determinam as posições que o sujeito consegue ou precisa ocupar no discurso, uma vez que seu discurso está inscrito numa certa formação discursiva, já que essa FD é a manifestação, no discurso, de uma estabelecida formação ideológica. Essas posições são determinadas a partir dos lugares que os sujeitos ocupam no contexto social, impressas numa certa formação ideológica, conforme o modo de antecipação, das relações de forças e sentido.

A antecipação é um componente integrante das formações imaginárias que requer ênfase, pois, antecipadamente, o locutor “A” planeja uma representação imaginária de seu interlocutor “B” e vice-versa. Essas formações, como menciona Pêcheux (1997, p. 85), não têm um início em si, mas provêm de processos discursivos que lhe são anteriores, “provenientes de outras condições de produção que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco”. Por isso, a partir das imagens pré-construídas, as estratégias discursivas vão sendo firmadas e os efeitos de sentidos realizados. Grigoletto (2005) analisa, em sua tese, a importância do instrumento de antecipação objetivado pelas formações imaginárias, na construção de sentido, considerando que elas irão conduzir as posições que os interlocutores ocuparão no discurso. Esse instrumento equilibra a argumentação, de maneira que o sujeito, segundo Orlandi (1996, p. 04) “discursiviza de um modo ou de outro, conforme o efeito de sentido que o locutor pensa produzir em seu interlocutor”.

É a partir da identificação do lugar social que o outro ocupa em certa formação social, surgem as relações de força, outro componente fundamental para a constituição das formações imaginárias. Dessa forma, é nessas relações de força, realizada a partir das posições, dos lugares, que se estabelece o discurso, constituindo-se os efeitos de sentido numa relação

interdiscursiva.

De acordo com Grigoletto (2005, p. 53), “as formações imaginárias pressupõem essa relação interdiscursiva, tanto para já-ditos como para os dizeres futuros”. Como já foi dito por Orlandi (1996, p. 05), “não há ponto inicial, nem ponto final para o discurso. Ele mantém sempre relação com outros discursos realizados, imaginados e possíveis”. Portanto, entendemos que é na cadeia das formações imaginárias que a identidade do sujeito se constitui.

Ao falar o que é possível falar, o realizamos de uma dada forma, entre as várias possibilidades dadas pela língua. Pêcheux designa isso como duplo esquecimento: esquecemos que a ideologia atravessa a linguagem, de forma que o dito é perpassado por não-ditos, e esquecemos que as formas de enunciar produzem certos efeitos de sentido e não outros. Assim, esclarece Pêcheux (1997):

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.[...] Por outro lado, apelamos para a noção de ‘sistema inconsciente’ para caracterizar um outro ‘esquecimento’, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. (PECHÊUX, 1997, p. 173).

De acordo com Orlandi (2005, p. 11), “Pêcheux pensa o sentido como sendo regulado no tempo e espaço da prática humana descentralizando o conceito de subjetividade e limitando a autonomia do objeto linguístico”. É nos enfrentamentos históricos que acontece a produção dos sentidos, pressupondo sempre uma formação imaginária. Haveria nos mecanismos de toda formação social regras de projeção responsáveis por estabelecer as relações entre as situações discursivas e as posições dos diferentes participantes. As relações imaginárias podem ser, portanto, consideradas como a maneira pela qual a posição dos participantes do discurso intervém nas condições de produção do discurso. Pêcheux e Fuchs (1990, p. 83) elaboraram, segundo a tabela 1, as formações imaginárias existentes. Segundo eles, em qualquer processo discursivo temos:

Tabela 1 - Tabela das formações imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
IA (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
IA (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
IB (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”
IB (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Pêcheux e Fuchs (1990, p. 83).

Ao organizar esse esquema, Pêcheux refere-se às “representações das diferentes instâncias do processo discursivo” (PÊCHEUX, 1997, p. 85), as quais são resultado de processos discursivos anteriores e que formam uma cadeia de dizeres possíveis de serem enunciados pelos sujeitos. Dessa maneira, a posição discursiva é produzida pelas formações imaginárias. O cerne de observação não são os locutores empíricos, mas a posição que eles ocupam na ordem do discurso, visto que é essa posição que faz significar o seus dizeres de forma determinada. Em síntese, Pêcheux e Fuchs (1990, p. 311-312) pressupunham que um “sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas”. Assim, pequena mudança haveria nesse processo imaginário, atado aos lugares previstos na estrutura social.

1.2.7 Sujeito do Discurso

O sujeito do discurso, formado na inter-relação social, não é o cerne de seu dizer, em sua voz; é uma série de outras vozes, heterogêneas que se manifestam. O sujeito é polifônico e composto por uma heterogeneidade de discursos. Segundo Pêcheux (1990), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, no qual resulta numa forma de sujeito histórico. Submetendo-se à língua, o sujeito é imerso em sua experiência de mundo e estabelecido pela determinação a dar sentido, a significar-se. O conceito tece consigo outros fios conceituais da

Análise do Discurso. Falar em sujeito discursivo difere completamente de outros sujeitos de outros discursos teóricos. Nesse aspecto, para Orlandi (2005):

Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer aos efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2005, p. 50).

A partir desta perspectiva, “[...] o sujeito passa a ocupar uma posição privilegiada, e a linguagem passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade. E porque constitui o sujeito, pode representar o mundo” (BRANDÃO, 2002, p.45). Quando falamos na autoria dos discursos, conforme as palavras de Mussalim (2003, p. 119), o sujeito não pode ser considerado como um indivíduo que fala, “como fonte do próprio discurso, (...) quem de fato fala é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia”. Dessa maneira, Mussalim (2003) esclarece como funciona a relação do sujeito com o discurso e a ideologia:

O sujeito passa a ser concebido como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo. (...) O sujeito apesar de desempenhar diversos papéis, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior do qual já enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica. Em outras palavras, o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social, (...) que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali, ou seja, este sujeito, ocupando o lugar que ocupa no interior de uma formação social, é dominado por uma determinada formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido de seu discurso (MUSSALIM, 2003, p.133).

Nesse contexto, o sujeito não é “senhor” de sua vontade, padece as pressões de uma formação ideológica e discursiva, ou é subjugado à sua natureza inconsciente. Desperta, nessa situação, a questão da interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, que equivale em fazer com que cada indivíduo, sem que ele tenha noção disso, porém, seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma formação social. Em relação à questão da interpelação ou assujeitamento do sujeito, com as palavras de Pêcheux e Fuchs, Mussalim (2003), afirma que:

O sujeito se ilude duplamente: a) por “esquecer-se” de que ele mesmo é assujeitado pela formação discursiva em que está inserido ao enunciar

(esquecimento n. 1); b) por crer que tem plena consciência do que diz e que por isso pode controlar os sentidos de seu discurso (esquecimento n. 2). Esses dois esquecimentos estão constitutivamente relacionados ao conceito de assujeitamento ideológico, ou interpelação ideológica, que consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar, a identificar-se ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social (MUSSALIM, 2003, p.135).

Constatamos, assim, conforme Pêcheux (1997), que o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimentos. O esquecimento 1, ao qual Pêcheux se refere, acontece quando o sujeito é posto como origem de tudo que expressa. Reporta-se ao esquecimento de forma inconsciente e ideológica. Desse modo o sujeito busca desfazer de tudo que faz parte de sua formação discursiva, isso é o que lhe certifica a visão de ser o gerador definitivo de seu discurso.

Quanto ao esquecimento 2, de cunho pré-consciente, o sujeito dispõe de alguns meios e desfaz de outros, ao produzir o seu dizer. Dessa maneira, o sujeito tem a ilusão de que esse seu dizer tem sentido exclusivo. Considera, desse jeito, que todos os seus ouvintes receberão seus intuitos e mensagens de uma única maneira. Sendo assim, não tem consciência dos outros que estabelece seu dizer, como também não tem pleno domínio sobre os efeitos de sentidos que seu dizer acarreta. Para possibilitar um método teórico-analítico desse processo ideológico-inconsciente, é sempre parte do coletivo, trazendo em Si o Outro. É o que se materializa em seu discurso, visto que, é a exterioridade que o constitui e o define; determinando, da mesma forma, as instâncias de significação de seu discurso, compreendido como imagem e efeito de processos históricos e ideológicos. Nesse aspecto, Pêcheux propôs esses esquecimentos. Evidenciamos esse fato na citação acima.

Mussalim (2003) informa que: “é nesse sentido que o jogo de imagens faz parte das condições de produção de um discurso, na medida em que as imagens que o sujeito vai construindo ao enunciar vão definindo e redimindo o processo discurso” (MUSSALIM, 2003, p. 138). O sujeito não é intencional principalmente nos estudos de Pêcheux. A relação palavra/coisa é possível a partir da ideologia. Para isso, há as condições de base, sendo a língua e o processo, que é discursivo, no qual, segundo Orlandi (2006, p. 95-96), “a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo, ou seja, reúne sujeito e sentido. O sujeito, portanto, se constitui e o mundo se significa pela ideologia”.

Na compreensão, o sujeito é incompleto e afetado pelo inconsciente e pela ideologia, de acordo com Orlandi (2006). Os efeitos de sentidos são subjugados àquele que discursa e de

seu interlocutor. Em razão do efeito ideológico, ele está instruído a não dizer qualquer coisa, de nenhum lugar, visto que o contexto sócio-histórico o define. O sujeito, descreve Pêcheux (1995, p.163), “se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina”. Nesse sentido, conforme Orlandi (2005, p. 52), a reinserção do sujeito e seu contexto de produção do discurso “revela-se como fundamental no campo da Organização da Informação, em especial, pois os documentos não são vistos sob o olhar da neutralidade e o mesmo vale para os instrumentos de organização do saber e as diversas formas de classificação”.

1.2.8 A posição-sujeito e a forma-sujeito do discurso

Toda Formação Discursiva (FD) simula sua ligação ao conjunto das Formações Ideológicas (FI), acarretando para o sujeito uma ilusão de clareza do sentido. Dessa maneira, o sujeito pensa estar na origem do sentido quando assume uma posição enunciativa ao dizer-se “eu”. Diante disso, os sujeitos ocupam lugares de enunciação, o qual, Pêcheux em nível teórico-metodológico, conceituou como posição-sujeito. Todavia, precisamos entender que esses lugares que definem os processos de enunciação estão conectados a redes de significados que os sustentam e de onde vêm determinados sentidos. Dessa maneira, segundo Pêcheux e Fuchs (1990):

Queremos dizer que, para nós, a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar de ‘matriz do sentido’ [...] é a partir dessa relação no interior desta família que se constitui o sentido (PÉCHEUX E FUCHS, 1990, p. 169).

Sujeito e sentido são efeitos e não fontes ou lugares de interrupção da linguagem. Nesse aspecto, enunciar significa apropriar-se de um lugar num campo em que os saberes se especializam, localizam-se conforme os recortes que a ideologia realiza através da Formação Ideológica. Por isso, a enunciação sai de um local comum e se conduz ao entrecruzamento da língua com a ideologia e com a história. A interpelação ideológica é a essência do assujeitamento, logo, constitui a evidência de um sujeito único e fonte de todo o sentido, autônomo. Nas palavras de Pêcheux (1990):

Sob a evidência de que ‘eu sou realmente eu’ (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘ideias’, minhas intenções e meus comportamentos), há o processo de interpelação-identificação que

produz o sujeito no lugar deixado vazio (PÊCHEUX E FUCHS, 1990, p. 159).

O sujeito, ao anunciar, relaciona-se aos saberes da Formação Discursiva, tomando uma posição subjetiva de enunciação nomeada de posição-sujeito, inalteradamente vinculada à noção de sujeito como efeito. Pêcheux (1990, p.214), dessa forma, menciona: “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

No que compete ao processo de assujeitamento, é preciso destacar que, apesar de não se dar diretamente na Formação Discursiva, ele passa por uma interferência chamada forma-sujeito⁴ que tem a função essencial de determinar o dizer das diferentes posições-sujeito que nela convivem. Para Aiub (2015), “aí se concebe o sujeito, em AD, como efeito de uma identificação inconsciente, dado que, para ele, não há percepção de sua vinculação à forma-sujeito da FD”. Assim, segundo Pêcheux (1990):

[...] diremos que a forma-sujeito (pela qual o ‘sujeito do discurso’ se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso, no qual ele se articula por ‘correferência’ (PÊCHEUX, 1990, p. 167).

Assim, resulta a identidade imaginária do sujeito em que seu lugar subjetivo é, além disso, efeito. É, nesse aspecto, que a materialização discursiva de saberes, de acordo com Aiub (2015, p.62), “é um dos efeitos de uma relação de espelho que se produz entre os sujeitos do nível da enunciação e o sujeito do enunciado da FD”, isso pelo viés da articulação enunciativa, sendo este o sujeito refletido naquele. É tão forte essa relação que o sujeito enunciador testifica a si a gênese do saber elaborado em sua enunciação: “O sujeito enunciador, no nível da formulação, depara-se com o sujeito do saber próprio da FD, marcado no pré-construído” (AIUB, 2015, p. 62).

Nesse sentido, o sujeito da enunciação não é, por conseguinte, o sujeito do enunciado, visto que o padrão do enunciado encaminha para o sujeito da enunciação as vinculações

⁴ Termo cunhado por Althusser e realocado para a AD a fim de designar um sujeito universal que representa, para o sujeito ideológico, a unidade com a qual se identifica. A forma-sujeito apresenta-se na AD como historicamente determinada. É ela que regula o dizer das diferentes posições-sujeito (AIUB, 2015, p. 61).

próprias dos saberes da forma-sujeito da FD. Aiub (2015, p.62) afirma que todo procedimento de formulação, motivado por um sujeito enunciador, “é recortado no espaço dos enunciados possíveis e das posições de sujeito constituídas numa instância interdiscursiva de articulação de pré-construídos e de saberes em constante associação”. Para esta autora:

Nas diferentes etapas do processo de interpelação, de reconhecimento da posição-sujeito em relação à forma-sujeito, as ideologias sofrem, em medida bastante desigual, a influência de outros saberes, de outras linhas ideológicas, o que coloca para a forma-sujeito, um espaço não só de reconhecimento, de alinhamento subjetivo manifesto nas posições-sujeito, mas seu estranhamento em relação aos saberes da do sujeito universal (AIUB, 2015, p.62).

É de se compreender que as posições-sujeito desestruturam a homogeneidade da forma-sujeito, uma vez que os sujeitos, ao se reconhecerem com a forma-sujeito de uma FD, o realizam de formas específicas, o que estabelece diferentes posições-sujeito no interior de uma FD. Aiub (2015) lança mão da categoria da contradição e da heterogeneidade para retirar a FD da noção de pura repetibilidade. Vale ressaltar que Pêcheux já entreviu em *Semântica e Discurso* (1975) a não homogeneidade da FD e da forma-sujeito. Dessa maneira, conjecturou três métodos de associação das posições-sujeitos com a forma-sujeito: a plena identificação, a contra identificação e a desidentificação. Aiub (2015) esclarece que:

As modalidades que fragmentam a forma-sujeito indicam que, desde que começa a haver uma contra identificação, produz-se uma falha no ritual de assujeitamento, no sentido de que a sujeição, a adesão do sujeito a determinações começa a se desestabilizar e novos agenciamentos subjetivos já fazem parte do processo de constituição do sujeito em sujeito de outros discursos. Subjacente à necessidade de desestabilização já estão se constituindo novas formas de adesão, uma vez que o processo de contra-identificação/desidentificação inicia no momento em que o sujeito se identifica com novas formas de produção de sentido – a constituição de novas posições-sujeito numa FD ou a passagem à esfera de saberes que constituem outras FDs. Ao passo em que a contra identificação mantém o sujeito no quadro de saberes da FD pela qual sua posição-sujeito é determinada, a desidentificação traz subjacente uma (RE) identificação, com outros saberes, de outras FDs (AIUB, 2015, p. 63).

Portanto, o modo de enunciar, de se posicionar num lugar de produção de sentidos, demanda um olhar próprio para as condições de produção e de constituição do sujeito e dos processos discursivos implícitos nas materializações linguísticas. Assim, o analista do

discurso se inclinará sobre a materialidade linguística e efetivará sinais de leitura e interpretação que norteiam a segmentação dos lugares de enunciação, “dos processos de intervenção sócio-histórica e ideológica que definem a posição-sujeito e o que pode e deve ser dito na contingência do aparecimento do enunciado” (AIUB, 2015, p. 65-66).

1.2.9 Identidade

A definição de identidade colabora para a concepção de heterogeneidade na Análise do Discurso. Segundo Bauman (2003) e Hall (2005), a identidade é plural e fragmentada, o que contribui para a compreensão da constituição do sujeito discursivo, visto que a existência do “eu” resulta na instituição de inúmeros fragmentos do outro. Desta forma, o sujeito não está posicionado em seu espaço sociocultural como também em si mesmo. As identidades são fragmentadas porque não podem ser homogeneizadas e determinadas, tendo em consideração somente uma de suas características. Nesse sentido, Hall observa que:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que assegurava nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2005, p.12).

Nessa perspectiva, as muitas identidades que passaram a estabelecer o sujeito, fizeram com que, em distintas etapas, esse sujeito assumia múltiplas identidades, pois sempre está em movimento, o que comprova o caráter contraditório e inacabado dela. É esse movimento que faz com que as identidades se tornem instáveis, pois deixam de ser estipuladas por grupos específicos, como também deixam de ser o foco de estabilidade do mundo social. Sobre isso, Baumann (2003) mostra a identidade como substituta da comunidade, ou seja, ela substitui a comunidade das normas, regras, padrões de conduta, etc. Assim, temos:

Em vista da volatilidade e instabilidade intrínsecas de todas ou quase todas as identidades, é a capacidade de ‘ir às compras’ no supermercado das identidades, o grau de liberdade genuína ou supostamente genuína de selecionar a própria identidade e de mantê-la enquanto desejado, que se torna o verdadeiro caminho para a realização das fantasias da identidade.

Com essa capacidade somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade. Ou assim parece (BAUMAN, 2001, p. 98).

Cada lugar sócio-histórico integrante do sujeito e da identidade procede, em sua estruturação, de uma heterogeneidade e se forma pela inter-relação com outros diferentes lugares. A complexidade de construção do sujeito discursivo se dá na heterogeneidade discursiva do sujeito, uma vez que retirada nas diferentes identidades, algumas contraditórias, outras incompletas, todas moventes, o sujeito é produzido no interior dos discursos e sua identidade é resultante das posições do sujeito nos discursos.

Em contraposição ao período pré-moderno, as identidades, durante a modernidade, passaram a ser uma questão de construção de intepidez individual. Antes, as identidades eram uma atribuição, não havia opção, nem mesmo esforço capaz de mudar isso. Contudo a modernidade tornou a identidade uma questão de realização. Para Bauman (2003), o que faz a diferença é o esforço individual, pois:

O projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada. Não tomou, porém, uma firme oposição contra a identidade como tal, contra se ter uma identidade, mesmo uma sólida exuberante e sólida identidade. Só transformou a identidade, que era questão de atribuição, em realização – fazendo dela, assim, uma tarefa individual e da responsabilidade do indivíduo (BAUMAN, 2003, p. 30).

Muitas considerações sobre identidade têm sido constantes nas áreas da sociologia, da história, da linguagem, da antropologia, dentre outras. Isso se dá devido ao contexto histórico-social vivido nos dias atuais, nomeado por Bauman (2001) como “modernidade líquida” ou “pós-modernidade” de Hall (2005), “as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedade de mudança constante, rápida e permanente” (Hall, 2005, p.14). Já para Bauman (2001), as identidades acontecem em fluxo, são fluídas, isto é, são frequentemente construídas e reconstruídas, segundo as práticas discursivas em que os sujeitos sociais se engajam.

As identidades ocorrem em expressões de discurso, visto que são sempre compostas no simbólico, ou seja, na linguagem. A identidade é tão simbólica como social. São processos distintos, entretanto, são necessários para a construção e manutenção das identidades. É nessa integração que as pessoas constroem suas identidades sociais e se posicionam perante o

mundo, assim, elas nem são intrínsecas às pessoas nem são fixas; porém, são produzidas no discurso ao longo dos processos de construção de significados.

Podemos considerar, então, que as identidades são definidas com base em parâmetros culturais, históricos e institucionais. Assumindo, dessa forma, modos diversos em sociedades diferentes, já que cada sociedade dispõe de seus arquétipos culturais para gênero, sexualidade, raça e demais identidades sociais. Portanto, é esse conceito de identidade que defendemos, o qual se baseia em um sujeito sociológico e pós-moderno, uma vez que se constrói na interação com a sociedade. Sendo um mundo instável, as identidades também se tornam mutáveis. Assim, Bauman (2003) menciona que:

E desse modo a dificuldade já não é descobrir, inventar, construir, convocar (ou mesmo comprar) uma identidade, mas como impedi-la de ser demasiadamente firme e aderir depressa demais ao corpo (...) O eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe (BAUMAN, 2003, p. 30).

Por fim, observamos que as identidades são construídas socialmente através do discurso, deslocando-se de um conceito essencialista de identidades como qualidades próprias dos seres humanos. Os estudos atuais, principalmente no campo da linguística, da psicologia social e da sociologia tratam dessa questão. Em um mundo onde tudo é transitório, uma identidade fixada e bem-conceituada não aparenta ser muito atrativa. Baumann (2003, p.112) corrobora com essa afirmação quando diz que “num mundo como esse, as identidades podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa”. Portanto, todo meticuloso trabalho de construção pode parecer inútil.

1.2.10 Discurso de resistência

Questões relacionadas a estratégias de resistências ocupam um lugar de destaque no que tange à obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* de Carolina Maria de Jesus, uma vez que o estudo analítico-interpretativo do sujeito que se constitui por meio de discursos de resistência e de poder no livro, *corpus* deste trabalho, implica posições-sujeito que sofrem silêncio/silenciamento (forçado) e que, por sua vez, têm muito a dizer e a mostrar-se. Nesse sentido, se não houvesse as relações de poder, também não existiriam as relações de resistência.

É indispensável fazer uso das formas de resistência em oposição às diversas formas de poder como primícias para que o indivíduo se torne sujeito, é o que aponta Foucault. Desse modo, sua individualidade é marcada, vinculando-o a sua própria identidade, ditando-lhe uma “lei de verdade”. Segundo Foucault (1986, p.235), “há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito”.

De fato, o que Foucault sugere que sejam analisadas são as relações de poder, nas quais o sujeito se inscreve, como constatamos nos discursos em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, pois esses discursos vêm como catalizadores das relações de poder que se manifestam por meio de posições de resistências, e dos confrontos, embates e lutas que Carolina Maria de Jesus enfrenta para se posicionar como “sujeito personagem/narradora”. É nesse duelo, em que o sujeito é silenciado, sem direito à fala, sem direito ao discurso, à manifestação de seus pensamentos e opiniões, destituído, assim, de práticas que o constituem como sujeito de seu destino, ou melhor, como uma forma clássica de promover o silenciamento desse sujeito. Portanto, notadamente, Carolina Maria de Jesus resistiu a esse apagamento.

Levando-se em conta o que afirma Orlandi (1996, p.11) “há silêncio nas palavras”. O silêncio é considerado como elemento “fundante” do discurso, visto que esse silêncio atravessa as palavras e indica um possível sentido outro, isto é, “aquilo que é o mais importante nunca se diz” (p.14). Outro fator que consideramos também é a relação do imaginário com o real. É através dele que a especificidade da materialidade opaca do silêncio pode ser compreendida: “se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem” (p.23).

O silêncio que é feito sobre uma certa região de sentidos é carregado de palavras a não serem ditas. E é por isso mesmo que elas significam. Dessa perspectiva, há uma relação ao discurso social que se faz sobre um “já-dito” que não é entretanto um “já-significado”, mas, ao contrário, um dito capaz de outro modo, em silêncio (ORLANDI, 1996, 115).

Nesse aspecto, a resistência é um fato discursivo que não instaura interdições do dizer. Todavia, o que é silenciado “tem uma materialidade histórica presente nos mecanismos de funcionamento dos discursos e em seus processos de significação” (ORLANDI, 1996,

p.134). Carolina tentou resistir ao silenciamento e, por meio de seus escritos, buscou ocupar determinados lugares, determinadas posições sociais.

É a partir dos lugares de enunciação, tidos como uma dimensão das posições-sujeito e, portanto, do processo de constituição do sujeito do discurso, que se instauram as demandas políticas por reconhecimento e as práticas discursivas de resistência. Desse modo, as práticas de resistência às diversas formas de opressão estão no foco da luta constante, muitas das quais se debruçam sobre discursividades nas quais vozes historicamente silenciadas entram em cena. Dessa maneira, se é a posição-sujeito que determina o sentido dos enunciados a partir do funcionamento da memória discursiva, é na enunciação de um sujeito em determinadas condições de produção que esse dizer poderá ser reconhecido como legítimo relativamente a um determinado lugar enunciativo.

A literatura produzida por Carolina é considerada como uma literatura de resistência, uma vez que, em meio a um ambiente áspero, no qual a leitura e a escrita nem sempre fazem parte, ela, na posição de sujeito-autor, permitia-se dizer. Para Cândido (1988), Carolina é literatura, uma vez que, desde a posição-autor, sua “fome” da escrita, como também de acesso aos alimentos, seus livros são considerados como obras literárias humanizadoras, principalmente, pelo feito de não silenciar certas misérias da humanidade.

Os discursos de resistência se concretizam como uma forma de encontrar modos de interromper o ruído do discurso dominante. O conceito de resistência requer protestar contra um poder opressor. Como afirma Foucault (1986, p.248): “Onde há poder, há resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica pelo menos no modo virtual, uma estratégia de luta”. Os discursos de resistência em Carolina são muitos e variados. O que mais se destaca é na esfera da fome e da escrita. Podemos considerar que a resistência é a vitória possível, ou melhor, é decorrente da vontade de querer reverter a situação existente. Nessa perspectiva Pêcheux (1990b [1982], p. 17) apresenta as seguintes possibilidades de resistência:

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litânias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

Nos estudos discursivos, sobretudo de orientação pecheuxtiana, a resistência é um assunto do qual não se pode esquecer, pois aparece como elemento essencial do funcionamento do discurso, que pode ser tomada pelo rumo da contradição, no deslize do processo de interpelação ideológica. Dessa forma, a resistência não está localizada nem no projeto intencional do sujeito, nem no enfrentamento de dois mundos (ou classes) diferentes como se tivessem ideologias próprias. Em outras palavras, a resistência está inscrita na interpelação ideológica. Para Pêcheux, que explica, de modo magnífico, tal processo, ao ponto de afirmar que a resistência não é princípio revolucionário independente que se subjeta somente a uma dominação externa, pelo contrário, estaria “[...] sob a dominação ideológica e contra ela, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente” (PÊCHEUX, 1990, p.16). A contradição está na relação dominante-dominado, isto é, dá-se em seu funcionamento interno no interior das próprias ideologias “[...] e assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido no interior do sem-sentido” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). A resistência estaria, desse modo, no âmbito da opacidade da linguagem:

O lapso e o ato falho marcam o impossível de uma dominação ideológica fora de toda contradição. A série dos efeitos aqui resumidos pelas figuras do lapso e do ato falho infecta, assim, sem parar, toda a ideologia dominante, no próprio interior das práticas, nas quais tende a se realizar. [...] os equívocos que explodem, de repente, por detrás da frase ou o gesto mais sagrado, tudo isso tem algo de muito preciso a ver com o ponto sempre-já-lá, a origem imaginária da resistência e da revolta, [...]. As ideologias dominadas não se formam em nenhum outro lugar a não ser na própria localização da dominação, nela e contra ela, através das falhas e dos tropeços que a afetam incontornavelmente, mesmo quando a dominação se estende ao ponto "em que aí nada se pode fazer", porque "isso é assim" (PÊCHEUX, 2014, p. 15-16).

Paralelamente a isso, o discurso de exclusão não é fácil de ser identificado, é sutil, ainda que possa ser contundente, fomentador de violência simbólica, visto que isso advém de uma ideologia dominante. Assim, normalmente se emprega “pobreza” como “exclusão social”. Nesse sentido, exclusão parece ser a pobreza associada a uma desintegração do indivíduo na sociedade, o que dá oportunidade a várias interpretações. Compreende-se como um conceito tão amplo que se serve a diversos usos e transmite uma ideia geral da falta, de não acessos, de desigualdades, de impedimentos à realização da cidadania, pode ser adequado

e analisado de muitas maneiras. Pacheco (1998) considera a exclusão social de “conceito horizontal”, ou seja, uma concepção inexata, não precisamente científica, contudo, serve de indicador para uma série de exclusão social. Nesse caso, trata-se, para Pacheco (1998), de

uma exclusão social que abrange uma dimensão ampla de circunstâncias, como: pobreza, discriminação ou desigualdade, formas precárias de inserção no setor terciário, e exclusão das oportunidades para desenvolver outras ocupações, [...] limitando o acesso a oportunidades de aperfeiçoamento ou treinamento para elevar sua qualificação e entrar no mercado de trabalho formal da economia (PACHECO, 1998, p. 980).

Nessa perspectiva, o conceito de Escorel (1999) desenha um plano muito amplo sobre esse universo da exclusão social que traz fragilidade e ruptura de laços sociais que ligam o indivíduo à sociedade. Esse indivíduo está dissociado no sentido material, afetivo e marginalizado ao nível simbólico. Para esse autor,

a exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material, mas principalmente, porque essa mesma privação material “desqualifica” seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum topo social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária (SCOREL, 1999, p. 81).

Diante do que foi mostrado, é uma situação complexa que envolve a informalidade, a baixa escolaridade, o gênero, a cor, a classe social e, principalmente, a falta de voz. Dessa maneira, a exclusão social é, simultaneamente, estado e processo. A obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* é de grande importância, uma vez que nos permite conhecer experiências de exclusão na perspectiva do próprio sujeito excluído, desaparecendo os filtros de entremeio que, conscientemente ou não, desprestigiam os discursos dos menos favorecidos.

CAPÍTULO II – CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DO FINAL DO SÉC. XIX E INÍCIO DO SÉC. XX NO BRASIL

Neste capítulo, apresentaremos uma breve discussão sobre a conjuntura sociopolítica do Brasil no final do século do XIX e início do século XX, época em que Carolina Maria de Jesus viveu. Segundo Carvalho (2012), O discurso de um indivíduo é também um recorte de representações de sua realidade, do tempo e do espaço em que vive ou viveu, por isso não podemos desvincular sua análise dessas ocorrências, ou seja, implica levar em conta, além dos fundamentos linguísticos, os históricos e sociais. Daí o motivo de considerarmos o momento histórico em que viveu Carolina de Jesus, as ideologias que se confrontavam, as circunstâncias políticas e sociais, para melhor entendermos seus discursos, sua história e os entraves por que ela passou na procura incessante por melhoria de vida. Em seguida, abordamos o livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de onde extrairemos o *corpus* da nossa pesquisa.

2.1 As condições de produção dos discursos de Carolina Maria de Jesus

Para a Análise do Discurso, a noção de Condições de Produção afasta a comunicação do “aqui” e do “agora” para explicar o sentido considerando a carga histórica, ideológica e do inconsciente que age sobre o sujeito. É Pêcheux (1969) quem elabora a ideia de condições de produção e trabalha com a hipótese de que determinadas condições de produção correspondem invariavelmente a determinadas estruturas semânticas e retóricas, ou seja, as condições de produção garantem discursos estáveis. Desse modo, Pêcheux propõe “um dispositivo em que as situações objetivas do locutor e de seu interlocutor são desdobradas em representações imaginárias dos lugares que um atribui ao outro” (Charradeau; Maingueneau, 2008, p. 114).

Embora não seja tão fácil falar sobre as Condições de Produção de determinados discursos, tentamos aqui trazer considerações sobre a história e memória da época em que Carolina viveu: onde nasceu, os lugares por onde passou, a conjuntura histórica e ideológica que deu sustentação aos discursos que se produziram naquele momento.

Quem vistava o Brasil no final do século XIX, podia apreciar um ambiente exótico e pitoresco, por ser um país tropical. O processo de descolonização propicia a formação das nações latino-americanas. Nesse aspecto, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, no início daquele século, fornece o aparato institucional de um reino, e a habilidade política da elite colonial ganha a causa da independência a figura do jovem D. Pedro, permitindo que a transição brasileira se desse da forma mais conservadora possível. De pai para filho, mantinha-se a mesma dinastia e o regime monárquico centralizado. O Brasil ofereceu o espetáculo da unidade territorial e da adoção de um regime monárquico, unitário e centralizado, devido à fragmentação ocorrida na área de colonização espanhola.

Os condutores hegemônicos do processo político, os chamados barões do café do Vale do Paraíba do Sul, teriam acertado um consenso com os demais membros da elite proprietária de terras e de escravos. Estabeleciam-se, dessa forma, as bases de uma política agrária e escravista que exportava para a Europa gêneros tropicais e consumia produtos estrangeiros ingleses e franceses. No decorrer da segunda metade do século XIX, o Brasil atravessaria uma série de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que o conduziram ao rumo da modernidade.

Ao longo da metade do século XIX, o principal problema que se apresentava para os exportadores brasileiros era encontrar uma mão-de-obra abundante e barata que garantisse as condições de expansão da cafeicultura, ameaçada com a cessação do tráfico de escravos, isto é, expressando-se na imediata alta do preço dos escravos e na sua crescente falta no mercado. A solução encontrada foi a vinda de trabalhadores livres estrangeiros para a lavoura do café. A entrada renovada de imigrantes italianos, alemães, espanhóis e portugueses, primeiro às custas dos fazendeiros paulistas, e depois subvencionada pelo governo da província de São Paulo, garantiu a continuidade da expansão da cafeicultura.

Os patrocinadores da imigração foram os representantes de uma verdadeira burguesia agrária, sediada em São Paulo e que se colocavam no epicentro das grandes transformações do país. Todavia, os imigrantes posicionavam-se com muita cautela em relação ao movimento abolicionista que se processa paralelamente no país. Segundo Pesavento (1991, p. 14), “abolicionistas foram também as camadas médias urbanas emergentes, sob o influxo de um sentimentalismo humanitário, foram responsáveis pela formação de uma consciência nacional favorável à emancipação dos escravos”. Todo esse processo, que teve seu núcleo

fundamental de ação na zona cafeeira paulista, foi acompanhado pela difusão de novos valores e concepções.

Na transição do sistema escravista para aquele baseado na força de trabalho livre, propagava-se a ideologia do progresso, da mobilidade social e da riqueza. O apoio da causa republicana pelos fazendeiros do oeste paulista implicava, na realidade, a sujeição da máquina do Estado e dos mecanismos decisórios do poder e do controle social àqueles que representavam o eixo de pontos da economia brasileira e da acumulação nacional. Ideologicamente, a postura republicana apresentava-se como a forma política que melhor levaria adiante o conjunto das transformações ocorridas nos “novos tempos”.

Conforme Pesavento (1991, p. 15), “a República encarnava o regime político que melhores condições teria para reelaborar as relações de dominação-subordinação e para instaurar uma ordem jurídico-institucional legitimadora daquelas transformações” e, pelas quais, as camadas não privilegiadas da sociedade não se viam representadas politicamente pela monarquia. Nesse sentido, continua o autor, “as camadas não privilegiadas da sociedade mostraram-se cativadas pelo conteúdo ‘democrático’ da proposta republicana, que lhes daria a chance de participação política.”

Em 1906, os presidentes dos três maiores estados cafeeiros da época, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, reuniram-se e realizaram a primeira operação valorizadora do café. O resultado prático de tal medida foi que ocorreu um renovado aumento da produção sem correspondente aumento do consumo. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o refluxo do capital internacional, houve a necessidade do Governo Federal auxiliá-los na sua tarefa de compra e estocagem do produto. Dessa maneira, a indústria nasce no centro econômico do país associada à economia agroexportadora capitalista do café.

No decorrer da década de 1920, desestruturava-se progressivamente o sistema sobre o qual repousavam as estruturas da República Velha. Denunciavam-se os vícios do sistema eleitoral e a incorformidade, e as denúncias contra o regime percorreram a sociedade brasileira de ponta a ponta (PESAVENTO, 1991, p. 35). A recusa do Governo Federal em abandonar a meta de deflação e retomar as políticas inflacionárias, em 1929, fez com que o Brasil enfrentasse a sua maior crise, o que, por sua vez, implicou o recuo da demanda internacional e o recuo do crédito.

A gama de insatisfações veio se acrescentar em contestações políticas, notadamente naqueles momentos de escolha de um novo presidente, quando a máquina eleitoral se punha em ação para legitimar a fraude, a estrutura coronelística e a política dos governadores. Dessa forma, a Revolução de 30 deu-se, portanto, em meio ao esgotamento de um padrão de desenvolvimento capitalista baseado na agroexportação de um só produto. Era o fim da hegemonia dos interesses dos cafeicultores sobre a nação, bem como a desarticulação do sistema político do liberalismo excludente.

Em 1914, o Brasil e o mundo passavam por grandes transformações em todas as esferas da sociedade. Foi um ano de grandes agitações. No Brasil, Venceslau Brás foi eleito presidente e teve que enfrentar vários conflitos sociais, entre eles, a Guerra do Contestado. No mundo, começam os conflitos da Primeira Guerra Mundial. Foi nesse contexto que nasceu Maria Carolina de Jesus, 26 anos após a abolição da escravatura. O lugar de seu nascimento foi em Sacramento, um vilarejo rural do estado de Minas Gerais, que tinha somente duas ruas: a Rua do Comércio e a Avenida Municipal.

O excedente da cidade se espalhava em outras dezoito ruas, todas retas e largas. Seus pais, Maria Carolina de Jesus e João Cândido Veloso, a quem ela nunca chegou a conhecer⁵, eram meeiros e migraram de Desemboque/MG, quando houve mudança da economia da extração de ouro para as atividades agropecuárias. Conforme Santos (2009, p.11), “em Sacramento chamavam a casa de senzala, mas a escravidão acabara há tanto tempo que ninguém podia falar dela com autoridade”. Sacramento faz parte da região do Triângulo Mineiro, onde há terras férteis com abundância de metais e pedras preciosas.

Carolina nasce na segunda geração depois do fim da escravidão, no dia 14 de março de 1914. Viveu sua infância e adolescência na cidade de Sacramento no estado de Minas Gerais com seu meio irmão, Jerônimo. Segundo Meihy (2015, p.17), conjectura-se que existem duas explicações para a origem dela nessa região: “a primeira de que, sendo ela descendente de escravos, seus pais teriam sido levados para o local, depois do declínio da cultura do açúcar do Nordeste; a outra de que teriam vindo em virtude do plantio do café que florescia na época”.

⁵ Carolina nos deu poucas informações sobre seu pai, que são registradas no seguinte trecho do livro *Diário de Bitita* (JESUS, 1986, p. 69-70): “Com ampla liberdade, a minha mãe dançava e passeava as noites com os amigos, e foi ficando inebriada com as carícias dos seus amigos de bangulê. Foi nestes bailes inseletos que ela conheceu meu pai. Dizem que era um preto bonito. Tocava violão e compunha versos de improviso. Era conhecido como o poeta boêmio”.

Para Meihy (2015), Sacramento era um lugarejo que “rajava os limites do primeiro desabrochar da economia”, baseada na pecuária e na agricultura, tendo uma expressiva produção cafeeira, pois tudo aquilo que precisavam, era produzido por eles mesmos e trocavam por produtos como querosene, tecido, sal e até sabão. A maior parte dos moradores do lugarejo era descendente de escravos e vivia sem nenhuma perspectiva. Com essa ausência de perspectiva, Carolina estudou até a segunda série primária – devido ao *favor – nossa mediação quase universal*⁶, da Dona Maria Leite:

– Eu sou francesa. Não tenho culpa da odisseia de vocês; mas eu sou muito rica, auxílio vocês porque tenho dó. Vamos alfabetizá-los para ver o que é que vocês nos revelam: se vão ser tipos sociáveis e tendo conhecimento poderão desviar-se da delinquência e acatar a retidão (JESUS, 1986, p.123).

O favor de D. Maria, esposa de um grande fazendeiro que decidiu pagar os estudos de Carolina e de outras crianças pobres do bairro, foi aceito literalmente como regra pela mãe de Carolina, que via pouco sentido que a filha frequentasse a escola, todavia, para não desagradar a senhora, não enviar a filha à escola estava fora de questão: “Minha mãe era tímida. E dizia que os negros devem obedecer aos brancos, isto quando os brancos tem sabedoria. Por isso ela devia enviar-me à escola, para não desgostar a dona Maria Leite” (JESUS, 1986, p.123).

Carolina iniciou seus estudos aos sete anos de idade. Há discussões, a princípio, de que ela não gostava de estudar, sofria rejeição e tinha dificuldade para aprender a ler, sua mãe a açoitou algumas vezes para fazê-la ir. Segundo Tom Farias, autor de sua biografia, com o tempo e com a ajuda de sua professora, ela foi alfabetizada e passou a tomar gosto pela leitura. Sua família não sabia ler e, por não ter um livro em casa, começou a pedir emprestado para os vizinhos. Sua primeira leitura foi *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães.

Em outro momento de sua vida, Carolina declarou que sua grande influência, sua inspiração foi seu avô, que era originário da província de Cabinda, em Angola, e veio para o Brasil na época do tráfico de escravos, a quem chamava de “Sócrates africano”. Embora de forma rápida, a passagem pela escola despertou o interesse pelo universo literário e nunca mais abandonou os livros e cadernos, o que a fez autodidata. Passou a tomar notas de seu cotidiano em forma de diário, além de escrever poemas e contos. Contudo, essa situação

⁶ Esta frase é de Roberto Schwarz, para quem o favor materializava o acesso à vida social e a seus bens para a classe dos “homens livres”, na verdade dependentes, na ordem colonial e depois. Ver o ensaio “As ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 2000, p.16).

permaneceu até o momento em que a sua mãe, em 1923, conheceu um senhor que a convidou para morar com ele e ambos passaram a trabalhar como colonos em uma fazenda de Uberaba. Por esse motivo, Carolina teve que sair da escola e se mudar.

Com o tempo, ela começou a gostar do lugar e de cultivar a terra com a família, porém, tempos depois, o fazendeiro se arrependeu e dispensou todos de lá. Por isso, eles voltaram para Sacramento/MG. Trabalharam em várias áreas, nos anos que se seguiram, desde serviços domésticos, de colheita e plantação, tudo para conseguirem sobreviver. Novamente a família mudou-se para outras localidades em busca de trabalho que garantisse o sustento, nas cidades de Uberaba em Minas Gerais e, mais tarde, as cidades do interior de São Paulo, tais como Ribeirão Preto, Orlandia, Sales de Oliveira, Jardinópolis, Franca.

A partir daí, Carolina vai com sua mãe trabalhar como empregada doméstica. Depois de muito sofrimento e peregrinações, sua mãe morre em 1937 e o que a deixou sem sua ajuda. Esse fato fez com que, em 31 de janeiro de 1947, aos 33 anos e sozinha, ir para a grande metrópole de São Paulo, destino mais privilegiado dos migrantes do todo Brasil⁷, em busca de melhores condições de vida. É nesse cenário que Carolina passa por situações conflitantes e sem ajuda de parentes, amigos, governo, submete às situações desafiadoras em uma metrópole que estava se transformando. Totalmente desprovida de ajuda, parte para seu maior desafio de vida: sobreviver em um lugar desconhecido e longe daqueles que conhecia.

Carolina é compreendida como sujeito do conhecimento capaz de criar categorias próprias, sendo protagonista de sua história a partir de sua própria experiência. A escrita dela serve para repensarmos a maneira como produzimos conhecimento, bem como a complexidade dos sujeitos que se encontram nessa condição. Com isso, demonstramos que,

⁷ Segundo Miranda (2013, p.33-34), historicamente, São Paulo foi o destino de diversas correntes migratórias. Na segunda metade do século, a aceleração das atividades industriais atraiu a força de trabalho ociosa ou subocupada das áreas rurais ou semirurais. A “locomotiva do Brasil” atraía migrantes de todos os locais do país, e a favela, um fenômeno recente por essa época, tornou-se pauta do debate político. A favela da Canindé, onde Carolina residiu, era povoado principalmente por migrantes que começaram a chegar à cidade da indústria e do trabalho. “Na transição da década de 1940 para a de 1950 estima-se que 50 mil favelados viviam em sete locais da cidade. Nos anos 1950 a população brasileira rural era 64% em oposição a 36% da urbana. Para estabelecer uma comparação, o Rio de Janeiro no mesmo período, bem menos industrializada que São Paulo, possuía 200 favelas habilitadas por pelo menos 337 mil moradores” (MEIHY & LEVINE, 1994, p.49). Numa fase anterior, entre 1888 e 1928, ocorreu elevado fluxo de imigração europeia para o estado de São Paulo: “Nos quarenta anos que se seguiram à abolição, São Paulo recebeu mais de dois milhões de imigrantes europeus, dos quais quase metade tiveram suas passagens transatlânticas pagas pelo governo do Estado. Esses imigrantes foram levados para São Paulo para trabalhar, e trabalharam. Assim fazendo, sistematicamente substituíram e marginalizaram os trabalhadores afro-brasileiros do Estado, tanto no campo como nas cidades” (ANDREWS, 1998, p. 93).

embora a fome figurasse como uma das personagens principais na obra *Quarto de despejo: diário de uma favela*, Carolina tinha muito a dizer e ensinar.

2.2 Carolina chega a São Paulo: A favela como espaço vivido

Figura 1: Carolina diante da favela Canindé.



Fonte: Arquivo Jornal *Última Hora*, 1960.

Na expectativa de ter uma vida melhor, Carolina buscou a cidade de São Paulo. Deixou registrado como se sentiu antes da viagem. Vejamos isso nas suas próprias palavras que constam no *Diário de Bitita*, escrito posteriormente a *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e publicado postumamente:

No dia da viagem, não dormi para não perder o horário. O trem saía às sete horas, mas eu cheguei na estação às cinco horas. Que alegria quando embarquei! Quando cheguei à capital, gostei da cidade porque São Paulo é o eixo do Brasil. É a espinha dorsal do nosso país. Quantos políticos! Que cidade progressista. São Paulo deve ser o figurino para este país se transforme num bom Brasil para os brasileiros. Rezava agradecendo a Deus e pedindo-lhe a proteção. Quem sabe ia conseguir meios para comprar uma casinha e viver o resto dos meus dias com tranquilidade (JESUS, 1986, p. 202-203).

Quando Carolina chega às terras paulistas, com os donos da casa, que logo depois a abandonariam, “o dia estava despontando e estava chovendo. Fiquei atônita com a afluência das pessoas na Estação da Luz. (...) tinha a impressão de estar transferindo-me de um planêta para o outro” (MEIHY & LEVINE, 1994, p. 185). A comparação da distância entre os lugares

onde vivera, assinala o enorme descompasso que havia entre a metrópole em expansão e os interiores:

Nunca havia visto tantas pessoas reunidas. Pensei: “será que hoje é dia de festa? Fiquei preocupada com o corre-corre dos paulistanos. Olhares ansiosos inquietos a espera das conduções. Uns empurrando os outros e ninguém reclamava aquilo seria normal? [...] Nos dá a impressão, que o povo não tem educação. Quando um empurra, o outro não pede desculpas. É semelhante a uma colméia humana. Uns correm para cima outras correm para baixo. Em todas as direções que se olha, alguém está correndo (MEIHY & LEVINE, 1994, p. 185).

O primeiro registro da chegada de Carolina a São Paulo foi essa experiência de multidão. Porém, ainda era cedo para que a mineira, recém-chegada do interior, percebesse que esse fenômeno fazia parte do cotidiano na Estação da Luz na metade no século XX paulistano.

Não senti a sensação almejada. Contemplava tudo com indiferença, sentia profundo pavor da cidade industrial. Por quê? Não sei. Olhava aquele povo bem vestido. “Será que todos eles são ricos?” olhava os brancos, estavam bem vestidos. Olhava os pretos, estavam bem vestidos. Os que falavam, tinham dentes na boca e sorriam. E se o povo esta sorrindo então a cidade é boa. Aquela tristeza que senti foi desaparecendo aos poucos. Só no interior eu era tranquila; mas percebi que o meu pensamento ia modificando-se. Era uma transição que não era possível dominá-la. Que desordem mental tremenda. Sentia ideias que eu desconhecia como se fosse alguém ditando algo na minha mente (sic) (MEIHY & LEVINE, 1994, p. 186).

Apesar de sonhar muito com a cidade, ela não estava preparada para viver em uma cidade grande, onde não conhecia ninguém. Infelizmente as expectativas de ter uma vida melhor não viriam a se concretizar, mas permaneceu o restante de sua vida em São Paulo. Segundo relatos dos estudiosos de Carolina, as aspirações que ela cultivava sobre a cidade (que considerava um “favo de mel”) em seus primeiros dias, passam a ser modificadas diante das experiências urbanas vividas na capital. Logo, Castro & Machado (2007) nos revela que:

Nos dias que se seguiram, depois de procurar as amigas que lá estavam, ficou sabendo que a maioria das pessoas que vira eram operários das fábricas situadas no centro, não longe da Estação da Luz. Iam, quase todos, a pé para o trabalho: homens, mulheres e crianças. Não demorou também a conhecer o lugar em que moravam famílias inteiras, em pequenos cubículos alugados em alguma das inúmeras habitações coletivas. [...] Como de resto dos habitantes de São Paulo na década de 1930, Carolina [...] morou também “num cubículo sórdido da antiga favela dos baixos do viaduto Santa Ifigênia” e dormiu sob os pórticos dos grandes prédios. Mas nada a cansava

naqueles primeiros anos, nada a dissuadia de continuar na grande cidade que a aceitara (CASTRO & MACHADO, 2007, p. 25-28).

Carolina transitou em espacialidades diferentes e até opostas. Por exemplo, empregada doméstica, faxineira em hotéis, auxiliar de enfermagem, tentou ser artista de circo, dentre outras coisas. Uma das casas onde trabalhou é especialmente por ela lembrada: a de um cirurgião cardíaco, considerado o primeiro do Brasil, dr. Eurícles de Jesus Zerbini. Ele permitia que ela tivesse acesso aos livros de sua biblioteca particular nos dias de folga. Carolina nunca parava em um emprego, pois, de acordo com ela, ficava escrevendo e se esquecia da vida, deixava o feijão queimar, as patroas não tinham paciência e a mandavam embora. Por isso, ela teve muita dificuldade de conseguir um emprego, muitas vezes dormia na rua ou embaixo de viadutos. Mas quando tinha, dormia lá ou em quartos de aluguel nos cortiços, que estavam se tornando muito comuns devido à especulação imobiliária.

Nesses locais, quando os donos do terreno descobriram, pediam às autoridades para retomarem os imóveis. Por causa desse fato, as pessoas que moravam nesses lugares, procuraram o político dr. Adhemar de Barros (1901-1969), que era conhecido por ajudar os menos favorecidos. Após ele falar com o prefeito, conseguiu o terreno para que essas pessoas pudessem morar. Ficava às margens do rio Tietê, no bairro do Canindé. Ali, por volta de 1948, formou-se a primeira favela de São Paulo. Nessa época, o Brasil passava por muitas mudanças no campo social e político, principalmente no que concerne ao Presidente Juscelino Kubitschek, que quis transformar o país, cujo *slogan* era “50 anos em 5”, e tinha como objetivo a industrialização e a modernização do país. No final da década de 50 a cultura no Brasil passa por transformações, há um grande movimento para torná-la mais brasileira, possibilitando, dessa forma, maior liberdade de expressão. Nessa conjuntura, as mulheres se insurgem, os negros buscam se libertar do jugo cordial e do “seu não lugar social” (MEIHY, 2015, p.254), a população não mais se deixa dominar e as pessoas de “cor” começa a aparecer no cenário das elites.

Carolina pertencia ao grupo de imigrantes que ocupou os grandes centros urbanos, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo. Ela é mais uma entre tantos miseráveis. A favela Canindé foi construída perto de um depósito de lixo, hoje está extinta. Foi dela que ela passou a catar materiais para sustentar a família. Recolhia de tudo, como roupas, calçados, alimentos e muitos livros e cadernos encardidos com folhas em branco, nos quais passou a escrever, nos

anos de 1950, suas amarguras diárias, suas adversidades e relatos do dia a dia, além de contos, poemas, letras de músicas, peças de teatro. Dessa maneira, surgiu o seu diário. É verdade que o ato de escrever, incomodava seus vizinhos, que não eram alfabetizados, porém, sabiam que ela escrevia sobre o comportamento de todos da favela. Por esse motivo, sentiam-se incomodados e até ameaçados em vê-la escrevendo. Assim, a condição da autora como pessoa que coloca o espaço da favela em contato direto com o mundo oficial pode ser observada em várias passagens do livro, por exemplo:

18 de dezembro de 1958

... Eu estava escrevendo. Ela perguntou-me:

– Dona Carolina, eu estou neste livro? Deixa eu ver!

– Não. Quem vai ler é o senhor Audálio Dantas, que vai publicá-lo.

– E porque é que eu estou nisto?

– Você está aqui porque naquele dia que o Armim brigou com você e começou a bater-te, você saiu correndo nua para a rua.

Ela não gostou disso e disse-me:

– O que é que a senhora ganha com isto?

... Resolvi entrar para dentro de casa. Olhei o céu com suas nuvens negras que estavam prestes a transformar-se em chuva(sic) (QD, p.126).

A conversa revela que a escrita de Carolina Maria de Jesus está bem distante do pragmatismo característico da vida dos favelados. O “estar” no livro de Carolina não é compreendido. Esse fato não é de fácil absorção e é traduzido pelo outro, no caso, uma mulher favelada com quem Carolina discute, como algo que intimida. Definitivamente, para muitos que vivem na favela do Canindé, ser representado no livro de Carolina não é uma honra. É contraditório: é algo negativo, incômodo, nada satisfatório.

O leitor imaginário que para Carolina é o resgate, para as pessoas que provam o aborrecimento da exposição à teimosia, não autorizada, é alguém poderoso. O leitor é construído no imaginário de alguns favelados, portanto, como verdadeiro “duplo” de Carolina. Enquanto ela assume a tarefa de velar, o interlocutor com quem a autora bloqueia seu diálogo tem o papel de penalizar. Neste ponto, Carolina também se reveste de poder, ainda que de um poder embaçador, indefinido e, frequentemente, incompreendido. Todavia forte o suficiente para inquietar, amedrontar, como fica evidente também na discussão dela com o encarregado da cobrança da luz: Aborrece-se, e diz: “[...] Que nojo eu senti do tal Orlando Lopes. (...) Vim para o meu barraco” (JESUS, 1986, p. 151).

Nesse período, Carolina estava grávida de José Carlos, por isso aceitou o pequeno pedaço de terra, pois teria dificuldades de aceitação nos empregos. Outro fator que

determinou que ela aceitasse morar na favela foi a negação ao direito à moradia da população pobre paulistana que, de forma estrutural, até hoje é vítima⁸. Ela teve que construir seu barraco sozinha, mas contou com a ajuda de uma igreja, onde pegava restos de materiais para a construção, como papelão, madeira, sobras de alumínio e telhas de zinco. Quando chegava do trabalho, ia à igreja de bonde e voltava a pé, andava por alguns quilômetros, levava os materiais na cabeça e ainda tem que ir todos os dias buscar água em um poço, porque, na favela, não havia água encanada.

Carolina relata nos seus textos que assistiu há muitos casos de violência doméstica, fato esse contribui para se recusar ao casamento. Nesse aspecto, imaginamos que Carolina tem medo em passar pelas mesmas situações, uma vez que sua independência e o bem-estar de seus filhos são prioridade. Em 1948, quando mudou para a favela do Canindé, teve três filhos, cada um de pais diferentes, sendo um deles um homem da alta sociedade paulistana, como relata em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. João José de Jesus, o primeiro filho, é fruto da relação com um marinheiro português que a abandonou. Após dois anos, em 1950, nasceu José Carlos Jesus, seu segundo filho. Este, devido ao relacionamento com um espanhol. Nesse mesmo ano, Carolina publicou um poema, em louvor a Getúlio Vargas, no jornal “O defensor”⁹ em 17 de junho. Em 1953, Carolina teve Vera Eunice de Jesus, após o relacionamento com um comerciante dono de uma fábrica. Analisando-se seus inscitos, percebemos que Carolina nunca revelou a identidade do pai de sua filha.

Desde nova, Carolina mostra inteligência e criticidade, qualidades que a deixavam com permanentes conflitos: internos, com suas aflições à procura de alternativas diárias de sobrevivência; externos, com as demoras e negativas da publicação de seus poemas e contos. Além disso, com os vizinhos e conhecidos, segundo os registros em seus diários. Aguerriada, Carolina sempre se sobressai devido ao seu comportamento fora dos padrões, socialmente estabelecidos, por ser negra e pobre. Nesse ambiente, Farias (2018) afirma que:

Por outro lado, na favela propriamente dita, Carolina fazia a diferença porque era uma liderança nata: dava conselhos, orientava, ensinava a ler e

⁸ Os escritos de Carolina alegavam que: “Naqueles anos 40, o número de habitantes de São Paulo ultrapassou dois milhões, o dobro da década anterior. O principal problema da cidade era a habitação. Para os pobres, além do cortiço, habitação predominante da classe trabalhadora até a década de 1950, a outra solução era a autoconstrução na periferia, atrelada à forte especulação imobiliária e à alteração do sistema de transporte, com a criação de linhas de ônibus, que passaram a formar uma malha viária espalhada e flexível, facilitando ainda mais a industrialização” (CASTRO & MACHADO, 2007, p.31).

⁹ Segundo Raffaella Fernandez (2015), “O defensor” é reescrito por ela em seu diário de 15/07/1955 – 28/07/1955 (BN, Caderno 1, 47, GAV1, 01).

escrever, falava bem e se impunha como uma mulher forte e independente. O fato de lidar com uma população marginalizada e abandonada pelo poder público, muitos analfabetos, desempregados e vitimados pelo vício do alcoolismo e da violência, a projetou como um “ser estranho” dentro de um universo em desordem. Quando ia vender o papel catado nas ruas, ela era uma das únicas que assinavam o recibo de pagamento, enquanto todos os outros borravam o dedo com a marca da digital (FARIAS, 2018, s/p).

Não temos conhecimento em qual período Carolina começou a escrever, mas sabemos que deu o primeiro passo à procura de reconhecimento como escritora em fevereiro de 1940. Relata que foi à redação dos jornais *Folha*¹⁰ e apresentou seus escritos para o jornalista e escritor Willy Aureli. Pela primeira vez, foi chamada de poetisa¹¹ e ganhou uma reportagem no *Folha da Manhã*.

Em 15 de julho, ela começou a escrever em forma de diário, sobre tudo o que acontecia na favela. Depois de três anos, em abril de 1958, foi descoberta por Audálio Dantas que era fotógrafo e repórter do jornal *Folha da Noite* e foi indicado para fazer uma reportagem da abertura de um pequeno parque municipal que havia sido instalado para as crianças na favela Canindé. Logo após a comemoração, uma gangue de rua chegou para exigir o lugar e começou a perseguir as crianças. Carolina estava de pé na beira do local e começou a gritar: “saíam ou eu vou colocar vocês no meu livro!”. Eles partiram. Nesse momento, Audálio Dantas viu Carolina, observando tudo o que ocorria, dirigiu-se a ela e perguntou o que queria dizer aquela frase. Carolina explicou-lhe que escrevia tudo o que acontecia na favela e o levou até seu barraco, mostrou-lhe os seus vinte e poucos cadernos escritos à mão. Assim, ele pediu uma pequena amostra dos textos e levou para o jornal.

Nesse momento a vida de Carolina ganha uma notoriedade por causa de seus textos. Foi por ela externar que colocaria no livro tudo o que estava acontecendo naquele lugar, que desperta o interesse de Audálio. Foi vista por ele e foi assim que tudo começou na vida de dela, na qual passaria a ser conhecida nacional e internacionalmente a partir desse fato.

¹⁰ Trata-se do grupo *Folha*, que será citado ao longo deste trabalho. É composto pelo jornal *Folha de Noite*, criado em 1921, sua edição matutina *Folha da Manhã*, fundada no mesmo ano, e a *Folha da Tarde*, lançada 24 anos depois. Em 1960, os três jornais se fundiram e surgiu o jornal *Folha de S. Paulo*.

¹¹ Carolina de Jesus narra este encontro: “Falei com o distinto jornalista Vili Aureli. Mostrei-lhe os meus escritos e perguntei o que era aquilo que eu escrevia. Ele olhou-me minuciosamente, sorriu e respondeu-me: – Carolina, você é poetisa! – levei um susto, mas não demonstrei. [...] No fundo do coração eu agradeço o saudoso e ilustre Vili Aureli, por dizer-me que sou poetisa, porque, com dois anos de grupo escolar eu não ia perceber” (JESUS *apud* MIRANDA, 2013, p. 101).

Figura 2: Carolina e Audálio Dantas, na favela de Canindé.



Fonte: <https://www.vidapoescrito.com/>

Nos dois anos seguintes, Audálio Dantas leu os textos empoeirados, fez procedimentos editoriais e chegou à conclusão de que não havia ninguém melhor que um sujeito residente na favela para mostrar seu cotidiano. Carolina conhecia muito bem esse lugar do qual tanto falava. Em 1959, a revista *O Cruzeiro* publicou uma matéria sobre Carolina e alguns trechos do diário. Desse destaque resultaria, em 1960, a publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, que lhe traria reconhecimento nacional e internacional. De discurso individualizado, restrito, os escritos de Carolina passaram a ter *status* de diálogo com o social. Nesse caso, segundo Farias (2018):

Carolina passou a ser exposta, diariamente, pela imprensa falada, escrita e televisionada. A partir da década de 1960, exatamente no ano do grande “boom” de Carolina, a TV, inaugurada dez anos antes, chegava a atingir uma grande audiência tanto na população alfabetizada quanto analfabeta, se tornando o “meio preferido das agências de publicidades”. No caso da Carolina, ela usufruiu de um dos meios de comunicação, o qual marca o “acesso da elite econômica brasileira ao televisor (década de 1950-1960), considerado um luxo” para a sociedade brasileira (FARIAS, 2018, p.216).

Há espaço também nas narrativas de Carolina para o “homem bom” e seu referido poder, que não deve ser visto como algo menor, mesmo quando nenhum homem parece exercer grande força na narrativa. Há alguns que são solícitos à Carolina, que a ajudam,

notadamente com o fornecimento de gêneros alimentícios. Salienta-se o quanto seu poder, explícito na qualidade de editor do diário, interfere na construção da personagem e no destino da mulher real (Carolina Maria de Jesus). O universo masculino aparece na sua obra, vinculado à ideia de “libertador”.

É só quando Audálio Dantas chega à vida de Carolina, que a fala da protagonista, até então latente, é levada ao outro, é viabilizada, dessa forma, como discurso ideológico nos termos de Bakhtin. É ele que garante a ela “revelar” suas “verdades”. Ao editar seus inscitos, passa a ser responsável por sua projeção no mundo. Ele surge do âmbito oficial e, sensibilizado pelo que ela escreve, constrói o que será o caminho da mulher em direção à efetivação do diálogo com o leitor por ela idealizado. Assim, segundo Azeredo (2012),

Dantas não está em busca de alguém a quem deva prestar um serviço. Há uma ideologia em sua prática. Porém, esta ideologia é de cunho mais individualista, em um primeiro momento. Ele procura o objeto (fotos e palavras) que constituirá sua fala. O que ele encontra é, não só isso, mas uma *mulher* lutadora, corajosa, é verdade, mas absolutamente *fragilizada* por forças opressoras que transbordam sua capacidade de luta. Carolina vive na mais profunda miséria e precisa do lixo para sobreviver. Ela é, em última análise, uma mulher que tem algo a dizer, mas que é também prisioneira de condições que lhe impõem a miséria. A catadora em questão precisa do Outro para materializar o seu grito de socorro, para emancipar-se da dor e sofrimento (AZEREDO, 2012, p. 219).

Quatro meses depois da publicação do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, Carolina e seus filhos conseguem sair da favela. Foi morar, a princípio, no fundo da casa de um amigo, em Osasco-SP, porém, sua saída não foi fácil porque os moradores gritavam, jogavam pedras e a desacatava afirmando que ela “tinha ficado rica escrevendo sobre a favela, mas se recusou a compartilhar o dinheiro com eles”¹². Logo depois, Carolina foi morar numa casa que comprou no bairro de Santana. Não deixou de registrar, em um novo diário, o que acontecia por ali. Depois de editado, converteu-se no seu segundo livro *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961) que obteve uma triagem inicial de 30 mil exemplares.

Segundo relato da autora, não tinha sossego em sua nova casa, uma vez que havia sempre pessoas em sua porta pedindo, cada um com uma história diferente. Por isso, Audálio

¹² LEVINE, R. M. *The Cautionary Tale of Carolina Maria de Jesus*. *Latin American Research Review*, Miami, v. 29, n. 1, p. 55-83, 1994.

Dantas pede que Carolina tivesse cautela e controle, que não gastasse dinheiro demais. Em consequência dessa situação, ela decidiu se mudar para um modesto sítio em Parelheiros, localizado a 40 quilômetros da cidade de São Paulo, retornando, assim, às origens rurais, sob a luz de lampiões. Essa mudança, contudo, marcará seu esquecimento por parte da imprensa e o acúmulo de problemas financeiros. Assim, além de voltar à condição de catadora, teve que criar animais para sustentar-se com os filhos.

Carolina Maria de Jesus faleceu em 13 de fevereiro de 1977, aos 62 anos, vítima de uma violenta crise de bronquite asmática e insuficiência respiratória crônica. Seu sepultamento foi simples, no Cemitério de Embu Guaçu, nenhuma personalidade pública compareceu, com exceção de Audálio Dantas. Atualmente ela é considerada uma das primeiras escritoras negras do Brasil e porque não dizer, uma das mais importantes do país. Em 2020, no catálogo da *Capes* havia 61 trabalhos sobre a obra *Quarto de despejo* e 87 sobre Carolina Maria de Jesus¹³.

Assim, contradizendo a fala que muitos dizem sobre os inscritos de Carolina, Meihy (2015, p.256) menciona: “começamos por garantir que, tendo em vista aquele cenário frequentado, Carolina foi sim uma escrita provável. Improvável é negar-lhe o direito de participação em acontecimentos do ambiente tensionado que a escreve”. O fato é que ela era pobre, desprovida de instituições, semianalfabeta. Ela ousou adentrar no mundo dos brancos, os quais exerciam o poder de se manifestar, eram participantes de uma elite de abastados, se expressavam em nome daqueles que não tinham voz. Mais do que isso, Carolina ousou se inserir não somente no mundo dos homens, mas até mesmo no de grandes escritoras como Clarice Lispector, Cecília Meireles, Cora Coralina, Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, entre outras, desafiando-os, segundo Bassani (2018, p. 15), “para além de sua escrita, pois não raro, suas reações se deram até mesmo pela força física, um dos elementos constitutivos de sua virilidade”. Para esta autora,

Carolina desestabilizou certezas a respeito do que se esperava de um sujeito favelado, na medida em que sua virilidade vai de encontro às atitudes de normalidade e às características da comunidade dos excluídos. Enquanto as outras mulheres apanhavam de seus maridos, ela ouvia valsas vienenses ou novelas de rádio. Diversas vezes, em sua obra, ela revela que não pode passar sem ler, sem ter contato com a escrita, o que não corresponde às expectativas da sociedade burguesa para uma mulher simples da favela, uma catadora de lixo. Carolina lê e escreve práticas de luta/resistência que possibilitam sua emergência e notoriedade (BASSANI, 2018, p. 15).

¹³ Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

Em consequência das condições em que vivia, Carolina resiste às adversidades por meio de sua escrita, mostrando ao mundo detalhes sobre as condições de vida em uma comunidade de favelados, denunciando tantas negligências por parte dos governantes e a vida árdua dos moradores, pois não tinha acesso às mínimas exigências para uma vida digna, ou seja, sem direito à educação, à saúde, à alimentação, ao saneamento básico. Em 1960, foi homenageada pela Academia Paulista de Letras e pela Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo.

Carolina lançou o livro *Provérbios*, em 1965, com edição da própria autora; infelizmente este livro não teve nenhuma repercussão. Também escreveu o romance *Pedaços da fome*, em 1963, foi lançado com menção do sociólogo Eduardo de Oliveira. No entanto, a imprensa não teve interesse. Depois que ela morreu, surgiram as publicações póstumas sobre ela, a saber: em 1984 foi relançado *Diário de Bitita*; a Rede Globo de Televisão produziu o documentário: Caso verdade: de catadora de papel à escritora famosa. Adicionando à lista de publicações, os professores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine escreveram o livro *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, em 1994, esta obra despertou novamente o interesse da mídia sobre a vida e a obra de Carolina. Segundo Teixeira (2017), em 1995, esses professores foram aos Estados Unidos e divulgaram o livro *The life and death of Carolina Maria de Jesus*. Um ano após, Meihy e Levine prepararam o material deixado por Carolina e lançaram: *Meu estranho diário e Antologia pessoal*.

Carolina enfrentou muitas situações de adversidades, passou fome, violência, perdas, moléstias, discriminações parte de toda a sociedade. Esses fatos devem-se à pobreza e à cor negra. No entanto, ela mostrou, através de seus escritos, a importância do testemunho, como forma de denúncia, do preconceito racial e da desigualdade social. Dessa forma, submissão econômica e cultural, uma vez entrelaçadas, passam a criar desafios para que as entendamos de maneira a não priorizarmos uma em detrimento da outra. Desigualdades econômicas, sociais precisam ser pensadas sempre sob a perspectiva de todos, pois, atingem diferentemente sujeitos negra(o)s e branca(o)s, mulheres e homens.

A dificuldade de Carolina ser reconhecida como uma escritora e mesmo de ter seus textos lidos mostra como fronteiras são delimitadas em razão da cor. Afirma ela: "... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta" (Jesus, 2001, p. 65), ou "Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. [...] Se

é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta" (Jesus, 2001, p. 65). Por isso, é mais do que merecido, toda homenagem feita a essa ilustre escritora.

2.3 Quarto de despejo: ascensão social de Carolina Maria de Jesus

Figura 3: O livro Quarto de despejo



Fonte: <https://www.geledes.org.br/centenario-de-carolina-maria-de-jesus/>

Este livro é narrado em primeira pessoa. É tido como literatura documentária e tem aspecto de contestação/denúncia de fatos sociais que aconteceram entre as décadas de 1950 e 1960 em São Paulo. A obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* é considerada atual por sua temática tratar de problemas existentes até hoje nas grandes cidades do Brasil. Um diário baseado em experiências de vida que se pautam na escolha do caminho da *verdade*. É escrito a partir do viés feminino e desde a sua primeira edição, vem sendo reeditado sem as correções gramaticais, formando, assim, um relato fiel do contexto social dos excluídos. Na oitava edição, de 2004, Audálio Dantas explica que, em nenhum momento, fez uma varredura dos erros gramaticais ou mesmo ortográficos. Segundo ele, “Esta edição respeita fielmente a linguagem da autora que muitas vezes contraria a gramática, mas que por isso mesmo traduz com realismo a forma de o povo enxergar e expressar o mundo” (DANTAS, 2004. p.7).

Em 1958, Audálio Dantas transcreve as partes do diário para transformá-las na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Todavia, deparou-se com muita resistência por parte das editoras para a publicação, até que obteve um acordo com o editor da Livraria Francisco Alves. No decorrer da assinatura do contrato, Carolina recebeu convites para entrevistas nas TVs, jornais e revistas da cidade. Esteve até no programa da “Record em

notícias” da emissora homônima. Nesse período, ela recebeu um adiantamento pela publicação do livro e pôde comprar comida, roupa, alimentos e principalmente carne. Portanto, em 1960, a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* foi publicada com uma tiragem inicial de dez mil exemplares. 600 vendidos durante a primeira noite de autógrafos. Em 21 de agosto desse mesmo ano, o jornal *Folha de São Paulo* publicou que *Quarto de despejo* atingiu o *ranking* dos mais vendidos na última semana, chegando ao topo da lista como mostra a figura abaixo:

Figura 4: Lista dos livros mais vendidos da *Folha de S.Paulo*.

Os mais vendidos

LIVROS

- 1 — *Quarto de despejo* — Carolina Maria de Jesus
- 2 — *Porque não sou cristão* — Bertrand Russell
- 3 — *Memórias* — Marechal Montgomery (1)
- 4 — *Trem de Istambul* — Graham Greene
- 5 — *Reflexões sobre o racismo* — Jean Paul Sartre (5)

DISCOS DE 78 RPM

- 1 — *Tema de amor do filme "Amores Clandestinos"* — Billy Vaughn
- 2 — *Noite chela de estrelas* — Polly e sua guitarra havaiana (3)
- 3 — *Alguém me disse* — Anísio Silva
- 4 — *Meu dilema* — Nelson Gonçalves (4)
- 5 — *Não voltarei amar* — Johnny Ray

DISCOS DE 33 RPM

- 1 — *S'Concert n.º 2* — Ray Conniff (1)
- 2 — *Sempre Alerta* — Trio Irakitan
- 3 — *Holiday for Spring* — David Rose
- 4 — *As 2 faces de Juca Chaves* — Juca Chaves
- 5 — *Voltei* — Maisa

(*) Posição na semana passada.

Fonte: *Folha de S.Paulo*, 21 de agosto de 1960 *apud* Farias 2017, p.225.

Uma menção positiva foi a de Manuel Bandeira, no *Jornal do Brasil*, quando declarou que Carolina tinha “bastante talento literário para não fazer literatura, para dizer as coisas pão-pão, queijo-queijo, para não ser senão a copista da humilde verdade”¹⁴. Assim, ela recebeu o título de cidadã paulistana e uma homenagem em forma de samba-canção gravado por Ruth Amaral:

Quarto de despejo
 Nas folhas brancas que do lixo recolhia
 Ela escrevia o drama de sua gente
 Sua própria história de tristeza
 E a pobreza de todo aquele ambiente
 Deus satisfaz o seu desejo
 Do teu “Quarto de despejo” viu seu dia de ventura
 Hoje todo mundo fala nela
 Não mora mais na favela Mora na literatura
 (B. LOBO, *Quarto de despejo*, gravado por Ruth Amaral)

¹⁴ A humilde verdade, Manuel Bandeira. *Jornal do Brasil*, 27 de novembro de 1960, p. 3.

Quarto de despejo: diário de uma favelada também foi adaptado para o teatro em 1961. A atriz Ruth de Souza interpretou a autora, a qual ajudou a atriz com a composição do figurino e a levou até a favela para que Ruth pudesse conhecer o dia a dia das pessoas. Tal como já mencionamos nesta tese, o livro reproduz o cotidiano da favela. Carolina, em seu relato, descreve a dor, o sofrimento, a fome e as angústias dos favelados através de uma linguagem simples, objetiva e muito marcada pela oralidade. São temas que nos mostra o descaso do poder público e da sociedade para com a população, o preconceito e o dia a dia na favela.

De acordo com Tom Farias (2017), as traduções do livro surgiram, na maior parte, entre os anos de 1961 e 1965. A primeira tradução foi realizada na Dinamarca, em seguida na Holanda e Argentina. *Quarto de despejo: diário de uma favelada* foi lançado, em 1962, na França, Alemanha Ocidental, Suécia, Itália, Checoslováquia, Romênia, Inglaterra, Estados Unidos e Japão. No entanto, o livro foi proibido em Portugal devido ao regime de Oliveira Salazar. Em relação ao valor recebido pelas traduções, não há informação precisa, conforme Tom Farias (2018) expõe:

(...) Nos primeiros contratos com as editoras estrangeiras, entretanto, ficou previsto uma porcentagem para ele [Audálio Dantas]. O controle das contas passava pela Livraria Francisco Alves, através do Dr. Lélío e do sr. Miller. Mas os problemas com Carolina relativos ao dinheiro foram de tal ordem que, por volta de 1963, Audálio desistiu de sua parte e de qualquer relação com o assunto. O gerenciamento ficou com a Livraria Francisco Alves. [...] [que] também tiveram problemas com os editores estrangeiros e com Carolina [...]. Por volta de 1965 a livraria abandonou controle das traduções, possivelmente com prejuízos para todos (FARIAS, 2018, p.334).

E assim, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* ainda hoje serve como referencial do identitário nacional, foi traduzido para dezesseis línguas. O artigo *The cautionary Tale of Carolina Maria de Jesus* indica 13 línguas, mas, até o presente momento, já foram localizados 16 traduções em quarenta países, incluindo-se a antiga União Soviética, o que o torna um dos livros brasileiros mais conhecidos no exterior, o qual, segundo Audálio Dantas afirma: “do homem relegado à condição mais desesperada e humilhante de vida – foi também o sucesso pessoal de sua autora, transformada de um dia para outro numa patética Cinderela, saída do borralho do lixo para brilhar intensamente sob as luzes da cidade” (JESUS, 2001, p.4).

CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE EM CAROLINA MARIA DE JESUS

O título deste capítulo deve-se ao fato de que Carolina Maria de Jesus ao escrever, narra sua própria vida, suas ações, suas vivências, suas experiências, através do gênero escolhido. A escrita de si constitui uma rica documentação quando se deseja investigar situações históricas, para conhecer formas e práticas de subjetividade em um passado individual e social. Define-se como um exercício literário em nossa atualidade e vem se formando como um lugar de interesse para a pesquisa historiográfica e que tem possibilitado, como afirma Galle (2009, p. 12-13), “aos estudiosos dessa temática, explorar os textos auto narrativos como gênero literário autônomo e reconhecido no campo literário”.

3. 1 A escrita de si: o *eu* na fala de Carolina

Encontramos na escrita de si uma importante e necessária documentação para “delimitar e problematizar ‘objetos’ como *sujeitos*¹⁵. Assim, por meio da relação tripla entre autor-vida-obra é possível problematizar como o sujeito desenvolve práticas de *subjetivação*¹⁶ na composição e modificação histórica de si mesmo ao escrever sobre si” Castro (2004, p. 408). A escrita de si surge nos escritos de Foucault no início dos anos 1980, em sua fase de pesquisa denominada como estudos genealógicos. No que concerne à produção literária sobre o sujeito, o filósofo teve grande interesse pelo sujeito como efeito de linguagem em um processo de atração pelo discurso, ou seja, com intuito de desenvolver uma análise sobre o sujeito a partir de uma perspectiva sobre sua interioridade.

Nesse sentido, Foucault (2014, p.320) já observa que a escrita de si constitui o próprio sujeito, cria a noção de indivíduo, portanto, a escrita de si pode ser apoderada como um questionamento da identidade. Ele afirma também que “a escrita de si se tornou um exercício para a constituição de si mesmo no prolongamento da própria subjetividade por meio de um exercício de meditação”.

¹⁵ De acordo com Castro (2004), o termo sujeito aqui é empregado para se referir à definição moderna, ou seja, a compreensão do sujeito como ser pensante e autônomo em sua relação com o real a partir de sua consciência pensante e racional.

¹⁶ O termo *subjetivação* foi introduzido por Michel Foucault, segundo Castro (2004), na perspectiva de se realizar uma história de forma-sujeito, isto é, uma história dos modos de *subjetivação* que permitem a compreensão das práticas que constituem a vida dos indivíduos.

Pêcheux também enfatiza a forma como a subjetividade é construída e negociada por meio das práticas discursivas. Os discursos não apenas refletem a realidade, mas também a produzem, moldando as identidades e subjetividades dos sujeitos através de estruturas, linguagem e ideologia. Já Foucault examina como as relações de poder influenciam a formação da subjetividade. Destaca como as instituições sociais (família, escola, etc.) exercem controle sobre os indivíduos, moldando suas identidades e subjetividades de acordo com normas e discursos dominantes. Embora ambos os autores falem sobre a questão da subjetividade, optamos pelo enfoque de Foucault, sobretudo pelo fato de o autor ser o primeiro a falar sobre a Escrita de Si.

Por outro lado, a autobiografia (que seria uma espécie de gênero maior) atua como uma objetivação do *eu* que fala, que se dá ao olhar do outro ao mesmo tempo em que olha para si. Dessa forma, Lejeune (2008, p.53) argumenta que “o que define a autobiografia para quem a lê é, antes de tudo, um contrato de identidade que é selado pelo nome próprio”. Para o autor, esse acordo autobiográfico assegura a veracidade narrativa, é um modo de leitura no qual o que é contado é tomado como inquestionável.

Ainda segundo Lejeune (2008), “a identidade de nomes entre autor, narrador e personagem implica, para o leitor, o entendimento de que o tom confessional das narrativas autobiográficas pressupõe uma garantia de verdade” (p.33). De fato, a identidade é o ponto de partida fundamental da autobiografia no qual o autor, o narrador e o personagem principal de um relato são a mesma pessoa do discurso. Para este autor, a autobiografia é “tanto um modo de leitura quando um tipo de escrita, é um efeito contratual historicamente viável” (p.46). E, continua o autor, “o paradoxo da autobiografia literária, seu jogo dublo essencial, é pretender ser ao mesmo tempo um discurso verídico e uma obra de arte” (p.61) que é confiável, referencial-histórico, por assim dizer.

Neste trabalho, entendemos a escrita autobiográfica como um gênero discursivo, ou seja, formas de dizer mais ou menos estáveis em nossa sociedade e que, segundo Bakhtin (2003), resultam em formas-padrão “relativamente estáveis” de um enunciado, determinadas sócio historicamente. Assim, o discurso é moldado pelo gênero em uso e abrange diversos tipos de textos a ele relacionados, dentre eles, o diário, que consiste em registros de fatos do cotidiano e, aparentemente, garante a comparação da verdade sobre o *eu* que fala, isto é, tudo o que é dito pode ser tomado como verdade. Esse foi o intuito de Carolina Maria de Jesus ao narrar eventos do seu dia a dia, portanto, de sua vida. Vejamos isso nos seguintes trechos:

... há de existir alguém que lendo o que escrevo dirá ... isso é mentira! Mas, as misérias são reais (JESUS, 2001, p.41).
 ... Que não sou mentirosa. Que falei que ia comprar os sapatos, e comprei. Que eu tenho palavra (...) Eu estava tão cansada. Eu queria sair para arranjar mais dinheiro. Mas a cancela dominou-me (sic) (JESUS, 2001, p.60).

Percebemos, a partir da fala de Carolina, como a escrita do *eu* serve, no mínimo, para buscar organizar as experiências vividas, ou seja, a própria subjetivação. O sujeito que relata a si mesmo tenta, sobretudo, dar sentido à própria existência, firmar sua identidade e garantir sua permanência. Escrever, para Carolina, é, portanto, conferir significado à própria vida.

As definições teóricas que rodeiam os gêneros ditos confessionais fixam a experiência do indivíduo, dando à sua vida um caráter narrativo. Os próprios termos utilizados se misturam: autobiografia, escrita de si, memórias, diários, escrita íntima, escrita confessional. Porém, o que importa neste trabalho, de modo geral, é que todos eles dispõem da marca comum da afirmação pessoal: “um *eu* que se revela no texto, procurando, ao menos em tese, ser sincero (ou *parecer* sincero), tentando, pela introspecção, justificar sua subjetividade, sua individualidade, tanto para si como para o outro” (ARAÚJO, 2011, p. 12).

Nesse aspecto, a escrita de si é um gênero literário autobiográfico que se caracteriza por uma tentativa por parte do sujeito, de objetivar o *eu* que fala. Segundo Araújo (2011, p.12), “desde as Confissões de Santo Agostinho, passando pelos Ensaios de Montaigne e por As confissões, de Rousseau, a narrativa do *eu* procura investigar, por meio da introspecção e da narração da própria vida, o que caracteriza e define o indivíduo”. Em vista disso, o conhecimento de si na obra Quarto de Despejo representa uma subjetividade habilitada para falar com sinceridade sobre si mesmo, sobre os outros e sobre São Paulo. Como propõe Foucault (2014), “o sujeito do discurso é, portanto, um sujeito que reproduz as coerções do ‘regime de verdade’ de sua época e de sua cultura. Para ele, seja qual for a função a que se refere – informar, aconselhar, exortar, consolar – a escrita de si traduz-se em um exercício, um treinamento para o escritor que, ao escrever, constrói-se enquanto sujeito.

No trecho abaixo, observamos como o gesto singular da escrita de si denuncia o destrato, o preconceito e a indiferença que Carolina sofre perante a outro consumidor:

... Depois fui no Açougue Bom Jardim comprar carne. Cheguei no açougue, a caixa olhou-me com um olhar descontente.
 – Tem banha?
 – Não tem.
 Tem carne?
 – Não tem.

Entrou um japonês e perguntou:
 – tem banha?
 Ela esperou eu sair para dizer-lhe:
 – tem.
 Voltei para a favela furiosa. Então o dinheiro do favelado não tem valor?
 Pensei: hoje eu vou escrever e vou chingar a caixa desgraçada do Açougue Bom Jardim.
 Ordinária! (sic) (JESUS, 2001, p.132-133).

Pela escrita de si, Carolina denuncia uma prática social negada à mulher moradora da favela – o direito de comprar seu alimento – e os preconceitos em que se baseiam a proibição. Percebe-se nesta formação discursiva (que mostra a condição do sujeito falante determinado por uma situação social) a presença de uma ideologia que diferencia o negro do branco, o rico do pobre, como se não fossem iguais. O tom indignativo do enunciado de Carolina antecipa o seu efeito como prática que é – prática real – historicamente estabelecida e que haverá, como conhecemos, consequências nas transformações sociais sucedidas no final do século XIX como também no século XX, embora sucedam-se de forma lenta.

3.2. O gênero Autobiográfico

A partir da análise de nosso objeto de estudo, que o diário, bem como as demais narrativas de memória, é pouco trabalhado em contextos da escrita, principalmente por alguns autores renomados, talvez pelo fato dos textos desses subgêneros, em pleno século XXI, ainda serem conceituados/considerados como literatura “marginal”. Quem usou esse termo foi Castelo Branco Chaves (1978) para se referir ao memorialismo, porém, lamentavelmente, essa ideia ainda hoje se aplica ao tratamento dado ao diário.

Evidentemente, a referência dada ao diário por parte de Castelo como pertencente à literatura marginal, foi feita pelo autor em outro contexto, no qual ele cita o memorialismo português, mostrando que o gênero memorial não é tratado como uma literatura de primeira ordem. Sendo assim, é desconsiderado nos estudos de literatura e da cultura portuguesa. Chaves (1978), além de ver injustiça nessa predisposição, também observa:

Numa de suas *Causeries*, Sainte-Beuve escreveu um dia a propósito das Memórias de Marmontel: Ora, este sentimento de Sainte-Beuve para com os escritores de segundo plano pode, com igual espírito de equidade, ser suscitado entre nós, pelo menosprezo a que têm sido votados os gêneros muito arbitrariamente considerados como marginais da literatura digna de história e de estudo, como sejam, por exemplo, o noticiário, o panfleto, a crônica, as memórias, o diário pessoal (CHAVES, 1978, p. 10).

Apesar de o diário ainda ser pouco utilizado, estamos de acordo com Chaves e consideramos este subgênero digno de estudo, independente do tipo de diário a ser tratado. Contudo, mesmo que associem o diário ao plano íntimo, o termo está ligado a diversas áreas, como também profissões, por exemplo, à *internet* (página de um diário), ao cinema, com o *Diário de Anne Frank* e desenhos. Nesse sentido, vale ressaltar que em nosso estudo, a presença desse subgênero é o instrumento de registro pelo qual Carolina Maria de Jesus trouxe a nós suas experiências vividas. O que justifica a nossa proposta de analisar, dentro das categorias da Análise do Discurso, fragmentos da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, conforme já mencionado nesta pesquisa.

Chaves (1978) define o diário como um jornal íntimo, justamente pelo fato de permitir a recordação de acontecimentos, ideias e subjetividades, possuir dupla presença, uma, como documento relevante, outra, como criação literária valiosa. Nessa perspectiva, Pimentel (2011) conceitua o diário como:

Um registro de experiências pessoais e observações passadas, identificando como um documento pessoal, em que o sujeito que escreve inclui interpretações, opiniões, sentimentos e pensamentos, sob uma forma espontânea de escrita, com a intenção de falar para si mesmo. O diário é, portanto, um retrato de quem o escreve, já que o diarista registra, praticamente no momento em que vive, uma experiência, captando as disposições do espírito e os pensamentos mais íntimos (PIMENTEL, 2011, p.5).

Notamos nessa definição da autora que, no diário, há um acordo entre autor e leitor, ou seja, um “pacto autobiográfico”, Chaves (1978, p.37) afirma, “pois apesar de se destinar ao próprio escritor, há um ato comunicacional entre o ‘eu sujeito’ e o ‘eu objeto’, no caso, um outro a quem se destina o diário”. Dessa forma, o leitor entende a voz que diz no texto como o “eu sujeito” e tudo o que é narrado, toma como válido e que possa certificar sua veracidade. É o nexos, entre narrador e personagem que possibilita essa ideia de verdade nos textos de escrita de si. Sobre isso, Chaves (1978) expressa:

Um dos aspectos que faz um diário tradicional ser admirado pelos seus leitores, dos comuns aos especializados, é a sua voz autoral, a qual revela um gênio, uma forte personalidade, que é também histórica. O resultado disso é o pacto: o leitor espera que o que está sendo relatado na linearidade dos dias não seja irremediavelmente penetrado pela ficção e que se permaneça

garantido pela verificação dos fatos apresentados em provas do mundo ao qual a narrativa faz referência – diferentemente do que costuma acontecer em relação aos diários ficcionais e demais gêneros literários não autobiográficos, nos quais, a rigor, as relações, estabelecidas pelo leitor, entre plano narrativo e contexto histórico (psicológico, social, político, cultural etc.) são menos imediatas. Acontece que nos diários íntimos e em outros gêneros da escrita de si fica com frequência estabelecida a identidade entre as categorias autor, narrador e personagem (o que origina o pacto autobiográfico, nos termos de Philippe Lejeune), identidade que, ao centrar-se no sujeito, avizinha-se mais facilmente do leitor (CHAVES, 1978, p.2).

Para Lejeune (2008, p. 259), o diário “é uma escrita quotidiana: uma série de vestígios datados”. Desse modo, a data é a estrutura do diário, uma vez que é essa marcação de tempo que certifica autenticidade ao momento narrado. Composto em primeira pessoa, cujo tema relata os pensamentos, desejos, sentimentos e fatos ocorridos com quem escreve. Para Bakhtin (2003), conforme já reportado, os gêneros discursivos possuem conteúdo temático, estilo e composição e, de acordo com Chaves (1978, p.38), “também que é essencial considerar o destinatário do texto para que o autor possa fazer as escolhas de estilo e linguagem”. Quanto ao diário, tê-lo em conta somente a partir do aspecto, segundo Lejeune (2008), “vestígios datados”, deixa de lado a destinação, o conteúdo e a forma:

A destinação dos diários variou muito ao longo da história. No início, os diários foram coletivos e públicos, antes de entrarem também na esfera privada, depois individual, e, enfim, na mais secreta intimidade. Digamos apenas que um diário serve sempre, no mínimo, para construir ou exercer a memória de seu autor (grupo ou indivíduo). Quanto ao conteúdo, depende de sua função: todos os aspectos da atividade humana podem dar margem a manter um diário. A forma, por fim, é livre. Asserção, narrativa, lirismo, tudo é possível, assim como todos os níveis de linguagem e de estilo, dependendo se o diarista escreve apenas para ajudar a memória, ou com a intenção de seduzir outra pessoa. Os únicos traços formais invariáveis resultam da definição aqui proposta: a fragmentação e a repetição. O diário é em primeiro lugar, uma lista de dias, uma espécie de trilho que permite discorrer sobre o tempo. Mas ele também foi capaz de se transformar em outra coisa (LEJEUNE, 2008, p. 261).

Esse autor esclarece que o diário tem, no mínimo, o papel de registrar e construir a memória de quem escreve, seja para si ou para a posteridade, caso o diário seja publicado. Ele traz o registro de determinada época, um incentivo para alguém resistir diante das adversidades ou documentar experiências, expor os sentimentos, pensamentos, narrar o que

aconteceu no cotidiano. Sua forma é livre, considerando-se que sempre será um fragmento, já que em nenhum registro é possível expor evidentemente tudo o que acontece, pois o mais essencial de sua base é o tempo. Quanto ao destinatário, dependerá do tipo de diário, pois é uma necessidade de quem escreve e que pode ser justificada por motivos variados. Por isso, acredita-se ser pouco provável que exista nele um perfil psicológico, ou seja, determinada maneira de dispor, de ordenar ou de posicionar sujeitos. É o dito e o não dito, composto por uma rede que engloba elementos discursivos, porém existe um perfil social específico, como aponta Lejeune (2018, p.42): “pessoas que se preocupam com o tempo, as que são instruídas e as que têm gosto pela escrita, ou ainda as que moram em cidades”.

A utilização do gênero diário é uma das formas da escrita de si, pois se trata de um gênero confessional em que uma pessoa relata experiências, ideias, opiniões, desejos, sentimentos, acontecimentos e fatos do cotidiano. Dessa maneira, a língua acontece através de enunciados, tanto orais como escritos, empregados pelos falantes de todas as esferas da atividade humana. Segundo Bakhtin, esses enunciados são conhecidos por gêneros do discurso e refletem condições específicas, para esse autor:

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003, p. 261-262).

Assim, a estrutura do gênero demonstrado por Bakhtin explica os três elementos que o compõem e que são essenciais para determinar as condições e os objetivos de cada enunciado. Em uma dada situação comunicativa, a fala em si é particular, porém o conteúdo temático, o estilo e a composição pertencem a um campo de utilização da língua, visto que a escolha do gênero depende da situação de interação: quem fala, o que, para quem, com que finalidade, etc., ou seja, a concepção de estilo de Bakhtin não se restringe nem à análise das formas linguísticas em si, nem ao caráter psicológico do autor. Sua compreensão é mais abrangente, uma vez que todo e qualquer gênero do discurso constitui um estilo próprio de enunciação.

Esse conceito não exclui a possibilidade do estilo individual. Ele acontece, todavia existem tipos genéricos que melhor propiciam sua emergência e desenvolvimento. Portanto, esse estilo não é totalmente individual, visto que a linguagem é inerentemente dialógica. Nesse aspecto, Marchuschi apresenta o gênero como uma prática social e uma prática textual discursiva, porque se posiciona entre o discurso e o texto:

O gênero é uma escolha que leva consigo uma série de conseqüências formais e funcionais. Na realidade, se observarmos como agimos nas nossas decisões na vida diária, dá-se o seguinte: primeiramente, tenho uma atividade a ser desenvolvida e para a qual cabe um discurso característico. Esse discurso inicia com a escolha de um gênero que por sua vez condiciona uma esquematização textual (MARCUSCHI, 2010, p.85).

Dito de outra forma, podemos dizer que cada vez que produzimos um texto, oral ou escrito, escolhemos um gênero em razão do que pretendemos comunicar, do efeito/reação que queremos causar em nosso interlocutor e da relação específica pretendida no contexto de comunicação. Para Marcuschi (2010), o que define um texto não é a sua extensão física e sim a sua construção de sentidos em um determinado contexto sociointerativo. Os gêneros estão presentes em nossas comunicações cotidianas e Marcuschi (2010) afirma que:

é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. (...) Essa visão segue uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva. Privilegia a natureza funcional e interativa e não o aspecto formal e estrutural da língua. Afirma o caráter de indeterminação e ao mesmo tempo de atividade constitutiva da língua, o que equivale dizer que a língua não é vista como um espelho da realidade, nem como um instrumento de representação dos fatos (MARCUSCHI, 2010, p. 22-23).

Para Marcuschi, o gênero não é só um objeto de comunicação, mas serve como atividade social, histórica e cognitiva que se transforma em forma de expressão do pensamento, da experiência ou da percepção. Vale ressaltar que é nesse contexto sócio discursivo que os gêneros se constituem, uma vez que estão presentes em todas as formas de comunicação, nos quais agem sobre o mundo e o constroem. A partir dessas concepções de gênero, é pertinente pensar na configuração do nosso objeto de estudo: *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, que é escrito em forma de diário e, dessa forma, considerar o gênero diário como prática discursiva.

3.3 A literariedade em Quarto de Despejo: diário de uma favelada

O interesse por falar sobre essa questão da literariedade é porque nossa análise se volta para um texto considerado literário, embora não seja ficcional, pois fala de fatos reais vividos pela autora. O texto literário destaca-se, sobretudo, pela expressividade do autor, uma vez que é carregado de manifestações poéticas e se refere ao universo subjetivo. Nas composições textuais literárias há elementos que conferem expressividade à escrita, como análise dos significados e ordens das palavras e/ou sentenças, personagens, narrador, espaço, tempo, contextos históricos de produção e de recepção. No entanto, há várias outras possibilidades dessa materialidade linguística que precisam ser percebidos como continuidade dessas características do texto literário.

A identidade de um povo é construída através das narrativas literárias, por isso, ela é modificável ao longo do tempo. Assim, o conhecimento apreendido do texto literário estabelece diferenças substanciais, limites que tornam peculiar o seu meio e que serve para provocar os efeitos que geram respostas afetivas, intelectuais e muitas outras. Os artistas utilizam os textos literários para demonstrarem suas reações perante a realidade vivida num dado tempo. Portanto, é necessário estudar, em relação ao texto, o que ele diz e o modo como diz.

Seu enfoque implica no seu conteúdo, seja pela compreensão dos sentimentos, dos valores, das ideias, etc., que o atravessam, como também seja pelos elementos formais, que são todos os recursos linguísticos que o organizam, tais como a seleção vocabular, as figuras de linguagem, o rigor sintático, as técnicas de construção dos elementos da narrativa, dentre outros fatores. Dessa maneira, a análise do conteúdo e da forma se dá através da averiguação do modo como o texto literário usa a língua e devem ser analisados em conjunto, como categorias que se complementam, uma justificando a presença da outra.

Para Culler (1999, p. 32), a "literariedade" reside, sobretudo, na organização da linguagem que torna a literatura distinguível da linguagem usada para outros fins. Segundo o autor citado, Literatura é linguagem que "coloca em primeiro plano" a própria linguagem (p.35). Diante disso, definimos a escrita de Carolina Maria de Jesus como literária, porque, embora não utilize a língua padrão, ela consegue se comunicar com os leitores e resulta de uma subjetividade autoral. Embora fale de uma realidade vivida, utiliza de recursos diversos, como figuras de linguagem, multissignificação, além de demonstrar liberdade de criação,

entre outras marcas fundamentais do texto literário. A partir da posição de sujeito-autor, consideramos seus escritos como ferramentas de humanização perante a uma grande parcela da sociedade que é indiferente aos favelados.

Atravessar os caminhos da literatura “seria analisar um conjunto de suposições e operações interpretativas que os leitores podem colocar em ação em tais textos” (CULLER, 1999, p.32). E a escrita de Carolina de Jesus demanda essa análise dos leitores, pois ela não se atém apenas a narrar os fatos que ocorrem em seu cotidiano, também observa os detalhes minuciosos do comportamento dos personagens, tais como sua linguagem, as mudanças que se operam em seus hábitos, na linguagem, no convívio diário na favela com a família e com os demais moradores, além de opinar sobre as mudanças que se operam no mundo em geral, conforme vemos neste excerto:

... As vezes mudam algumas famílias para a favela, com crianças. No início são educadas, amáveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. São diamantes que transformam em chumbo. Transformam-se em objetos que estavam na sala de visita e formam para o Quarto de despejo.

... Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer:

– Muito bem, Carolina. Os generos alimenticios deve ser ao alcance de todos (JESUS, 2001, p.34).

Nesse recorte, percebemos outro elemento na escrita de Carolina a se levar em conta, é seu cuidado com a linguagem. A dedicação que ela tem com o vocabulário é uma das formas que possui de, simultaneamente, gerar certo estranhamento entre a escolha de palavras, assim como efetivar a vontade de se chegar à língua erudita para atingir, através delas, certa elevação social, de se lançar para fora da miséria que a circundava. Assim, temos outro exemplo:

Aqui, todas imprecam comigo. Dizem que falo bem. Que sei atrair homens. (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo.

... Passou um senhor e perguntou-me:

– O que escreve?

(...)

– Todas as lembranças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana.

Ele disse:

– Escreve e depois dá a um critico para fazer a revisão (sic) (JESUS, 2001, p.19-20).

Fica evidente nos textos de Carolina que é pela linguagem que ela deseja o reconhecimento de suas obras e as vê como gênero elevado, ao contrário daquela usada pelos favelados. E é pela linguagem que ela adentra ao erudito e mergulha em outros mundos, o dos editores, o da sociedade letrada. Nessa concepção, a escrita de Carolina é a realização da literatura em seu papel de perpassar limites, por meio de uma ação agregadora de valores e significados. Notemos no trecho abaixo:

19 de maio. Deixei o leito 5 horas. Os pardais já estão iniciando a sua sinfonia matinal. As aves deve ser mais feliz que nós. Talvez entre elas reina amizade e igualdade. (...) O mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados, que deitam e não dormem porque deitam-se sem comer.
 ... O que o senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz. Parece um sabiá e a sua voz é agradável aos ouvidos. E agora, o sabiá está residindo na gaiola de ouro que é o Catete. Cuidado sabiá, para não perder a gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos. Tem fome.
 ... Deixei de meditar quando ouvi a voz do padeiro:
 – Olha o pão doce, que está na hora do café!
 Mal sabe ele que na favela é a minoria quem toma café. Os favelados comem quando arranjam o que comer (sic) (JESUS, 2001, p.30).

Ao descrever que os moradores se deitam sem comer, dá-nos a perceber que a fome é algo que normalmente traz perturbação aos favelados, uma vez que essa situação difícil traz desconforto para quem não tem o que comer, principalmente, quem mora nesse tipo de lugar. Também observamos o uso de uma linguagem poética ao personificar: “Os pardais já estão iniciando a sua sinfonia matinal”, para, a partir disso, posicionar-se a respeito da fome: “Os favelados comem quando arranjam o que comer”. É uma forma de externar sua maneira particular de observar o espaço onde vivem: “Mal sabe ele que na favela é a minoria quem toma café”.

Se a literatura, bem como dizem os estudiosos, é a arte do encantamento e da atração, essa passagem é bem explicativa do valor literário, da beleza que é a escrita de Carolina, pois o fascínio, feito do estranhamento súbito acontece de fato. Sua literatura possui esse brilho, mesmo com suas “falhas gramaticais”, porque é delas que resulta sua autenticidade. Algumas marcas linguísticas, observadas na passagem acima, possibilitam-lhe caminhar de forma autônoma pela linguagem ao fazer uso, por exemplo, da personificação: “o sabiá está

residindo na gaiola de ouro que é o Catete”¹⁷ e metáforas: “porque os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos”. Nesse esse espaço de ficção literária, Carolina escolhe, sabiamente, uma simbologia reconhecida em produções literárias consagradas pelo cânone. Nesse sentido, para Castro (2004),

uma obra pode ser considerada literária quando, além do pensamento lógico, discursivo, abstratamente conceitual, adequado a problemas científicos, filosóficos e, em geral, doutrinários, estimular também os impulsos mais afetivos e menos conscientes, os gostos, as atitudes e os valores que se enraizaram por meio do aprendizado, decisivamente formativo, da língua materna e de uma dada vida social (CASTRO, 2004, p.3).

A identidade de um povo é construída através das narrativas literárias, por isso, ela é modificável ao longo do tempo. Assim, o conhecimento apreendido do texto literário estabelece diferenças substanciais que tornam peculiar o seu meio e que serve para provocar os efeitos que geram respostas afetivas, intelectuais e muitas outras. Os artistas se utilizam os textos literários para demonstrarem suas reações perante a realidade vivida num dado tempo. Portanto, é necessário estudar, em relação ao texto, o que ele diz e o modo como diz.

No que tange ao texto literário, seu enfoque implica no seu conteúdo, seja pela compreensão dos sentimentos, dos valores, das ideias, etc., que o atravessam, como também seja pelos elementos formais, que são todos os recursos linguísticos que o organizam, tais como a seleção vocabular, as figuras de linguagem, as técnicas de construção dos elementos da narrativa, dentre outros fatores. Dessa maneira, a análise do conteúdo e da forma se dá através da averiguação do modo como o texto literário usa a língua e devem ser analisados em conjunto, como categorias que se complementam, uma justificando a presença da outra.

Isso quer dizer que a literatura não se limita à escrita, mas estende-se de outros elementos orais advindos de “processos culturais”. Porém, o privilégio da escrita pertence a um conjunto de valores ideológicos que atravessam e compõem nossa formação individual e coletiva. Conforme Cândido (1988, p.3), a literatura não é a escrita “imaginativa” nem tampouco se limita à distinção entre “fato” e “ficção”, mas “porque emprega a linguagem de forma peculiar”.

¹⁷ Referência ao palácio do Catete, situado no Rio de Janeiro e na época residência oficial do presidente da República.

Para Zilberman (2013), em um texto artístico, todos os elementos são elementos de sentido e nada pode ser ignorado ou descartado. Trata-se, nesse caso, de um aspecto importante porque particulariza a linguagem quando levada do meio natural para o meio artístico. Outro fator considerável: é a literatura que cria um sistema próprio de signos e de regras de combinação que “servem para transmitir informações particulares” (ZILBERMAN, 2013, p. 55). Percebemos, assim, que a literatura possui uma organização interna que requer atenção e interpretação:

Mas tais dados adquirem sentido quando amalgamados à fantasia do escritor, cuja imaginação criará um contexto para a apresentação desses dados, sugerirá figuras para simbolizá-los, inventará ações para viabilizá-los e suscitará uma linguagem para expressá-los. Sem um imaginário fértil, que faça com que todos os elementos colocados à disposição do escritor interajam e articulem-se, não há criação literária (ZILBERMAN, 2013, p.37).

Em outro aspecto, as obras de Carolina, ao serem trabalhadas em qualquer contexto, provocam uma (re)elaboração nos estudos literários, na qual a voz improvável da mulher negra disputa um lugar nesse espaço cultural fazendo com que os sujeitos-leitores lhe deem a atenção que merece. O problema está na forma como o mercado editorial opera, uma vez que acaba por veicular determinados nomes e títulos, deixando de lado outros. No entanto, a literatura de Carolina está ancorada no enfrentamento social, na resistência pelo poético e na resistência frente à miséria na qual vivia. Isso a emancipa do lugar de silenciamento, por meio de uma prática comprometida com o antirracismo.

Em certos momentos Carolina usa tanto a metáfora ao chamar o sol de “astro rei”, quanto a comparação (quando compara o governo JK a um cachorro que tenta morder desgovernadamente o próprio rabo). Essas figuras de linguagens conferem ao texto um ar literário. O texto de Carolina sempre nos remete a imagens (recurso esse muito utilizado pelos poetas), por exemplo, ao descrever o céu estrelado e o vestido que pretende fazer com parte daquele céu. Em suma, o texto descreve o real, porém existem muitos traços literários que os fazem diferentes de uma simples narrativa mais técnica e objetiva, pois há emoção. Assim, Cândido afirma que literatura é “uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente.” (CANDIDO, 1988, p. 178-179).

CAPÍTULO IV – A VOZ QUE RESSOA DA FAVELA: CONSTRUINDO UM DISCURSO DE RESISTÊNCIA

4.1 Resistência em foco: entre denúncia e repertórios de luta

Explicitar o funcionamento do Discurso de Resistência é procurar fazer uma história dos enunciados (FOUCAULT, 1995), investigando esses enunciados com múltiplas possibilidades do dizível e do visível de nossa época, levando em conta as condições históricas e sociais. Nos discursos de Carolina, é possível notar materialidades centrais no funcionamento desses discursos, ou seja, observar os efeitos de sentido contidos neles, sempre a partir de um trabalho de memória cujo envolvimento fica evidente nas enunciações. Assim, podemos elencar alguns questionamentos: De que forma esses discursos resistem e a que sentidos resistem? Que sentidos motivam e sustentam suas produções? Mas que estratégias desenvolver para abordar esses discursos? O primeiro passo é compreendê-los e verificar como também se dá sua identificação e sua produção.

Nesse sentido, basta um olhar pela História para vermos resistência em toda parte. Assim, pensar em resistência é rememorar personagens que resistem ao que lhes é imposto, seja pela lei, seja pela sociedade, seja por sua história. Nesse sentido, vemos nos escritos de Carolina diversas formas de resistir. E resistir pode não significar sobreviver, mas apenas não aceitar. Não aceitar uma ideia, não aceitar uma ordem, não aceitar uma imposição. A opção da resistência, no entanto, é aquela que nos mantém livres, ainda que fisicamente presos. Mantém-nos vivos ainda que sejamos mortos. Nesse aspecto, resistir começa na ideia, antes da ação física. No seu íntimo, resistir também é silêncio. Carolina resiste a morrer sem um sentido.

Por meio da escrita, Carolina resiste às incertezas de uma vida árdua e aos mecanismos que procuram manter a invisibilidade da comunidade ao atribuir posições determinadas para os sujeitos da favela. Através das histórias relatadas, a autora evidencia a escassez dos direitos básicos que atinge as camadas mais pobres da população. Essa parcela da população, formada por moradores da favela, convive com a desconstituição dos seus processos sociais e, por que não dizer, culturais também, até porque nesse ambiente fica difícil o acesso a qualquer serviço que, por direito, todos deveriam ter. É uma constante luta

para se obter os direitos básicos, de forma que essa luta propicia meios de resistência e resulta na libertação da miséria.

Quando Carolina diz que “quase todos na favela passam por dificuldades”, revela um ambiente desprovido da ajuda advinda do Estado. Um lugar esquecido por esta entidade, uma vez que, tem que lutar todos os dias para conseguir pelo menos o alimento, fato esse que nem sempre acontecia. Porém, Carolina transmite também que os moradores não se manifestavam, acomodavam-se com sua vida escassa. Nessas condições, é ela que abraça a causa de lutar em prol deles, como bem afirmou: “Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros”. Expõe, de forma contundente, a realidade em que viviam tantos indivíduos, seja através das denúncias que faz por meio de seus escritos, seja por meio da sua luta corriqueira para suprir suas necessidades básicas.

Assim, seu discurso nos mostra que é ela que se destaca na favela, no sentido de ser a protagonista de uma narrativa que denuncia os desafios enfrentados e a vida de tantos miseráveis. Portanto, podemos perceber que ela não tem um sentimento egoísta, até porque luta não somente por sua família, mas, como já bem dissemos anteriormente, em prol de todos os moradores da favela. Há uma inquietude em seu interior que a impulsiona a querer lutar por todos e isso nos leva a refletir o quanto Carolina é uma mulher de fibra, não cruzou os braços e resistiu a tudo e a todos.

A construção da identidade de Carolina se forma na luta, como um saber de resistência advindo de seus escritos, da vivência na favela e da força motriz que há nela, essa força interior é decorrente da empatia que tinha por todos que viviam nas mesmas condições que ela. Quando Carolina (2001, p. 55,72,81) acorda de madrugada para buscar água, mesmo cansada, em dias de chuva, fazendo frio, levanta-se para catar papel ou para procurar comida no lixo, à vezes doente, mas sai para encontrar o que comer ou arranjar dinheiro. Também as visões de mundo dos sujeitos favelados com suas peculiaridades e diferenças, afirmam os saberes de resistência, os traduzem uma leitura dos seus modos de ser e suas vivências provenientes da luta comunitária, como constatamos em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, e da constituição da luta pelo alimento que, a todo o momento, Carolina expõe e que está registrado na memória coletiva dos moradores da favela.

Nessa movimentação exercida pela coletividade e tudo que a favela representa para estes sujeitos emergidos nas narrativas de Carolina, é que podemos compreender os saberes de resistência tais como: os processos de luta e defesa de direitos fundamentais para a

sobrevivência física, cultural e patrimonial de perspectiva não formal, construídos através das experiências sociais e culturais, valorizando-se a memória coletiva sobre a constituição das identidades e pertencimentos dos sujeitos no seu contexto sócio-histórico e cultural.

Ela é mulher negra, mãe solteira, catadora de papel, vivendo nas margens do tecido social, e isto ela expõe de forma singular por meio dos seus escritos: uma situação desfavorável que um ser humano vive. Constatamos esse fato através de uma trama discursiva que mistura lirismo, crueza, memória e denúncia, uma realidade que poucos brasileiros queriam ver: a de um sistema que promove a opressão dos já despossuídos e marginalizados.

Conforme Bosi (2002, p. 120-121), Carolina passa para o papel o que quer dizer sobre a favela “catando” palavras, “reciclando” discursos, trazendo lirismo, fornecendo, portanto, chaves para um trabalho singular com a linguagem em uma estética da fragmentação. Por meio de sua narrativa, para este autor crítico, a narradora, desenvolve sua resistência diante das dificuldades da vida: “A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável”. A narradora cria, de acordo com o seu desejo, aspectos do bem, aspectos do mal ou aspectos ambivalentes. Devido ao estudo das técnicas do foco narrativo, continua Bosi, Carolina poderá levar ao primeiro plano do seu texto toda uma fenomenologia de resistência do eu, aos valores e dificuldades do meio em vivia.

Partindo de uma menção feita por Foucault no *L'ordre du discours – no Collège de France* em 2 de dezembro de 1970, que afirma: “Em vez de tomar a palavra, quem me dera poder ser envolvido por ela...” [*Plutôt que prendre la parole, j'aurais voulu être enveloppé par elle...*] (FOUCAULT, 1971, p.07). Podemos perceber que, no ato da fala, muitas vezes não damos importância ao poder da língua para nos falar e para falar de nós, porém quando isso ocorre, só temos duas escolhas: acomodamos, ou tentamos fazer *resistência*, seja ela verbal ou não. Isto é, ou aceitamos o *status quo*, ou esforçamo-nos por descobrir modos de interromper o ruído do discurso dominante – uma interrupção que, frequentemente, é o silêncio – com o intuito de resistir, abrindo caminho para aquilo em que realmente acreditamos e queremos que seja dito, ou realizado. É assim que se concretizam *os discursos de resistência*.

Assim, segundo Orlandi (1996), “não se pode pensar o sentido sem silêncio” (p.173). Nesse contexto, silêncio é o fator fundamental do movimento dos sentidos e do próprio

sujeito na sua ilusão de ser fonte do seu saber e da sua unicidade. Dessa forma, continua esse autor:

é que vemos a relação entre palavras e silêncio: a palavra imprime-se no contínuo significante do silêncio e ela o marca, o segmenta e o distingue em sentidos discretos, constituindo um tempo (tempus) no movimento contínuo (aevum) dos sentidos no silêncio. Podemos enfim dizer que há um ritmo no significar que supõe o movimento entre silêncio e linguagem (ORLANDI, 1996, p. 25).

Observamos, no mais, que o silêncio não tem marcas, pois ele é contínuo e disperso, todavia nos deixa pistas, que são, segundo Orlandi (1996), a elipse, a reticência, a descontinuidade temática, a subdeterminação semântica e a preterição, ou seja, o silêncio que é lançado para o futuro e que engloba o já-dito (interdiscurso), o não-dito e o vir-a-ser, dominando, no movimento que determina com as palavras, o ritmo da significação. O silêncio é importante na literatura porque dá o caráter subjetivo ao texto e, assim, maior densidade ao que é dito: “É como se as coisas que não são ditas, mas que estão subjacentes ao texto, lhe conferissem uma outra dimensão (LISBOA, 2008, 185).

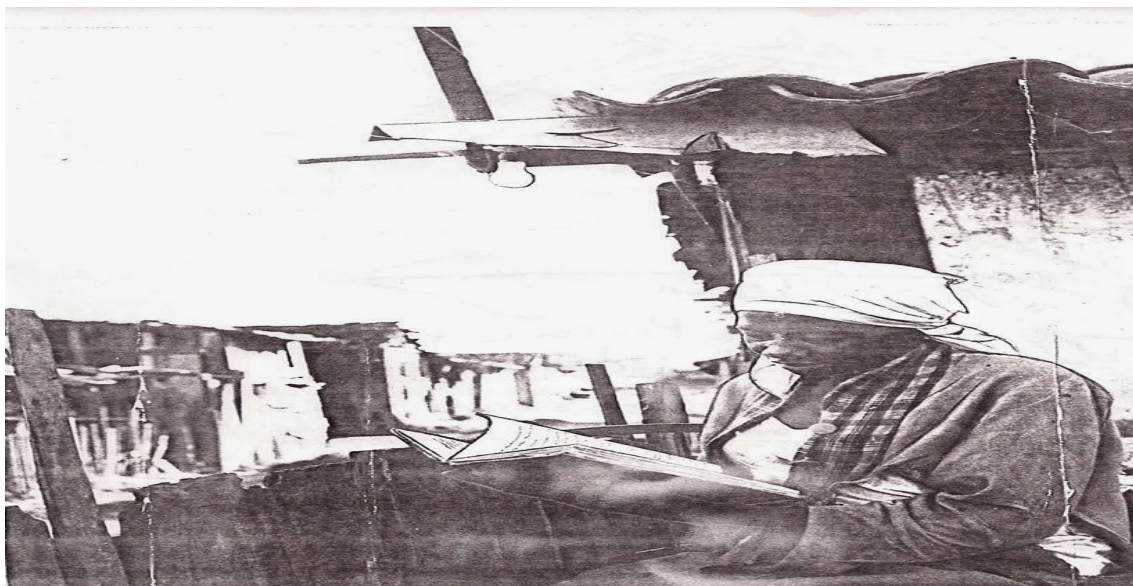
Os discursos de Carolina também chegaram até onde a linguagem não vai. E este percurso, nos deu o indizível. É impossível de ser dito. Carolina nos dá, evidentemente, não pela linguagem, mas através do silêncio. O silêncio que, de forma expressiva, torna clara a incompletude própria da linguagem, fazendo da prática literária uma expressão do que vamos encontrar elaborado teoricamente em Orlandi o silêncio é o real do discurso.

Além do que, para Orlandi (1996), o silêncio é o cerne da teoria da AD, “pois é exatamente aquilo que a linguagem não alcança e que, ao mesmo tempo, permite a movência dos sujeitos e dos sentidos, determinados pelos processos de ordem histórica e inconsciente” (LISBOA, 2008, p. 190). É nesse ponto do real do discurso, ou do silêncio, que a escritura de Carolina Maria de Jesus e a Análise do Discurso se encontram.

Por outro lado, protestar contra o poder opressor é o que se considera como *resistência*, mas também, como já foi dito neste estudo, o que leva as pessoas ao silenciamento. Nesse aspecto, resistência significa lutar contra qualquer tipo de dominação, seja ela política, social, econômica, cultural. Assim, a resistência é a vitória possível. Para tanto, o discurso de resistência de Carolina fala para além de si, dizendo-se apenas a si e nada havendo senão ela mesma.

Diante desse pressuposto, a resistência deve ser entendida em estreita articulação com o poder que lhe dá origem. Devemos, desse modo, aplaudir a resistência de Carolina à opressiva ordem social que a coloca em uma posição desfavorável aos valores intrínsecos do ser humano. Pois seus discursos, ou gestos de resistência ocupam o lugar central da fala para externar sua vida precária onde vivera. Podemos ter uma pequena noção disso, na seguinte imagem de Carolina:

Figura 5: Carolina com seu livro na favela Canindé



Fonte: Arquivo Jornal *Última Hora* (29.07.1959).

Nesta imagem, vemos Carolina manusear seu livro na favela do Canindé. São escritos magníficos de discursos de resistência que põem sempre a língua em questão e, que claramente, resistem a um tempo de renúncia forçada. Sendo certo que a autora deixa, muitas vezes, que seus escritos falarem sobre a realidade na qual vivia, o que produz um significado de fundamental importância. Seja como for, os livros escritos por esta autora mudaram o curso dos acontecimentos em sua história de vida. Portanto, o discurso dela é um conjunto complexo de sucessivos gestos de resistência àquilo que, na tradição literária ocidental, chamamos “o cânone”. O interessante é que essa resistência, no início, surge no interior do próprio cânone. Podemos chamar a isso de resistência, sendo exemplo de resistência externa, no sentido político da raça, do sexo ou da classe e que será aceito pelo cânone literário, mas paulatinamente.

Consideramos o discurso escrito por Carolina como de resistência, uma vez que, em meio a um ambiente precário, no qual a leitura e a escrita nem sempre fazem parte, essa autora, na posição de sujeito-autor, autoriza-se a dizer. Nesse cenário decadente, escrevia com os restos de papel que encontrava quando ia catar papelão. Fazia as leituras e escrevia nos entremeios entre os afazeres rotineiros e as intervenções dos filhos e vizinhos, o que nos faz pensar, refletir, questionar, sentir, penetrar a vida simbolicamente.

Por tudo isso, ressalta-se que dispomos de um sujeito-autor que resiste em seu cotidiano contra os obstáculos de uma vida de miséria – resultado das condições materiais da favela – em que a conjuntura desse lugar, os acontecimentos, as relações sociais passam a fazer parte do projeto literário de Carolina. Nesse viés, a escrita dela é utilizada como uma demonstração contra as mazelas deste ambiente social, assim como gesto de resistência àqueles que provocam o sujeito-autor. E escrever torna-se uma “arma” de combate contra esses sujeitos e a leitura o momento da sua “paz interior”: (...) *Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem* (JESUS, 2001, p. 22).

O plano literário do sujeito-autor em escrever e enunciar os “cenários inóspitos” da vida na favela passa a ser uma questão forte de argumentação (enredo escrito), prestes a “residentes-feras” se sentirem retraídos com a escrita, visto que essa “escrita poderosa” de Carolina incomoda-os, inibe-os, dado a seu poder de materialização e perpetuação do dizer, uma vez que ao materializar o discurso, materializa sentidos; por isso é forte e isso implica em sua compreensão, pois é uma forma de manifestação e acarreta deixar de ser invisível, o que compromete “Silvia” e tantos outros moradores da favela, que não querem suas vidas e comportamentos relatados em seu livro.

Carolina “prova” a sua vida catando papel. Essa metáfora utilizada para pensarmos em um sujeito que, ao mesmo tempo que cata papel para vender e suprir suas necessidades em seu sentido literal. Também os cata, no sentido dos papéis sociais, no caso, o de ocupar a posição de sujeito-autor, e também a de mulher, mãe, negra. Sendo assim, é possível associar a questão de “catar papel” com o que Fernandez (2015, p. 128) designa como *poética de resíduos*. Nesse sentido, Carolina “além de catar papel/papelão para sobreviver e materializar sua escrita, nesses mesmos papéis, também *cata palavras*, ação tão importante para o sujeito-autor”.

Outra maneira que esse sujeito-autor *cata palavras* está sempre resultando em um *vir a ser*. Ou seja, a polissemia está em todo momento fazendo essa poética de resíduos que traz o

inesperado para o interior de sua escrita tenra, tendo as palavras, de acordo com Fernandez (2015), como “emparelhamento, acumulação, improvisação e reutilização do descartável são molduras para a materialização da obra” (p.68), ou, continua o autor, “as estratégias discursivas em que se traçam teias, resíduos, ‘chorume social malcheiroso’” (p.134).

O ato de escrever está relacionado a uma formação discursiva que propõe um ideal de sujeito-escritor que necessita ocupar esse imaginário de “sujeito-oculto”, visto que a escrita está concedida a qualquer sujeito; contudo, esse sujeito-autor se deixa adentrar “na trama discursiva da escrita e a registrar os acontecimentos cotidianos do cenário onde está inserido, causando rupturas nas hierarquias de quem pode dizer ao ocupar uma posição privilegiada de poder” (FERNANDEZ, 2015, p. 129).

Carolina bem soube, com sua escrita, romper esse paradigma. Portanto, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* passa a ser um meio no qual é possível surgir o inesperado e caminho possível de resistência frente a uma condição de produção que impede o direito à leitura e à escrita a todo o momento, ou o sujeito-autor negro não pode constituir-se como autor de literatura. Este sujeito ao se permitir dizer “investe na sua humanização e no seu direito à fala, combatendo o preconceito e a discriminação que invadem e interdita a sua escrita, em que o que está nas bordas, nas margens, emerge ao centro e disputa a autorização do dizer por meio da resistência do poético” (FERNANDEZ, 2015, p. 133).

A presença do sujeito-negro na literatura, conforme Fernandez (2015, p.133), “não escapa do tratamento marginalizador, marcado pela etnia no processo de construção da sociedade”. Para ele, a trajetória do negro no discurso literário nacional é vista como um objeto em uma visão distanciada, disposto em textos nos quais o negro ou seu descendente é identificado como tal personagem, “discursivado por meio de formações imaginárias e ideológicas a partir de uma visão-estética eurocêntrica repleta de estereótipos, descompromissado com a emancipação do sujeito-negro reconhecido como sujeito de direitos”.

Portanto, Carolina apresenta em seus escritos um compromisso com a etnia, através de um parecer engajado de resistência e denúncia para, desse modo, ganhar eco e ter reconhecimento social, já que compreendemos a escrita dela como de resistência porque, pela materialidade da língua, Carolina infringe o limite de uma existência, pois *É preciso criar esse ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela; quem escreve também gosta de*

'*coisas bonitas*' (JESUS, 2001, p.52). Atitude essa de resistência, articulada pelo/no poético da perífrase da língua.

4.2 Denúncia, exclusão social e superação em Quarto de Despejo: diário de uma favelada

Ao adentrarmos na leitura de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, deparamo-nos com uma narrativa profunda em que Carolina Maria de Jesus relata a miséria e o descaso social. A obra literária é objeto de denúncia da exclusão social de mulheres negras e pobres que nos permite vislumbrar a realidade da favela. Essa autora representa a invisibilidade social da mulher negra e pobre, que desconstrói o suposto primado da igualdade de todos perante a lei. Foi uma mulher sem lugar, pois não conseguiu se encontrar com a realidade na qual vivia, nem tampouco desvencilhar-se dela. Ao mesmo tempo, mostrou-se uma mulher destemida, valente frente a sua miséria, embora relegada a um “sub-lugar”.

Carolina envereda pela escrita como o meio mais adequado para a denúncia da falta de políticas de inclusão e se determina a não aceitar seu silêncio forçado perante as camadas sociais. É através de seus inscritos que a autora se arma de resistência para superar sua vida de miséria. Ela usa a linguagem literária como descrição posta à interação e reflexão, que desvela o descaso político para com as mulheres negras, pobres, esquecidas e silenciadas pelo discurso oficial, denunciado em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Nesse sentido, segundo Alves (2018),

Quarto de despejo é uma obra que faz um retrato das lutas diárias de mulheres e homens inseridos na miserabilidade social, esquecidos, deixados à margem do progresso que pairava no Brasil na década de 1960. Um “progresso” que trazia consigo a ideia de desenvolvimento, de riqueza, de modernidade e que, em verdade, buscava camuflar uma de suas facetas: o da exclusão, corporificado pelo surgimento e proliferação das favelas, e a intensificação da segregação social em guetos não mencionáveis no discurso oficial do governo da época (ALVES, 2018, p. 7-8).

Esse exposto nos leva a notar que Carolina se dedicou a narrar a exclusão de segmentos sociais, ou seja, dos menos favorecidos e, é considerada, a principal autora brasileira a constituir um “organismo” de sua palavra a partir das experiências vividas no espaço da favela. Para Alves (2018, p.9), “a literatura periférica foi uma forma de romper com o primado clássico e estético da literatura e utilizá-la como denúncia da realidade social de

grupos marginalizados”. A isso podemos chamar de superação de Carolina. Assim, Alves (2018):

A “literatura marginal”, como se observa, assume o compromisso de se tornar um dos fatores humanizadores da sociedade e, paradoxalmente, do próprio ser humano. Seus personagens representam vivências ignoradas pela maioria do público leitor e participam da difusão de uma literatura extracânone que denuncia as mazelas do cotidiano de pessoas que se encontram às margens da sociedade, por vezes às margens da própria vida. No caso do Brasil, Carolina Maria de Jesus – mulher, favelada e negra – foi a primeira escritora a escapar do gueto literário e irromper no espaço editorial controlado pela burguesia dominante, com seu relato memorialista *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2006 [1960]). Em sua obra, Carolina imprime em letras capitais seu grito de denúncia contra a fome, a pobreza, a violência moral e física, a coerção social, o descaso, o preconceito, a marginalização, o silenciamento que oprimem os excluídos (ALVES, 2018, p.9).

Esse enunciado traduz *Quarto de despejo: diário de uma favela*, que apresenta ao leitor uma linguagem bem heterogênea e é marcada por erros gramaticais, o que já é por si uma forma de perceber a vida periférica da personagem-autora, ao lado de ideias políticas de resistência e irresignação. No entanto, o silenciamento dado à obra de Carolina, mesmo sido traduzida para quatorze línguas e publicadas em quarenta e um países, adveio da classe letrada e mesmo do conteúdo dos escritos da autora, que retratavam a dura realidade de exclusão. Conforme Alves (2018, p.10), “Não se pode perder de vista que a originalidade de Carolina veio personificada em sua qualidade de escrita [que] não está no uso gramatical impecável, fator cobrado por muitos de seus críticos, mas sim, na sua visão de mundo avançada para a sua classe e época”.

Para Carolina, quem está no quarto de despejo ou é queimado ou é jogado no lixo. São humanos sem humanidade, são vidas invisíveis que se sustentam com restos alheios e sobras sem utilidade que são o pão dos excluídos. Os moradores da favela naturalizam a falta de direitos. Daí o realismo da narrativa, por analisar as ações de exclusão através dos inscitos de quem se submeteu a eles, como se observa nas seguintes palavras de Carolina:

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num Quarto de

despejo. [...] Estou no Quarto de despejo, e o que está no Quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo (sic) (JESUS, 1960, p. 33).

Assim, Carolina buscava seu lugar no mundo, ainda que fosse residente da favela, nunca se sentiu parte dela. Dubiamente era uma mulher sem lugar, pois criticava o comportamento dos demais moradores, com austeridade: *vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos* (JESUS, 1960, p. 17). Mais adiante confessa: *quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo* (JESUS, 1960, p. 19). Ao informar sobre o que escrevia, garante que falaria sobre “todas as lambanças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana” (JESUS, 1960, p. 20).

Aqui, notamos um estranhamento da autora quanto aos seus conviventes. Mesmo residindo na favela, não se comportava como os favelados. Isto demonstra, também, segundo Alves (2018), “a relutância que ela estabelece entre as relações de casamento que vislumbra na favela, preferindo não fazer parte do contexto ou dos ditames sociais. Ela é, segundo ela mesma, livre” (ALVES, 2018, p.11). A autora lutou por toda a vida por algo que nunca alcançou: a dignidade, mas mirava um lugar dos poetas, meio que nunca a amparou ou reconheceu. Contudo, conseguiu um fenômeno: a publicação de seu livro, que rompeu o primeiro silêncio sobre as agruras de uma mulher negra, pobre, favelada que criava seus três filhos catando papel. E, ainda, quebrou os padrões literários branco e masculino, fruto de uma sociedade machista, de forma que “a autora revela a sua força de voz feminina e marginal em todos os sentidos: étnicos, sociais e de gênero; ou seja, rompe com todas as barreiras sociais e chama a atenção do público erudito para as favelas brasileiras” (ALVES, 2018, p.12).

Assim, vemos que as denúncias feitas por Carolina, abraçam o gênero e a raça, fortalece a exclusão representada nessa classe marginalizada na contemporaneidade, constata que a segregação social parte do próprio Estado, por falta de políticas públicas de inclusão. Em vários momentos, a autora contesta a conduta dos políticos, os volumosos gastos eleitorais e o conformismo dos moradores que presenciam todo esse desmando. Além disso, sua voz reivindica os direitos sociais em defesa das classes menos privilegiadas socialmente, uma voz que faz duras críticas aos políticos e externa a falta de políticas para os sujeitos da favela. Dessa forma, Carolina denuncia o abandono social vivido por todos eles. Assim sendo, faz também uma reflexão histórica juntando presente e passado entre pensamentos críticos

sob o prisma da escravidão. De acordo com a autora, os pobres ainda se encontram presos. Porém, não por correntes, mas por cadeias da miséria e do descaso social: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (JESUS, 2001, p. 27).

A fome, mostrada por Carolina, permanece até hoje como base nos debates sociais e políticos em nossa sociedade. Ela continua sendo um fator de subumanidade dos moradores da favela. Por isso, os relatos dela elencam a questão da fome como um problema social presente no país, problema esse que se destaca notadamente nas zonas periféricas dos grandes centros urbanos. Carolina sustenta várias vezes sua família através de alimentos advindos do lixo, expondo a miséria flagrante a qual era submetida. A fome era o motivo primordial da angústia cotidiana dela e, porque não dizer, da população ali presente totalmente desprovida: “na favela é a minoria quem toma café. Os favelados comem quando arranjam o que comer [...] eu estou começando a perder o interesse pela existência. Começo a revoltar. E a minha revolta é justa” (JESUS, 2001, p. 30).

A fala em questão reproduz as desigualdades que estão enraizadas na estrutura de nossa sociedade. Dessa maneira, todo realismo que vivia tinha como objetivo denunciar a realidade amarga, repleta de privações e, acima de tudo, a negação de direitos. Portanto, a esperança de Carolina era que as pessoas lessem seus escritos e tentassem acabar com as favelas e com a miséria de modo geral. Afinal, sua narrativa é um grito de socorro que desde sempre vem ecoando, mas sendo ignorado por muitos, em nossa sociedade.

Por outro lado, Carolina, em sua escrita, traz grande carga de superação, maestria e valentia, igual à energia que depende quando ajuntou madeira, lata, papelão, pedaços de pau e construiu sua própria casa e, para abastecer sua família, saía para catar papel pelas ruas geladas de São Paulo. Foi assim que jamais se resignou às condições impostas pelo meio e pela pobreza na qual se encontrava. Onde prevalecia o analfabetismo, ela se valia de sua maior arma: a escrita. Para a autora, ler e escrever já eram uma excelente conquista. Além disso, ela conseguiu unir favela e literatura, dois conceitos até então bastante antagônicos. Deixou-nos um grande legado como escritora social, sendo exemplo de resistência e superação. Escrever jornalismo de denúncia de exclusão de minorias, sua narrativa é contestadora, sua história será símbolo e referência para sempre em nossa sociedade.

Carolina ao escrever, seja de forma coloquial seja de forma mais elaborada, está também transitando entre posições discursivas. A linguagem é empregada para relatar o ambiente e as pessoas da favela, por esse motivo faz referência ao cotidiano da autora. Por

outro lado, o uso de termos mais específicos dá o sentido literário à obra. Para o imaginário social, o escritor é aquele que combina as palavras de forma harmoniosa e as domina. Assim, essa estratégia pode ser observada em: *a noite está tépida. O céu já salpicado de estrelas. Eu que sou exótica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido* (JESUS, 2001, p32).

A variação entre posições discursivas, ou seja, que deixa de se identificar com a formação discursiva na qual estava inscrito, também resulta das formações imaginárias que, segundo Orlandi (2012), são resultados de processos discursivos anteriores. É relevante considerar que os escritos de Carolina demonstram a produção histórica de identidades, recuperando a concepção da mulher, da mulher negra, da favelada. Recuperações essas que acarretam relações de poder, resultando, assim, na representação da identidade desses sujeitos atuando socialmente. É no imaginário do sujeito que a identidade aparece, resultando em uma relação social que fomenta a sua definição, linguística e discursiva, veículos de forças e relações de poder.

Para que os dizeres produzam sentido, a memória discursiva tem um papel fundamental, visto que ela recupera os sentidos neutralizados. A mulher, negra e favelada traz significação ao decorrer do texto sempre em sintonia com o contexto de produção do discurso. Retomando as condições de produção daquela época, sabemos que existiam imposições de tarefas dadas à mulher, a exemplo do cuidado com o lar, com os filhos, com o marido. No entanto, Carolina quebra com esses dizeres estabelecidos pela sociedade: por sua condição materna, mas por não ter marido e por ter de trabalhar e sustentar os filhos, papel esse, que naquele momento sócio-histórico, era dado ao marido. A responsabilidade da casa é de Carolina, como constatamos no fragmento: *tentei concertar os fios* (JESUS, 2001, p.33).

No discurso de Carolina, a memória também entra em funcionamento com efeito de crítica à política. Esse efeito é, para a AD, mantido pelas condições de produção que dão subsídios aos dizeres de Carolina. Para Orlandi (2012), as condições de produção de um discurso estão intimamente ligadas às relações de sentidos, visto que um discurso dialoga com outros, até mesmo os que aparecem à margem do dizer, em um processo contínuo.

Em relação dos efeitos da política, em *Quarto de Despejo: diário de uma favela*, Carolina traz em seus escritos, o conhecimento de um governo que falha e que sempre retoma e ressignifica sua concepção sobre os discursos feitos pelos políticos nos mais diferentes contextos, como observamos no trecho:

... Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade (JESUS, 2001, p.34).

Nesse enunciado, o discurso da autora sobre a política retoma a imagem negativa que circula socialmente, isto é, de que os políticos tendem a causar uma “boa impressão” para serem eleitos. Assim, as campanhas políticas brasileiras são definidas através de promessas de melhorias para a vida da população, sobretudo, para a população desprovida de poder aquisitivo e que depende dos serviços públicos. Os abastados moram na cidade, ou, como nomeia Carolina, na “sala de estar” (JESUS, 2001, p. 28): já quem não possui recursos mora à margem da sociedade, em lugares como periferia, favela, tendo pouca atenção por parte das esferas públicas.

Essa conjuntura estabelece uma ligação com os dizeres naturalizados sobre a política que aparecem no texto, no qual Carolina aborda que os políticos visitavam a favela apenas durante o período de campanha, no qual o candidato expunha suas propostas, tais como a melhoria das condições de vida e subsistência para os moradores que habitavam a região, como também a melhoria das casas e saneamento básico. Os discursos de Carolina estão inseridos em uma formação discursiva (ou, em uma permeabilidade discursiva, pois há sempre formações discursivas exteriores que vêm fazer parte de outras FDs, modificando-as e transformando-as) que produz sentidos sobre a exclusão, enquanto põe a autora no mesmo lugar de outros sujeitos também excluídos socialmente. Conforme Orlandi (2012), as formações discursivas se constituem pela contradição, sendo heterogêneas nelas mesmas, configurando-se e reconfigurando-se constantemente em suas relações.

Carolina enxerga a sociedade dividida em classes desiguais, separada principalmente pela renda e pelo poder de compra. Quem não tem poder aquisitivo ocupa o espaço que, a escritora, simbolicamente, chama de Quarto de despejo, onde são depositados “objetos” e “coisas” que não servem na sociedade. Acontece, desse modo, a coisificação dos ocupantes da favela, que possuem sua identidade apagada devido à sociedade de consumo: o lugar da favela, no diário, retrata o lugar onde se despeja o que não tem mais utilidade: *Eu classifico São Paulo assim: o Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal, onde jogam os lixos.* (JESUS, 200, p.46). Em se tratando de

resistência, Carolina tem visibilidade através da escrita, componente este que tem ocorrido, ao longo do tempo, como um marcador de distinção.

Para a Análise do Discurso, a voz da narradora é notada como uma voz formada socialmente, uma voz que reflete diversas pessoas, subjugadas às mesmas condições débeis no espaço da favela. O discurso de o *Quarto de despejo: diário de uma favela* deve ser compreendido como o trecho de uma memória coletiva da rotina da favela. Ao enunciar, todo indivíduo é interpelado em sujeito (ORLANDI, 2012), refazendo outros discursos, outras vozes, outros sentidos. Assim, o leitor não está dialogando com o texto, porém o diálogo é determinado entre os sujeitos sociais. Quem enuncia não é somente Carolina, mas todo o seu lugar social e, por que não dizer, também discursivo. Dessa forma, a produção de sentidos, para o leitor, estará bastante submetida às das ideologias em confronto, dos dizeres neutralizados, das condições de produção e de análise. Na AD o texto, tido como discurso, constitui uma rede de filiações a outros discursos, a outros textos, feitos em outras condições de produção, por outros sujeitos sociais.

4.3 Análises Discursivas

Segundo Carvalho (2012, p. 135), os discursos “[...] por serem produzidos em dado momento histórico, respondem às necessidades que se apresentam nas inter-relações humanas e fazem parte de um mecanismo em funcionamento”. Assim ponderando, é que, neste capítulo, analisaremos os discursos de Carolina de Jesus presentes em seu livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, uma obra autobiográfica em forma de diário, produzida no início do século XX, em especial os que indicam Denúncia e Resistência, objeto desta tese. Ressaltaremos, também, as formações imaginárias e posições-sujeito que neles aparecem, com base em estudos teóricos pertinentes e em categorias da AD, já abordados em capítulos anteriores.

Visando atingir os objetivos pretendidos e tendo em vista a amplitude do *corpus*, tornou-se necessário fazer recortes nas materialidades selecionadas, ou seja, nossa análise utilizará sequências discursivas (SD) que serão trabalhadas de acordo com as categorias de análise já mencionadas. Esses recortes colocam à baila sentidos e interpretações que arrastam o analista para um embate de ideologias, de dominantes e dominados, e que, apesar disso, resistem às imposições do sistema capitalista. Embora não seja uma novidade, visto que são

conceitos já tratados, a análise não pode ter uma interpretação restrita, até pelo fato de a própria construção do *corpus* ser contínua.

Os recortes utilizados na análise fazem parte da construção do *corpus*, por isso não funcionam como uma separação ou distanciamento, mas decorrem do processo analítico que mantém relação intrínseca com os conceitos teóricos aqui já elucidados, ou seja, são recortes para fins de análises.

Apresentaremos, portanto, interpretações fundamentadas na teoria exposta, com certeza, incompletas, uma vez que, na Análise de Discurso de linha francesa pêcheuxtiana, não se busca o verdadeiro posto com sentido único e completo, e nem o falso, “[...] mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica.”, como bem considera Orlandi (2000, p. 59). Por isso, e segundo a citada autora, a AD não requer uma metodologia tradicional, como os outros campos do conhecimento, uma vez que o analista se coloca em uma posição de deslocamento, que o antepara de ser vítima da produção histórica, da língua e da ideologia.

Abaixo relacionaremos as sequências discursivas, a serem analisadas. Com a finalidade de melhor ordená-las e para efeito de análise, separamo-las por grupos de acordo com os assuntos ou temáticas abordadas:

Grupo 1: A escrita enquanto prática e denúncia no discurso de Carolina

SD1- (...) depois fui lavar roupas. Enquanto as roupas corava eu sentei na calçada para escrever. Passou um senhor e perguntou-me:

-O que escreve?.

-Todas as lembranças que pratica os favelados. Estes projetos de gente humana (JESUS, 2001, p. 33).

SD2 - (...) deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (JESUS, 2001, p. 58).

SD3 - Aqui, todas imprecam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens. (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo (JESUS, 2001, p. 22).

SD4 - O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém (JESUS, 2001, p. 65).

Nas SDs acima, o ato de escrever, para o sujeito-autor, funciona como uma prática discursiva constante, ou seja, como Carolina constrói o significado ao se envolver e ao envolver outros no discurso em circunstâncias históricas e sociais, operando ativamente no contexto ao qual se encontra inserida. Em suas falas, deixa entrever isso, quando diz: *Enquanto as roupas corava eu sentei na calçada para escrever (SD1); Deixei o leito para escrever (SD2); Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. (SD3); Deixei o leito às 4 hs. [...] Comecei a escrever (SD4).*

Observa-se que, diante das circunstâncias vivenciadas em um ambiente conflitante, o ato de escrever sobre sua vida e a dos demais moradores da favela se configura como uma denúncia, um testemunho da realidade vivida por Carolina Maria de Jesus e demais favelados, expondo as contradições entre as ideologias de igualdade e progresso propagadas pelo discurso oficial e a realidade de exclusão e pobreza vivida pela população marginalizada.

Na SD1, ao lhe perguntarem sobre o que escreve, ela responde: *Todas as lembranças que pratica os favelados*, ou seja, o que todos que ali vivem praticam em seu dia a dia: suas alegrias ou tristezas, o que fazem, como se relacionam com os demais favelados e com o ambiente em que vivem, as fofocas e intrigas, a busca pela comida, dentre outras lembranças.

Sua escrita caracteriza-se não só pela descrição intimista, mas também por um forte tom de denúncia. Seu lugar de fala, manifestação da alteridade, marca a forma de pensar e revela não só a miséria material, mas um mundo onde todos são capazes, inclusive as mulheres, de superação.

Na SD2, Carolina também deixa transparecer como a escrita mexe com seu imaginário, a ponto de transformar o ambiente em que vive, ao dizer: *Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol, Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades.* Observa-se, em suas fantasias, a recriação de sua realidade, ao pintá-la de cores luminosas e a transferi-la para sua escrita. E justifica-se, ao dizer: *E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela.*

O sujeito-autor passa para o papel o que no mais fundo de si desejava, com os argumentos que a vida lhe oferece, por meio de um trabalho de tessitura dos significados

decorrente da prática da escrita, sempre presente em seu cotidiano, que preenche os espaços vazios do tempo. É perceptível a maneira como a posição-sujeito do discurso revela a força de voz feminina e marginal em todos os sentidos: étnicos, sociais e de gênero. A escrita de Carolina, considerada depoimento, traça as fronteiras da literariedade ao denunciar as vivências e experiências de si própria, a partir de suas posições-sujeito nos discursos que enuncia.

Na SD3, ao escrever: *Aqui, todas imprecam comigo. Dizem que falo muito bem*, demonstra como Carolina destoa dos demais moradores “por falar bem e escrever”, ao ponto de implicarem com ela. A autora denuncia algo muito presente em nossa sociedade: as diferenças causam um certo mal-estar social. O sujeito do discurso buscou – pelo conteúdo da narrativa e não por sua forma – simbolizar o que escapou e continua escapando aos olhares dos modernistas, ou seja, as rupturas expostas pela miséria na favela. Embora Carolina passe pelas mesmas necessidades materiais, sofra as mesmas agruras que os demais, o fato de ela escrever e utilizar da linguagem para denunciar os problemas da comunidade, cria um certo mal-estar entre os demais moradores, que se sentem inferiorizados por não fazerem o que ela faz. É como se o fato de escrever a colocasse em superioridade entre os demais moradores.

Na SD4, Carolina faz referência à ideologia do branqueamento presente na sociedade brasileira, ou seja, a “tal” superioridade do branco, visto que havia (e ainda há) um ideal de superioridade instigado pela formação ideológica que considera o branco superior. Por ser muito reproduzido, os discursos trazem repetições/dizeres que afetam os sentidos. Procurando desconstruir essa ideologia, Carolina mostra que as necessidades do negro são as mesmas do branco, valendo-se, para tanto, de um argumento que apela para as necessidades naturais de ambos, alegando que a natureza não escolhe. É notável que, por meio do diário, Carolina vai trazendo reflexões asseguradas por argumentos copiosos em seus escritos, dessa forma, identificamos suas tomadas de posição. Demonstramos essa questão nos seguintes recortes:

SD6 - ...Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as miserias são reais. ...O que eu revolto é contra a ganancia (sic) dos homens que espremem uns aos outros como se espremesse uma laranja (JESUS, 2001, p. 46).

SD7- Ganhrou 22 cruzeiros. Comprei 5 de pão e 5 de açúcar e comprimido. Levantei só para preparar as refeições. Passei o dia deitada. O José Carlos ouviu a Florenciana dizer que eu pareço louca. Que escrevo e não ganho nada (JESUS, 2001, p. 92-93).

*SD8 - ...Eu disse para a Mulata e a Circe que a reportagem vai sair amanhã.
 —Eu vou gastar 15 cruzeiros para comprar o Cruzeiro e se eu não encontrar a reportagem, você me paga!
 Eu disse para a Dona Celestina que a mulher do Coca-Cola disse que tudo que eu escrevo ela escreve também (sic). A Dona Celestina disse que não sabe se ela escreve. Que eu, ela sabe que escrevo (JESUS, 2001, p. 170).*

Nas SDs 6,7 e 8 acima percebemos a posição-sujeito escritora, mostrando como, por sua forma de ser, não é compreendida e é desdenhada pelos demais favelados. Chamavam-na de “louca”, que “escrevia e não ganhava nada”, diziam que “não sabiam se ela escrevia”, enfim, demonstravam inveja por sua atividade de escrever, enfim não era compreendida entre os pares. Na SD7 e SD8, observamos a implicância e a inveja dos vizinhos quando ela assume a Posição-Sujeito de autora. A memória discursiva acena para um sujeito que utiliza um discurso novo e que se coloca em outro lugar social, aqui o da favela, não com apagamento de uma mulher da época da escravidão em que frequentemente não tinha voz.

Para compreender o discurso de Carolina, é preciso ir mais além, ou seja, olhar sua obra de fora, só assim entenderemos essa materialidade discursiva por meio da exterioridade e da historicidade, compreendendo o discurso como produtor de sentidos, através dos movimentos históricos da época da escravidão e dos movimentos sociais posteriores. Dessa forma, não só vemos o dito, como também o não dito do discurso. Essa correlação acontece por causa dos sujeitos que falam em determinada sociedade e, dessa maneira, (re)significam-se através do discurso, a reprodução ou modificação se dão a partir da prática discursiva, é trabalho simbólico que produz sentidos. “A Análise do Discurso se interessa pela linguagem tomada como prática: mediação, trabalho simbólico, e não instrumento de comunicação. É ação que transforma, que constitui identidades. Ao falar, ao significar, eu me significo” (ORLANDI, 1996, p. 28).

É por intermédio do simbólico que aparece a metáfora, uma vez que, ao falar, movemos novas formas de significar a partir das materialidades discursivas. O sentido de metáfora é aquele que Orlandi (2011) estabelece enquanto o próprio equívoco, referindo-se ao efeito da falha da língua inscrevendo-se na história (p.24). Um deslize de sentido, produzido a partir da possibilidade de dizer no jogo na/da/sobre a língua, marca a discursividade.

Por muitas vezes, na obra Quarto de Despejo, a favela é caracterizada, metaforicamente, por meio da posição-sujeito moradora da favela. Apresentamos recortes dessa ocorrência:

SD9 - [...] Havia pessoas que nos visitava e dizia:

— Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo (JESUS, 2001, p. 35).

SD10 - Chegaram novas pessoas para a favela. Estão esfarrapadas, andar curvado e os olhos fitos no solo como se pensasse na sua desdita por residir num lugar sem atração. Um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho. O unico (sic) perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga (JESUS, 2001, p. 47).

SD11- [...] Esquentei o arroz e os peixes e dei para os filhos. Depois fui catar lenha. Parece que eu vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato a felicidade (JESUS, 2001, p. 81).

Partindo da aparência com que autora descreve a favela, como “chiqueiro, quarto de despejo, lama podre” e de sua posição de “catadora”, notamos que é como se seus moradores fossem animais, entre outras referências que os nomeiam como “porcos”. São jogos da língua que resgatam uma história por meio dos sentidos construídos através de espaços do dizer, nos quais os moradores de favela são relacionados a animais, ao comportamento de porcos, mediante a sujeira em que eles vivem e fazem.

Os recortes discurso acima demonstram as diferenças de classe, já que o favelado é visto como animal praticamente “atirado” na favela por não ter onde morar, nem o que comer. Notamos um discurso que volta ao período colonial, que resgata a memória social de quando o colonizador teve o “domínio” do negro e reservava a ele um lugar denominado senzala. Neste local, parecido a um “chiqueiro”, os escravos viviam sem qualquer condição admissível.

É por meio da materialidade linguística que podemos analisar o discurso e seu aspecto ligado ao exterior, do mesmo modo que indica Orlandi (1996, p.29), “não partimos, como na análise de conteúdo, da exterioridade para o texto, ao contrário, procuramos conhecer esta exterioridade pela maneira como os sentidos trabalham no texto, em sua discursividade”.

Nesse viés, em sua obra, a partir de um sujeito ou sujeitos representados, a autora baseada em questões históricas, sociais e econômicas, torna-se um ser político ao criticar e denunciar os políticos da época:

SD12

— *É que eu tinha fé no Kubstchek.*

— *A senhora tinha fé e agora não te mais?*

— *Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia.*

... Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido (JESUS, 2001, p. 35).

Seu discurso é empregado para marcar uma posição e interpelar o político-ideológico por meio do discurso. Aqui, ela aponta para um cenário político baseado no jogo de interesses, no qual os processos ideológicos se dissimulam no discurso político, quando os políticos no afã de conquistarem os eleitores fazem promessas diversas, tais como: prometem “congelar os preços”, porém não cumprem. Na obra *Quarto de Despejo*, podemos evidenciar a historicidade e as condições de produção presentes no discurso caroliniano, que, mesmo retratando as condições histórico-sociais, não perde sua literariedade.

Grupo 2: A Denúncia nas Formações Imaginárias presentes em discursos da obra Quarto de Despejo

A memória do dizer está associada às condições de produção, Orlandi (2015, p.28) designa como “circunstâncias da enunciação” e trata os tipos de contextos no qual ela acontece, que pode ser no imediato ou amplo. Logo, é no discurso que essas relações se perpetram para um sujeito discursivo. Conforme Orlandi (2015, p.38), os sujeitos físicos e os espaços empíricos que eles ocupam na sociedade não servem no discurso, pois “são essas projeções que permitem passada a situações empíricas” para “as posições dos sujeitos no discurso”. Autora declara que temos “o mecanismo imaginário” no discurso, no qual ele acarreta a imagem dos sujeitos, para ela (2015, p. 38), “Temos assim a imagem da posição-sujeito locutor (*quem sou eu para lhe falar assim?*), mas também da posição de sujeito

interlocutor (*quem é ele para que fale assim, ou para que eu lhe fale assim?*), e também a do objeto do discurso (*do que estou lhe falando, do que ele me fala?*)”.

Nesse contexto, Orlandi fala que é um jogo imaginário que comanda nessa troca, no modo de antecipação das palavras, isso fica incompreensível, sobretudo quando refletimos na imagem que o locutor faz do interlocutor e a que este faz dele, e assim consecutivamente. Portanto, de certa maneira, essas imagens são definidas pelas “relações de poder” (ORLANDI, 2015, p. 37), podemos discorrer que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Essas relações de forças compõem as formações imaginárias: “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997b, p. 83).

Para o autor, a imagem que um sujeito tem do outro, como se fosse uma projeção, estabelece as relações entre as situações e as posições, desse modo compreendemos que todo o processo discursivo resulta do funcionamento do desempenho das formações imaginárias. As relações imaginárias são de regras do inconsciente e são afetadas pelo funcionamento ideológico, portanto se materializam no instante em que o sujeito assume uma posição no discurso. Assim, essas vinculações são feitas através de imagens e projeções.

As formações imaginárias nos discursos mantêm uma relação fundamental entre o ser humano e o mundo, com seu entorno e com seu meio. Assim, o pensamento se constrói através de imagens e de palavras, sendo uma expressão sintética da relação das pessoas com seu espaço a partir de sua concepção simbólica. A ligação entre o pensamento e a linguagem permite uma construção de sentido daquilo que tentamos descrever por meio do discurso. Com a pretensão de se verificar as representações que são feitas sobre a favela, tanto por parte dos que nela vivem, como dos que a veem de fora.

a) Imagens que Carolina de Jesus tinha da favela, de si e dos moradores

SD13- ...Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos.

SD14- Se ando suja é devido a reviravolta da vida de um favelado. Cheguei a conclusão que quem não tem de ir pro céu, não adianta olhar para cima. E igual a nós que não gostamos da favela, mas somos obrigados a residir na favela.

SD15-As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.

SD16- — Pois é Toninho, os editores do Brasil não imprime o que escrevo porque sou pobre e não tenho dinheiro para pagar. Por isso eu vou enviar meu livro para os Estados Unidos. Ele deu-me vários endereços de editoras que eu devia procurar (JESUS, 2001, p. 133).

SD17- Sai pensando na minha vida infausta. Já faz duas semanas que eu não lavo roupa por falta de sabão. As camas estão sujas que até dá nojo. ...Não fiquei revoltada com a observação do homem desconhecido referindo-se a minha sujeira. Creio que devo andar com um cartas nas costas: Se estou suja é porque não tenho sabão (JESUS, 2001, p. 98).

Vista de dentro para fora, a favela traz consigo uma imagem construída por meio de sua própria denominação. A palavra favela, em si, delinea um determinado contexto histórico-social e é estigmatizada. Percebe-se, nas SDs discursivos acima, em especial no SD13, que os moradores da favela sentem que há um reforço da identidade, que nega a convivência com os ‘diferentes’. Ao dizer: *Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais*, o pronome *nós* já dá ideia de alguém que representa um grupo de pessoas que têm distintivos comuns: *somos pobres e viemos para as margens do rio*. Ao acrescentar que *as margens do rio são lugares do lixo e dos marginais*, eles se incluem como marginais, portanto aceitam que se encontram na mesma posição-sujeito e, como tal, se incluem no estigma da discriminação e do preconceito.

Na SD14, ao enunciar: *Se ando suja é devido a reviravolta da vida de um favelado. Cheguei a conclusão que quem não tem de ir pro céu, não adianta olhar para cima*, observa-se uma posição-sujeito do discurso, no caso a própria autora, que procura explicar-se em relação ao fato de estar suja ao argumentar *é devido a reviravolta da vida de um favelado, ou seja*, não é fruto de sua vontade, mas uma casualidade. *E igual a nós que não gostamos da favela, mas somos obrigados a residir na favela*. Percebe-se, nesta formação discursiva (como moradora da favela), o desânimo do sujeito do discurso em relação a uma situação difícil de reverter, uma vez que não encontra saída. Outra questão é o discurso “higienista”, que se construiu historicamente em relação às favelas, diz respeito ao seu papel legitimador, cuja finalidade é a realidade visível, na perspectiva das condições de saneamento, em que as

favelas são consideradas, por muitos, como locais insalubres e que constituem um perigoso foco de doenças para a cidade.

Notamos também em outra SD15: *As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.* Aqui, novamente, nessa SD, o sujeito do discurso, no caso Carolina, não se sente confortável com sua situação, sobretudo quando compara a favela com a cidade que, segundo ela, é como se estivesse *na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim.* Suas palavras refletem sua insatisfação por viver na favela e o desejo de viver o que não está ao seu alcance.

O imaginário nos encaminha à afirmação de Pêcheux (1993, p. 75) de que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, sendo definidas pelo autor como “as circunstâncias de um discurso”. Na SD16, Carolina conversa com Toninho, um conhecido da livraria, sobre o seu livro, porém, na literatura brasileira, infelizmente não havia espaço para esse tipo de narrativa.

A Formação Ideológica capitalista expõe as contradições propagadas pelo discurso oficial que falava em “igualdade e o progresso”. Na verdade, essa igualdade e progresso tão proclamados não eram para todos, só para alguns privilegiados. A população marginalizada vivia uma realidade de exclusão e opressão, de pobreza e marginalidade, e Carolina de Jesus fazia parte dessa realidade.

O lançamento da obra *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada, em 1960, vem para desestruturar a memória, o progresso de uma cidade industrializada, como São Paulo, que não abria espaço para uma escritora como Carolina, questionadora e que denunciava as mazelas dos favelados. Nesse sentido, ela significava tudo aquilo que não se queria ver e ouvir no Brasil em pleno desenvolvimento.

É fácil notar que tentaram silenciar Carolina, mas a memória fez questão de trazer o novo, uma descaracterização dos discursos pré-estabelecidos, retratados pelos mesmos atores sociais, que passaram a ouvir a voz que ecoava da favela. Isso aconteceu porque o jornalista, Audálio Dantas, possibilitou que a voz de uma mulher negra da favela fosse ouvida mundialmente, contrariamente dos autores consagrados da época, pertencentes ao cânone

literário, literatura essa não favorecia ao discurso de uma mulher, principalmente, negra e moradora da favela.

Assim sendo, entendemos o jogo da força da normatização que compreenderia a paráfrase (o mesmo no discurso), uma vez que a não regulação seria o acesso do mesmo, a materialidade da palavra, para a viabilidade de ocorrer o “jogo da metáfora”, “uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória se esburaca, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, 1999, p.53).

O imaginário da mulher retratado pelo homem é de uma mulher que não zela da sua higiene, mas por questões econômicas ela não tinha como comprar sabão, o que acarretou um estranhamento no discurso. As imagens e projeções de um outro sujeito fazem com que Carolina questione. Essas projeções indicam para uma apreciação por parte do outro sobre a mulher negra e como ela deve se comportar, o fato de não ter sabão produz um desconforto em Carolina, que assume uma posição-sujeito de defesa, procurando justificar a razão de estar suja, para não ser o centro dos questionamentos. Os dizeres são determinados pelas formações imaginárias, segundo Pêcheux (2014,) em que os sujeitos estão inscritos. É pelas formações imaginárias que as relações sociais se realizam, segundo observamos a partir de projeções dos interlocutores presentes em seus escritos.

SD18

...Eu estava chingando o senhor Manoel quando ele chegou. Deu-me boa noite. Disse-lhe:

—Eu estava te chingando. O senhor ouviu?

—Não ouvi.

—Eu estava dizendo aos filhos que eu desejava ser preta.

—E você não é preta?

—Eu sou. Mas eu queria ser destas negras escandalosas para bater e rasgar as tuas roupas (JESUS, 2001, p. 135).

Percebemos na SD18, o senhor Manoel questionar se Carolina não era preta, todavia ela respondeu afirmando que não bastava ser preta, mas também ser “negra escandalosa”, Aqui, observamos como Carolina incorpora a imagem de que a mulher preta é “escandalosa”, conforme se propaga socialmente, em razão disso, vê a si mesma como crê que os outros a veem. É pelos dizeres que os interlocutores buscam compartilhar saberes e distinguir a quem cada um se refere. Orlandi (1998, p. 9) informa que “ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos”, no que parte do já dito para produzir sentidos.

Para que aconteça o dizer, é necessário que tenha um sentido que ecoa de algum lugar na história e na memória discursiva, vindo por meio da ideologia e do inconsciente. Então os sentidos não surgem sozinhos, quando falamos uma palavra ela não é nova, o sentido já estava em algum lugar, uma vez que “quando se fala, mobiliza-se, pois, um saber que, no entanto, não se aprende, que vem por filiação e que nos dá a impressão de ter sempre estado lá Orlandi” (1998, p.10).

b) Imagens que a sociedade tinha da favela na visão de Carolina

SD19- [...] havia pessoas que nos visitava e dizia (sic):

— Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo (JESUS, 2001, p. 35).

SD20- ...Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. E linguiça enlatada. Penso: E assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados (JESUS, 2001, p. 57).

SD21- Outro dia eu encontrei um soldado. Perguntou-me: —Você ainda mora na favela? — Porque? —Porque vocês deixaram a Radio Patrulha em paz. —É o dinheiro que não sobra para a aguardente ... Ele deixou de aborrecer-me porque eu chamei a radio patrulha para ele, e ele ficou 4 horas detido. Quando ele saiu andou dizendo que ia matarme. Então o Adalberto disse-lhe: —E o pior negocio' que você vai fazer. Porque se você não matá-la ela é quem te mata. Eu tenho uma habilidade que não vou relatar aqui, porque isto há de defender-me (JESUS, 2001, p. 68).

A favela é vista de fora para dentro numa perspectiva de um simbolismo da informalidade, da precariedade, da pobreza e da vulnerabilidade. Observamos isto na SD19, em que a favela é relacionada a um “chiqueiro”, ou seja, o lugar onde viviam os porcos; e seus moradores são comparados aos ‘porcos’. Naquela época, os porcos eram criados em lugares enlameados e se alimentavam de lavagem, ou seja, dos restos de comida de seus donos e agregados. Ao comparar a favela ao ‘chiqueiro de São Paulo’, observa-se uma formação discursiva (quem mora em lugares insalubres) que se ampara numa ideologia que estigmatiza o morador de favela e o lugar onde mora, o que denota o olhar de descaso dos habitantes da cidade com os que vivem em seu entorno.

O SD20, em que Carolina registra a chegada de um caminhão com latas de linguiça que já passaram da validade, muito bem demonstra tal descaso dos comerciantes, ao dizer: *E assim que fazem esses comerciantes insaciáveis? Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes*

favelados. O sujeito do discurso, como morador, portanto, representante do lugar onde vive junto aos demais, reflete um sentimento que é generalizado em sua comunidade, de como a favela e seus habitantes são vistos lá fora. A imagem que foi construída pelos moradores da cidade sobre a favela e os favelados apresenta atributos tais como: miséria, descaso, fome, pobreza, violência, mazelas, entre outras. Esse segmento discursivo, portanto, retrata como os que vivem fora veem a favela projetando uma imagem homogênea de todo tipo de preconceito e de exclusão social.

É interessante observar que o ambiente da favela, incutido no imaginário coletivo, significa a dissolução da cidade enquanto um espaço de encontro, uma vez que seus moradores se vêm excluídos de todo um conjunto de construções arquitetônicas reclusas, fechadas em si mesmas, que cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade. A favela é vista pelos de fora, sobretudo, com discriminação, com sendo um lugar de criminalidade, que é atribuída aos pobres, em especial aos favelados, resultando dessa forma, em uma “cultura de medo”.

Essa visão preconceituosa dos que vivem fora em relação aos moradores da favela, fruto de um interdiscurso de desvalorização daqueles que vivem à margem da sociedade capitalista, aponta para uma determinada construção do outro, visto como um obstáculo ao objetivo civilizatório republicano, devido ao fato de que a favela é um grande obstáculo a ser superado. Nesse aspecto, as formações imaginárias mostradas nos discursos de quem não residem nesse ambiente, foram construídas também nas mídias e são resultantes de um recorte sobre a realidade. Esse recorte é parcial e corresponde à parcialidade daquilo que almeja representar, ou seja, constitui num elemento de intermediação que cria suas próprias escolhas entre a realidade e a sociedade, observando, produzindo e divulgando as imagens que um determinado olhar que quer representar.

Transpondo essa proposição ao espaço da favela, entendemos que, na SD21, em que o soldado da rádio patrulha pergunta se ela ainda mora na favela e ela responde que sim, percebe-se a imagem que o soldado faz deste lugar. Como Carolina não mais chamou a rádio patrulha, ele julgou que ela tinha mudado de moradia, portanto, passou a ter dela outra imagem, pelo fato de não mais recorrer a ele. Ao dizer que ia matá-la para seu colega de favela, este deu a entender que não o fizesse, pois poderia acontecer o inesperado: ela matá-lo. Percebe-se, então a imagem que o colega tinha dela, de ser uma pessoa valente, decidida. Por último, a Carolina fala da própria imagem oculta, ao dizer: *Eu tenho uma habilidade que não*

vou relatar aqui, porque isto há de defender-me. Observa-se, nessa SD, que a noção de formação imaginária resulta da imagem que o sujeito faz de si mesmo e do outro.

Nas SD20 e SD21, o discurso de autoridade é constituído em referência às condições externas. Nesse caso, o soldado ao questionar Carolina e quando ela chama a rádio patrulha, os sentidos de autoridade estão neles colados. Todavia, a imagem que o sujeito faz de si mesmo é atravessada pelo espaço da favela, ao qual denomina de “lugar de mediocridade”, isto é, um lugar de autoridade e submissão entre a polícia e os moradores, em que ambos “interagem com o comum”, uma vez que era rotina a polícia apaziguar um ambiente considerado de conflitos e de muita violência.

Essa situação também nos chama a atenção à ideia de miséria e crime. Observamos por um lado, que ainda hoje as favelas são vistas como lugares da miséria e como comunidades de baixa renda. Por outro lado, a ideia do crime – e da ligação quase direta entre favela e violência – parece estar cada vez mais presente no discurso da mídia e das autoridades públicas. A hipótese fundante do discurso criminalizante é o da ligação entre favela e crime. Por discurso criminalizante, compreende-se, aqui, quaisquer falas e representações que apontam para uma desqualificação de um determinado grupo social. Não se refere, nesse aspecto, somente a discursos sobre atos criminosos, além disso, e, principalmente, à concepção de que os moradores de favelas são provavelmente criminosos e de que suas práticas sociais são, portanto, criminosas – por fraudarem leis, invadirem terrenos, etc. O favelado – objeto do discurso criminalizante – é, em síntese, um ser desprovido de moralidade.

Os discursos que observamos constituem, nesse sentido, uma estrutura ideológica, isto é, aspectos sociais de base da separação entre certos setores da sociedade, assim como de um conjunto de ações realizadas pelo Poder Público. Portanto, a materialização desses discursos e padrões de representação do outro incidem, diretamente, na abertura desse outro em determinados espaços da cidade.

Grupo 3- Resistência de Carolina Maria de Jesus ante sua situação

SD22- [...] *Não havia papel nas ruas. Passei no Frigorífico. Havia jogado muitas linguças no lixo. Separei as que não estavam estragadas. (...) Eu não quero enfraquecer e não posso comprar. E tenho um apetite de Leão. Então recorro ao lixo (JESUS, 2001, p. 93).*

SD23- ... *Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer. (...) Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro?* (JESUS, 2001, p.28-29).

SD24- (...) *Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar.* (JESUS, 2001, p.32)

SD25- ... *Levantei de manhã triste porque estava chovendo. (...) O barraco está numa desordem horrível. É que eu não tenho sabão para lavar as louças. Digo louças por hábito. Mas é (sic) as latas. Se tivesse sabão eu ia lavar as roupas. Eu não sou desmazelada. Se ando suja é devido a (sic) reviravolta da vida de um favelado. Cheguei a (sic) conclusão que quem não tem de ir pro (sic) céu, não adianta olhar para cima. É igual a nós que não gostamos da favela, mas somos obrigados a residir nela* (JESUS, 2001, p. 38).

Observamos na SD22 e na SD23 duas questões peculiares de resistência no discurso de Carolina: 1. A não acomodação à situação em que vivia: catar lixo, papel, latas, comida etc., na qual não se deixou vencer e buscou alternativas para prover seu sustento e o sustento de seus filhos: (...) *Passei no Frigorífico (sic). (...) Separei as que não estava (sic) estragadas.* Essa ação aponta a possibilidade de se averiguar que Carolina tinha consciência da realidade em que vivia, do alcance e do limite de suas próprias forças e, a partir disso, resistia à vida árdua que levava, recorrendo sempre ao lixo para obter alimentos quando não conseguia ter dinheiro para, assim, amenizar a fome. Isso traz à tona as vidas das pessoas miseráveis que vivem em locais desfavoráveis e esquecidos pelas políticas públicas.

Carolina, em seu livro, provoca “muitos mundos” e sinaliza um deslocamento para outros modos de viver e de produzir conhecimento. Assim nos permite, dessa forma, um saber partilhado entre alguns moradores e as próprias mulheres, um conhecimento vivenciado, atravessado diretamente no mundo, no qual há necessidade de resistir para sobreviver. Nesse sentido, Carolina provoca nos leitores uma percepção na qual a maioria dos moradores da favela não tinha. Ela trazia a tona uma realidade tão impregnada de miséria e que nunca se sentia confortável viver naquele lugar. Almejava constantemente sair da favela e experimentar outras formas de vida.

2. A necessidade de superação de seu desânimo e desesperança frente à sua dificuldade de obter alimento: (...) *Depois de conseguir algumas coisas para os meninos comer, reanimei-me. Acalmei o espirito (sic).* Carolina constrói uma representação da mulher

batalhadora, ou seja, representa o *ethos*¹⁸ de mulher que luta, resiste, é capaz de vencer e fazer acontecer situações favoráveis em seu entorno. Essa perspectiva articulada por ela revela sua firmeza de propósitos para enfrentar os dias de fome.

As sequências discursivas a seguir, também ilustram muito bem o discurso de resistência. Assim, temos esses recortes expressivos em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*:

SD26- ... *As segundas-feiras eu não gosto de perder. Saio cedo porque encontra-se (sic) muitas coisas no lixo. Saí com Vera. Eu tenho tanto dó da minha filha (JESUS, 2001, p.100).*

SD27- ... *Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer. (...) Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? (JESUS, 2001, p.28-29).*

SD28- (...) *Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar (JESUS, 2001, p.32).*

As SDs escolhidas se justificam, não somente de fatos da autora, como também por causar de uma sucessão de dizeres sobre o contexto da favela, sobre os sujeitos pertencentes a esse espaço, e construir, dessa forma, um conjunto significativo na leitura do texto. A ação de Carolina em catar lixo, o dó que tem de ver tanto sua filha naquela situação (SD26), a falta de esperanças quanto ao futuro, os problemas por que passam os moradores da favela, (SD27), fazem dela uma mulher que se compadece e sofre perante as necessidades dos outros. É sensível ao ponto de mostrar como se sente diante daquela realidade inóspita em que vive: *Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros.* Um sofrimento, porém, que não a impediu de externar, através dos seus escritos e com bravura, toda mazela social daquele lugar.

¹⁸ Para Aristóteles, o conceito de *ethos* está intrinsecamente ligado à Retórica (Retórica entendida aqui como a teoria ou ciência da arte de usar a linguagem com fins de persuadir ou influenciar), apontando para a necessidade de o sujeito-enunciador, no ato de sua fala, construir uma imagem positiva de si mesmo com o propósito de persuadir seu enunciatário. Maingueneau retoma o conceito de *ethos* proposto por Aristóteles quando afirma que o *ethos* é a imagem de si no discurso. No entanto, vai além dos estudos apresentados pelo filósofo grego, ampliando e reformulando o seu conceito, pretendendo analisar imagens criadas pelos enunciados no discurso, não se restringindo apenas à eloquência, à oralidade em situação de fala pública (assembleia, tribunal), mas estendendo seu alcance para todo tipo de texto, tanto os orais quanto os escritos, pois a retórica antiga organizava-se em torno da palavra viva e integrava, consequentemente, à sua reflexão, o aspecto físico do orador, seus gestos, bem como sua entonação (BATISTA, 2022, p.4- 6).

Nesse sentido, Carolina resiste às incertezas de uma vida árdua e aos mecanismos que procuram manter a invisibilidade da comunidade, ao atribuir posições determinadas para os sujeitos da favela. Através das histórias relatadas, a autora evidencia a escassez dos direitos básicos que atinge as camadas mais pobres da população. Essa parcela da população, formada por moradores da favela, convive com a desconstituição dos seus processos sociais e, por que não dizer, culturais também, até porque nesse ambiente fica difícil o acesso a qualquer serviço que, por direito, todos deveriam ter. É uma constante luta para se obter os direitos básicos, de forma que essa luta propicia meios de resistência e resulta na libertação da miséria.

Quando Carolina diz que *quase todos na favela passam por dificuldades*, revela que a favela é um ambiente desprovido da ajuda advinda do Estado. Um lugar esquecido por esta entidade, uma vez que tem que lutar todos os dias para conseguir pelo menos o alimento, fato esse que nem sempre acontecia. Porém, Carolina fala, também, que os moradores não se manifestavam, acomodavam-se com sua vida escassa. Nessas condições, é ela que abraça a causa de lutar em prol deles, como bem afirmou: *Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros*. Denuncia e resiste, de forma contundente, a realidade em que viviam tantos indivíduos, seja por meio de seus escritos, seja por meio da sua luta corriqueira para suprir suas necessidades básicas.

Assim, seu discurso nos mostra que é ela que se destaca na favela, no sentido de ser a protagonista de uma narrativa que delata os desafios enfrentados e a vida de tantos miseráveis. Portanto, podemos perceber que ela não tem um sentimento egoísta, até porque luta não somente por sua família, mas, como já bem dissemos anteriormente, em prol de todos os moradores da favela. Há uma inquietude em seu interior que a impulsiona a querer lutar por todos e isso nos leva a refletir o quanto Carolina é uma mulher de fibra, não cruzou os braços e resistiu a tudo e a todos.

Ao analisar o discurso de Carolina, evidenciamos uma relação de resistência e pistas de um discurso atravessado por formações discursivas permeadas pela violência e pelo descaso público. Muitos dos favelados optam pelo silêncio e pelo esquecimento, como meio para conseguirem viver e superar os receios causados pelas dificuldades da favela. Mas o sujeito discursivo, aqui analisado, opta por um caminho inverso, para superar a realidade. Carolina relata suas experiências na esperança de que todos tenham a ciência da verdadeira história dos moradores da favela.

Em outros termos, a imagem que o sujeito faz do seu próprio lugar é suficiente para sustentar seu dizer. Nessa hipótese, Carolina ocupa e atribui a si um lugar principal. É como se não lhe bastasse ser moradora da favela, ela assume um papel de denunciante, de resistência, que tenta resolver os desmandos ali vividos. Intuímos que seu olhar sobre o lugar é movido por uma violência que é constante. Portanto, manifesta-se o *eu* denunciador, mas também o *eu* defensor, instituindo-se representante do seu lugar de fala. Vejamos a seguir:

SD29 – (...) *Era o Joãozinho, filho da Deolinda, que estava com um chicote na mão e atirando pedra nas crianças. Corri e arrebatei-lhe o chicote das mãos. Senti o cheiro de álcool. Pensei: ele está bêbado porque nunca fez isto. Um menino de 9 anos. O padrasto bebe, a mãe bebe e a avó bebe. E ele é quem vai comprar pinga. E vem bebendo pelo caminho (JESUS, 2001, p.96).*

Nessa SD, fica claro que o sujeito-autor entrevistado numa situação muito delicada. O fácil acesso ao álcool, que é a porta de entrada para outras drogas na periferia, começa muito cedo para muitos, como narrado por Carolina “*Um menino de 9 anos*”, que faz parte do cotidiano e aumenta ainda mais o estado de vulnerabilidade dessas pessoas, deixando-as sem perspectivas otimistas em relação a sua própria existência. Nesse aspecto, tratar o vício passa inicialmente pela esfera de saúde pública, mas como a favela é desprovida de assistência estatal, acarreta em mais uma dificuldade para os moradores se livrarem desse problema. Assim, a posição-sujeito evidencia os aspectos negativos que produzem vulnerabilidades, como constantes violações de direitos, ações discriminatórias e violência.

Outro fator é a burocracia que envolve o acesso à saúde desses moradores prejudicados pelo álcool, nesse estágio que a SD mostra, o álcool é considerado uma doença, ir de um lado para outro para ter atendimento e ao final ficar sem respostas é algo que acontece constantemente. Esses moradores ficam desassistidos pela esfera pública, tornando-se reféns da violência que o álcool traz. É dessa forma que o sujeito discursivo se posiciona politicamente e entende que os representantes do povo pode mudar a realidade da favela. A negligência do Estado na implementação e fiscalização na área da saúde gera danos irreparáveis à vida do cidadão. Todavia, tudo começa pelo acesso aos serviços, trabalhos preventivos, educação, entre outros. Nos dias atuais, ainda nos deparamos com “quartos de despejos” esparramados pelo Brasil, principalmente quando tratamos do acesso à saúde, saneamento, alimentação, moradia, vestuário, educação, lazer, entre outras coisas essenciais para obter uma vida de forma saudável e com mínima dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da teoria da Análise do Discurso, o desfecho de um texto é sempre um efeito utópico (começo, meio e fim) indispensável para a defesa da autoria do sujeito-autor-pesquisador. Sendo assim, é uma das partes mais difíceis, uma vez que causa uma sensação de que se poderia ter dito mais. Assim sendo, nossa pesquisa está aberta para ser explorada em outras frentes acadêmicas, pois sempre há uma descoberta no meio do caminho.

Procuramos investigar, dentro das categorias da Análise do Discurso, os elementos que constituem os discursos sobre resistência e denúncia em *Quarto de Despejo: diário de uma favela*, que se desenvolvem a partir do ato de escrever de Carolina, ao denunciar sua condição de negra e favelada, representando, dessa maneira, as vozes que continuam silenciadas por não encontrar espaço de manifestação. É na posição-autor que Carolina se relaciona com a escrita e por meio dela se constitui. Assim sendo, analisamos e observamos que a sua “fome de escrita” e a “escrita da fome” é uma das temáticas centrais de sua obra, mesmo quando discutimos sobre resistência e superação, elementos esses em prol da denúncia de sua condição social.

Nesse contexto, podemos classificar como metáfora a “fome da escrita” e a “escrita da fome” para refletirmos a constituição do sujeito-autor na escrita, que nos possibilitou designar a literatura de Carolina como enfrentamento social que marca as suas denúncias sociais, a saber: do acesso à educação, à saúde e à cultura, uma vez que é pela materialidade escrita que se tem conexão com o discurso de denúncia social dessa autora que descreve, em seu diário, as lutas pelas quais passou em sua vida de mulher, negra, mãe, periférica e catadora de papel, rompendo, então, com uma formação imaginária de sujeito-autor ideal (branco, classe média, com alto grau de escolaridade).

A obra reflete e contesta a Formação Ideológica predominante na sociedade brasileira da época e ainda presente em nossos dias: A FI capitalista. Também expõe as contradições entre ideologia da igualdade e progresso propagados pelo discurso oficial e a realidade de exclusão e opressão vivida pela população marginalizada.

Ao documentar as condições de vida na favela, Carolina destaca como as estruturas sociais e econômicas dessa FI contribuem para a perpetuação da pobreza e da desigualdade. A autora confronta a ideologia de branqueamento e o racismo presente na sociedade brasileira

ao reivindicar sua identidade como mulher negra e denuncia o preconceito social e a discriminação enfrentada por ela e sua comunidade. Sua escrita desafia as narrativas hegemônicas que marginalizam e estigmatizam as pessoas negras e pobres, oferecendo uma perspectiva autêntica e humanizada da vida na favela. O discurso se insere dentro de uma FD que desafia e subverte as representações dominantes dos pobres e marginalizados: FD da resistência. Carolina, ao utilizar a linguagem do cotidiano e da vivência pessoal, ela oferece uma visão autêntica e visceral da vida na favela, rompendo com os estereótipos e preconceitos presentes nos discursos institucionais e midiáticos. O discurso de Carolina é uma forma de resistência e poder dentro de uma FD, que historicamente marginaliza as vozes das mulheres negras e pobres.

Nesse sentido, a escrita de Carolina é uma literatura que incomoda, não se deixa silenciar e trabalha a resistência em que é possível denunciar o cotidiano improdutivo da favela, como também construir nova atmosfera através de outros sentidos, em que o céu, as aves, os sonhos, possibilitam outros cenários para além desse lugar desfavorável. Portanto, é pelo poético que a literatura de enfrentamento social de Carolina, pelo viés de resistência, promove o novo, a surpresa, a polissemia. Essa literatura de enfrentamento social incomoda por causa dos seus questionamentos, pois rompem o “semanticamente estabilizado” como foi mencionando nesta pesquisa, inclusive, permitindo-se o dizer, mesmo acabrunhada pelo outro que a desautoriza, no jogo **das formações imaginárias. É nesse sentido que Carolina ocupa a posição sujeito-autor.** Ao trabalhar o interdiscurso no intradiscurso, assume pelo seu dizer, amarra as partes do texto nas quais consegue acessar o fio discursivo. Assim, produz sentidos. Ela tece uma escrita que leva em conta esses tópicos da autoria porque, conforme indicamos, a *poética de resíduos* desta autora, evidencia uma escrita comprometida com seus projetos literários, uma escrita que denuncia o *status quo* através da resistência pela palavra.

A partir dessas considerações, reconhecemos que essa atividade discursiva de sujeito-autor perpassa o político, no que denominamos de política literária, que impede e/ou assegura um autor e sua obra literária. Esse movimento discursivo da política literária é encadeado por três pilares: 1. *O conceito que se tem de literatura*. Carolina, nesse ponto, permite que a literatura se desloque de um conceito fechado, desestabiliza conceitos que não consideram as literaturas das margens como literaturas de valor; 2. *O conceito que se tem de obra clássica, por sua vez, de cânone*. Aqui, é sobre a questão do político no literário: “isso porque defendemos a literatura como potência humanizadora de Direito Humano”. Nesse aspecto,

porque indica uma literatura de enfrentamento social, no qual esse tipo de literatura precisa ser reconhecido e visualizado; 3. *O funcionamento do mercado editorial*. A publicação de Quarto de Despejo teve altas vendas, ultrapassando, até mesmo, Jorge Amado e outros escritores consagrados/legitimados. Motivo esse que contribuiu para sua obra, pois o mercado editorial visava apenas o lucro, portanto, isso significa uma legitimidade frágil e dissimulada, visto que depois da publicação de *Quarto de Despejo: diário de uma favela*, o mercado fecharia as portas para as suas outras narrativas. Por fim, suas obras são literatura, uma vez que sua “fome” da escrita como também de alimento, levam-nos a reconhecer seus livros como obras literárias de enfrentamento social, principalmente, devido a não silenciar sobre determinadas misérias da vida humana e causar desconforto nas estruturas de instituições das letras que “encobrem” o assunto sobre as mulheres negras.

Podemos constatar que a obra caroliniana oferece elementos que resultam da soma de diversos fatores presentes no gênero diário. Nele, são mais utilizados pela autora o uso de metáforas, o tom da oralidade, a plasticidade descritiva e a polifonia. É na língua que a literatura nos permite ultrapassar limites, reproduzir o real, superando-o, aprimorando-o e recriando-o. Tomada de seu poder moral, ela acrescenta conhecimento educativo na formação do ser humano, tanto no seu valor sociológico quanto no seu valor histórico.

Diante disso, Carolina estetiza a si, cria para si identidade e alteridade, constrói um “eu” de palavras ou, constrói sua subjetividade na palavra, tornando-se autora, narradora e personagem de si mesma. Sendo moradora da favela, Carolina consegue ultrapassar suas limitações regionais, iniciando um processo evolutivo-histórico em que será, em nível de conhecimento, notada em seu contexto. Isso fará com que a crítica e a pesquisa “permitam-lhe adentrar no mundo canônico”. As expressões e o uso expressivo de vocábulos advindos da língua falada no geral, em *Quarto de Despejo: diário de uma favela*, não são propositais e sim espontâneas, pois representam, nesse sentido, marcas da oralidade no texto literário e que projetam a própria Carolina Maria de Jesus, enquanto como sujeito, no Diário.

Pelo trabalho feito aqui, nota-se que a forma de se trabalhar o texto influi na produção de sentido. Pela análise discursiva, Carolina assume uma voz de sujeito social, porque suas denúncias sociais são produzidas com base em discursos interpelados ideologicamente. Discurso esses que se enunciam desde um lugar social, referindo-se, inclusive, no que tange à memória discursiva, o que produz, dessa forma, sentidos. Nessa perspectiva, a Análise do Discurso dispõe alternativas de reflexão sobre a geração de sentidos que são concedidos pelos

textos. Dessa maneira, possibilita fazer uma leitura de vários contextos sociais que se modificam de texto para texto e se (re)constituem no discurso. Portanto, não podemos esmorecer nos tempos atuais, diante da vastidão de sujeitos postos à margem social. Paradoxalmente os tempos também são de esperança, pois vozes denunciantes como as de Carolina têm cada vez mais vigor.

Nesse ângulo, a ideia de que a sociedade estava mais interessada em saber sobre o lado árduo da vida de Carolina, sem, todavia, se importar por outras obras produzidas por ela, pois seus depoimentos, em *Quarto de Despejo: diário de uma favela*, são mais impactantes e chamam mais atenção de quem os conheciam. Por outro lado, a autora acreditava ter mais talento na incumbência de poetizar. Mas a verdade é que Carolina, mesmo alcançando posição de escritora de poemas e ficção, só atinge seu grande reconhecimento dentro da literatura devido ao seu Diário.

O diário é “um gênero de texto primeiramente pessoal e intransferível”, no entanto, entrelaça várias histórias de outras pessoas. A sua função em princípio é ser voz do narrador-personagem, Carolina, contudo acaba sendo instrumento de denúncia social em “Quarto de Despejo”. Além disso, o país passava por um grande momento de desenvolvimento e crescimento nacional, denominado “plano de metas”, que procurava desenvolver o Brasil 1950 anos em 5. A favela do Canindé simboliza, nessa conjuntura, toda a contradição do desenvolvimentismo social, econômico e estrutural. Se havia indústrias se fortalecendo e gerando milhares de empregos, também havia os que ficaram à margem desse progresso. É a dicotomia desenvolvimento x retrocesso; riqueza x pobreza; luxo x lixo.

Se tivéssemos de optar por uma palavra para resumir a pessoa de Carolina, várias apareceriam em nossa mente, tais como pobreza, miséria, força, preconceito, exclusão, entre outras. No entanto, há uma palavra capaz de encadear todas as outras e ainda sintetizar bem sua pessoa: deslocamento. Isso mesmo - há em Carolina e em sua obra uma grande impressão de deslocamento que a segue nos momentos mais difíceis antes de ser conhecida e após a sua notoriedade. Quando morava na favela, ela se sentia uma estranha vivendo entre os favelados, até mesmo tentava se diferenciar deles utilizando para isso a escrita.

O cenário vivido por Carolina contribui para a “espetacularização da pobreza”, como pode ser observado que, na década de 1960, ao publicar *Quarto de despejo: diário de uma favela*, Carolina chamou atenção dos mais variados meios de comunicação (revistas, jornais, rádio, artigos científicos, etc.) devido à “estranheza” de ocupar a posição sujeito-autor sendo

mulher, negra, favelada. Nesse sentido, a política literária, no funcionamento discursivo ligado ao mercado editorial, ao que tudo indica ganha notoriedade mais pelo espetáculo da vida na favela, do que como literatura, pois Carolina participou de diversas entrevistas, uma vez que sua escrita interessa como artigo de consumo, representando um “ser estranho” favelado que se mostra, ou seja, a “espetacularização da pobreza”, como se sua vida e sua história estivessem longe da realidade cotidiana social. Nesse sentido, para o mercado importa a pobreza que vende porque é geradora de lucros.

Portanto, refutamos o discurso que a “espetacularização” da vida na favela é o único caminho que fez (e faz) Carolina instituir-se como sujeito-autor na contemporaneidade porque, gradativamente, as pesquisas acadêmicas têm encontrado outras peculiaridades dessa autora para além do cenário da favela, em uma variação de gêneros literários e não literários que formam o acervo do seu legado ao produzir uma literatura que atravessa diversos gêneros discursivos.

REFERÊNCIAS

- AIUB, T. J. F. da R. **Condições de produção de um discurso sobre o sujeito aluno na educação a distância.** Tese de Doutorado 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132662>. Acessado: 05 de fev. de 2022.
- ALVES, L. C. **Quarto de despejo:** uma denúncia literária-jurídica e política acerca da invisibilidade e exclusão da mulher pobre e negra no Brasil. Anais do VI CIDIL – As ilusões da verdade e as narrativas processuais, 2018 BY RDL.
- ANDREWS, G. R. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988).** São Paulo: EDUSC, 1998.
- ARAÚJO, G. P. **Trato desfeito:** o revés autobiográfico na literatura contemporânea brasileira. Brasília, 2011 – dissertação de mestrado.
- AZEREDO, M. H. **A representação do feminino heroico na literatura e no cinema:** uma análise das obras Quarto de despejo: diário de uma favelada (Carolina Maria de Jesus), Estamira e Estamira para Todos e para Ninguém (Marcos Prado), De Salto Alto e Tudo sobre Minha Mãe (Pedro Almodóvar)' 01/05/2012, 365 f. Tese de Doutorado em LITERATURA. Disponível: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 02 de mar. de 2022.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: —. **Estética da criação verbal.** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BASSANI, S. L. D. **Discurso, poder e virilidade do sujeito-mulher Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo.** Dissertação de Mestrado, 2018. Disponível: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 01 de mar. de 2022.
- BATISTA, M.S. **A construção do ethos discursivo de São Bernardo de Claraval:** a imagem de si no discurso. Eutomia Revista de Literatura e Linguística, 2022. Disponível: <https://periodicos.ufpe.br>. Acesso em: 11 de ago. de 2022.
- BAUMAN, Z. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. **Modernidade Líquida.** 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOSI, A. **Literatura e resistência.** Companhia Das Letras, 2002.
- BRANDÃO, H. N. **A subjetividade no discurso.** In: NASCIMENTO, E. M. F.S. & GREGOLIN, M. do R. (ogs.) Problemas atuais da Análise do discurso. Araraquara, Editora da UNESP, n. 1, 2002.
- _____. **Introdução à análise do discurso.** 2ª. ed. rev., Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- CANDIDO, A. O direito à Literatura. In: **Vários escritos.** São Paulo: Duas Cidades, 1988.

CARVALHO, M. L.G. C. A construção de uma discursividade feminista em Sergipe: a revista Renovação na década de 1930, em Sergipe. 2012.

CASTRO, E. de M & MACHADO, M. N. de M. **Muito bem, Carolina/Biografia de Carolina Maria de Jesus**. BH: c/Arte, 2007.

_____. **Vocabulário de Foucault: um percurso por seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CERTEAU, M. de. **L'Absent de l'histoire**, Mame, Paris, 1982.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. Trad. Fabiana Komesu. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAVES, C. B. **Memorialistas Portugueses**. São Paulo: Biblioteca Breve, 1978.

COURTINE, J. **Análise do Discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. **Metamorfoses do discurso político**. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006.

DANTAS, A. A atualidade do mundo de Carolina. In: **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 03-05.

DRESCH M. **Ideologia – um conceito fundante na/da Análise do Discurso** – considerações a partir do texto Observações para uma teoria geral das ideologias, de Thomas Herbert. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/MarciaDresch.pdf>. Acessado: 03 fev. de 2022.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FARIAS, T. Carolina Maria de Jesus. In: FARIAS, Tom. **Escritos negros: crítica e jornalismo literário**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 1999.

FEREIRA, M.C.L. **Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso**. Revista do Instituto de Letras, UFRGS-Revista Organon, ISSN 0102-6267. v. 24, n. 48 (2010). Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/organon/article/view/28636/17316>. Acessado: 19 jan. de 2022.

_____. **O caráter singular da língua na análise do discurso**. Instituto de Letras, UFRGS-Revista Organon, ISSN 0102-6267, v.17, nº35 (2003). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30023/0>. Acessado: 21 nov. de 2021.

FERNANDEZ, R. A. **Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus**. Tese de Doutorado em Teoria e Crítica Literária. UNICAMP, Campinas, SP, 2015.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 4ª ed. Trad. Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

- FOUCAULT (org.) **Foucault: a critical reader**. New York: Basil Blackwell, 1986.
- _____. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- FREYRE, G. **Casa-Grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 307.
- GALLE, H. **Em primeira pessoa: Abordagens de uma teoria autobiográfica**. São Paulo. Ed: Annablume, 2009.
- GEBARA, I. **A mobilidade da senzala feminina: Mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo**. São Paulo: Paulinas, 2000.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GREGOLIN, M do R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.
- GRIGOLETTO, E. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Curso de Pós-graduação em Letras/UFRGS, 2005.
- HALL, S. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HOFF, P. C. **Um clássico provinciano: Minha vida de menina**, de Helena Morley. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/download/... Acesso em 15/08/2022.
- JESUS, M. C. de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. Editora Ática, 8ª ed. São Paulo/SP, 2001.
- LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Organização Jovita Maria Gerheim Noronha. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LISBOA, N. T. O silêncio como resistência à banalização da linguagem, 2008. **Silêncio e interdito, discurso em movimento**. Orgs TFOUNI, V. E. F; STÜBE, D. A; PAULON, P. C. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016, 246p.
- MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (organizadoras). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. cap. 1, p. 19-38.
- MEIHY, J. C. S. B. **Os fios dos desafios: o retrato de Carolina Maria de Jesus no tempo presente**. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. (Org.) **Artes do corpo**. São Paulo: Selo Negro, 2015, p. 15-53.
- MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. M. **Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

MIRANDA, F. R. de. **Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética.** Tese de doutorado, 2013. Disponível: <https://www.teses.usp.br/teses/pdf>. Acesso em 27 de fev. de 2022.

MUSSALIM, F. Análise do discurso In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, Vol. II, 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003. Cap. 1, p. 13-52.

NUNES, L.M.; NUNES, L.M.; VOGT, L. R.; RAMOS, L.A.; LIMA, M.R. **Sociedade do espetáculo: mídia e pós-verdade.** Materializando Conhecimento Revista Eletrônica, 2023. Disponível em: <https://www.redeicm.org.br/revista>.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio – No movimento dos sentidos.** 3ª. ed. Editora da Unicamp, 2012.

_____. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: Castro, M.F.P. **O método e o dado no estudo da linguagem.** Campinas, 1996.

_____. (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional.** São Paulo: Pontes, 2002.

_____. **Análise de Discurso – princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

_____. **Discurso e Leitura.** São Paulo/Cortez, Campinas/Ed. da UNICAMP, 1988. ORLANDI, E. Discurso: fato, dado, exterioridade, 1988.

PACHECO. C. B. Sem dar tempo aos sonhos: ocupação e exclusão social da mulher em Natal-RN. In: **Encontro nacional de estudos populacionais**, 11, 1998, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 1998. p. 973-982.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões, deslocamentos.** Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

_____. **Traduzido por Bethania Mariani**, 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.

_____. **Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes.** Décalages. [1988]. v. 1. n.4. 2013. p.1-22.

_____. **Discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad. por Eni Orlandi. Campinas, Ed.da Unicamp, 1990.

_____. **Matérialités discursives.** Colóquio des 24, 25, 26 avril 1980 à Nanterre. Lille: Press universitaires de Lille, 1995.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M & FUCHS, C.. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. Langages, n. 37, 1975. Trad. por Péricles Cunha. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.

PESAVENTO, S. J. **O Brasil contemporâneo**, SANDRA S. J. P. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.

PIMENTEL, C. **A escrita íntima na internet: do diário ao blog pessoal**. In: Anais do VII Congresso Internacional da Abralín. Curitiba, 2011.

SANTOS, J. R. **Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1972. Trad. espanhola: Curso de Linguística General. Madrid: Alkal, 1974.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios dos romances brasileiros**. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2000.

SILVA, T. C. T. **O gênero diário como prática discursiva na sala de aula**. Dissertação de metrado – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2018.

TEIXEIRA, P. C. C. **Carolina Maria de Jesus, manuscritos que perpetuam sua escrita**, 2017. Disponível: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4427>. Acesso em 28 de fev. de 2022.

ZILBERMAN, R. **Teoria da Literatura I**. 2ª. ed. rev. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2013.